

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Marcelo Gallo

**Os direitos sociais colocados em pauta na construção de metodologia para
abrigo: a experiência da Fundação Criança de São Bernardo do Campo-SP.**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2009**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Marcelo Gallo

Os direitos sociais colocados em pauta na construção de metodologia para abrigo: a experiência da Fundação Criança de São Bernardo do Campo-SP.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof^ª. Doutora Maria Lucia Martinelli.

**SÃO PAULO
2009**

BANCA EXAMINADORA

ARTHUR.....

**Avião sem asa,
fogueira sem brasa,
sou eu assim sem você.
Futebol sem bola,
Piu-piu sem Frajola,
sou eu assim sem você.**

**Por que é que tem que ser assim
se o meu desejo não tem fim.
Eu te quero a todo instante nem mil auto falantes
vão poder falar por mim.**

**Amor sem beijinho,
Bochecha sem claudinho,
sou eu assim sem você.
Circo sem palhaço,
namoro sem amasso,
sou eu assim sem você**

**Tô louco pra te ver chegar,
Tô louco pra te ter nas mãos.
Deitar no teu abraço,
Retomar o pedaço que falta no meu coração.**

**Eu não existo longe de você
e a solidão é o meu pior castigo.
Eu conto as horas pra poder te ver
mas o relógio esta de mal comigo
Por quê?
Por quê?**

Neném sem chupeta,

**Romeu sem Julieta,
sou eu assim sem você.
Carro sem estrada,
queijo sem goiabada,
sou eu assim sem você**

**Por que é que tem que ser assim
se o meu desejo não tem fim.
Eu te quero a todo instante nem mil auto falantes vão poder
falar por mim**

**Eu não existo longe de você
e a solidão é o meu pior castigo.
Eu conto as horas pra poder te ver
mas o relógio ta de mal comigo.**

Adriana Calchoto

DEDICATÓRIA

No decorrer do processo de construção desta pesquisa muitas pessoas foram importantes, não apenas pelo apoio, mas principalmente pela companhia diária, pelo carinho, pela dedicação e neste contexto varias foram as pessoas que me surpreenderam com um gesto, um olhar, uma palavra de conforto, dentre estas pessoas estão os amigos que fiz na PUC-SP, os professores que sempre nos receberam de forma fraternal e com muita dedicação.

Na minha família todos tiveram seu papel e sua importância então dedico a todos sem distinção, sem escolhas, cada um sabe de sua colaboração e a eles eu agradeço com todo carinho. Em especial a meus irmãos Andréa, Fabio e Vlademir.

A minha querida mãe, pelo exemplo de vida, de luta, de perseverança, foi com ela que aprendi a cozinhar, a lutar, a ser verdadeiro e principalmente a ser sempre feliz e não desistir nunca, por tudo e mais um pouco eu amo esta mulher incondicionalmente.

A minha amiga Sirlene com quem vivi um período mágico em minha vida, e neste período me apoiou e me ajudou a chegar neste momento, obrigado.

Mas tenho que fazer referencia a meu filho Arthur, que com toda certeza neste contexto foi a pessoa de supra importância pois, foi a sustentação não apenas desta fase da minha vida, mas é o alicerce da minha vida, meu amigo, minha vida.

A minha querida professora orientadora Dra Maria Lucia Martinelli, que para além de orientação foi minha amiga, que levarei para vida cada olhar, cada fala, cada gesto. Obrigado pela paciência, pela sapiência e pelo resultado deste trabalho, que fora feito com muito carinho.

A banca de qualificação, Professoras Doutoras: Myrian Veras Baptista, Andréa Torres e Maria Carmelita Yasbek, que contribuíram e muito na construção desta pesquisa.

Aos educadores da Fundação Criança de São Bernardo do Campo, com quem convivi por dez anos da minha vida e com quem aprendi muito.

As minhas amigas que participaram do grupo focal, Heloisa, Lúcia e Márcia, pois a contribuição de vocês garantiu a construção deste trabalho, mas principalmente construíram uma referencia de atendimento a criança e adolescente em situação de abrigo.

Aos professores e amigos, da Faculdade Fama de Mauá, pela paciência e compreensão neste processo, Augusto, Francisca, Ana Livia, Mauricléia, Eloísa, Fábila, Wanderson, Francisca, Liduina, Rodrigo, Janete, Cristina, Raiane. Ilca, Marcelo e tantos outros.

Aos meus queridos alunos, em especial a Cida, pela ajuda nas filmagens, e a todos outros que passam e que imprimem suas marcas em minha vida, muito obrigado pela troca sincera de experiências, de energia e de vida.

A equipe da Fundação Casa: Lílian, Liliane, Márcia Rosa, Sandra Zanella, Gorete, Elaine, Paula, Janete, Efigenia e Marcelo, obrigado pela experiência de ter estado ai junto de vocês, com certeza esta vivencia mudou minha vida.

Por fim a meu amigo e, companheiro, Nilton, a quem agradeço a paciência e o apoio sempre terno, calmo, que me incentiva e me acolhe em todos os momentos, obrigado sempre.

Marcelo Gallo. Os direitos sociais colocados em pauta na construção de metodologia para abrigo: a experiência da Fundação Criança de São Bernardo do Campo-SP.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar como foi construída uma metodologia de trabalho em abrigo que pauta-se na garantia dos direitos de acordo com o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Neste processo vamos buscar entender como que o município de São Bernardo do Campo, que é referência nos movimentos sociais, permanece por oito anos executando trabalhos de atendimento a criança e ao adolescente, e somente em 1998, modifica o olhar para estes meninos e meninas na direção que compactua com as normativas legais.

A pesquisa parte da participação deste pesquisador como sujeito da pesquisa, da análise documental, de entrevistas individuais e da elaboração de grupo focal, que objetivou verificar como saímos da situação irregular de crianças e adolescentes e ao surgimento de sujeitos de direitos.

Esta análise possibilita fazer a discussão da desconstrução do modelo de situação irregular proposto pelo código de menores e a pressão dos movimentos sociais para efetivação da política integral pelo direito da criança e adolescente. Posterior pensar como o município de São Bernardo do Campo constrói políticas públicas para infância e juventude, na perspectiva da garantia de direitos vem imprimindo uma prática política. Neste direcionamento apresento de que forma o município vem pensando e executadas suas ações. O universo pesquisado mostra que a partir de um novo direcionamento político propõem ações que desmonta paradigmas e coloca o direito na ordem do dia.

Para isto iremos dialogar com as profissionais que construíram estas metodologias e descrevê-las, objetivando contribuir para o debate sobre o atendimento a crianças e adolescentes em situação de abrigamento, amarrando toda discussão que fora feito pelos movimentos sociais na construção de garantia de direitos.

Palavras chaves: Abrigo – Metodologia – Garantia de Direitos.

Marcelo Gallo. The placed social rights in guideline in the construction of methodology for shelter: the experience of the Foundation Child of Is Bernardo of the Field-SP.

ABSTRACT

This dissertação has as objective to analyze as a methodology of work in shelter was constructed that guideline in the guarantee of the rights in accordance with what this established in the Statute of the Child and the Adolescent.

In this process we go to search to understand as that the city of Is Bernardo of the Field, that is reference in the social movements, the child remains per eight years executing works of attendance and to the adolescent, and only in 1998, it modifies the look for these boys and girls in the normative direction that compactua with the legal ones.

The research has left of the participation of this researcher as subject of the research, of analyzes documentary, of individual interviews and the elaboration of focal group, that objectified to verify as we leave the irregular situation of children and adolescents and to the sprouting of citizens of rights.

This analyzes makes possible to make the quarrel of the desconstrução of the model of irregular situation considered by the code of minors and the pressure of the social movements for efetivação of the integral politics for the right of the child and adolescent. Posterior to think as the city of They are Bernardo of the Field constructs politics you publish for infancy and youth, in the perspective of the guarantee of rights comes printing one practises politics. In this aiming I present of that it forms the city comes thinking and executed its action. The searched universe sample that from a new aiming politician actions consider who disassembles paradigms and places the right in the order of the day.

For this we will go to dialogue with the professionals who had constructed these methodologies and to describe them, objectifying to contribute for the debate goes up the attendance the children and adolescents in abrigamento situation, mooring all quarrel who are made for the social movements in the construction of guarantee of rights.

Words keys: Shelter - Methodology - Guarantee of Rights.

SIGLAS

ABC – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAF – Centro de Atendimento à Família

CACJ – Centro de Atenção à Criança e a Juventude

CASE – Centro de Atendimento às Medidas Socioeducativas

CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro Referencia de Assistência Social

CREAS – Centro Referencia Especial de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar no Menor

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FUBEM – Fundação do Bem Estar do Menor

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDI – Índice de Desenvolvimento Infantil

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PIA – População Economicamente Ativa

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicilio

PDI – Programa de Desenvolvimento Infantil

PT – Partido dos Trabalhadores

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

Resumo	07
Abstract	08
Siglas	10
Introdução	13
Capitulo I – Da situação Irregular a Sujeitos de Direitos.	22
Capitulo II – O Município de São Bernardo do Campo	38
Capitulo III – Analise das Políticas Publicas no Município de São Bernardo do Campo e suas repercussões na Política de Abrigo.	47
Capitulo IV – O Universo Pesquisado	81
4.1 – O novo programa abrigo da Fundação Criança de São Bernardo do Campo.	86
Capitulo V – O cotidiano e a pratica profissional.	96
Considerações Finais	114
Referencias	125

Quem sou eu...

Eu, quem sou eu... ainda estou descobrindo na vida quem sou:

Como disse um poeta, sei que nada sei, mas sei o que não sou: não sou desorganizado, nem mal educado.

Prezo acima de tudo a família, a amizade, o amor, o respeito a tudo e a todos.

Respeito a alma feminina, a sutileza dos toques e gestos, a troca sincera de afeto. E dessa forma já fui e ainda sou: professor de Matemática, de Física, Educador Social, Assistente Social, Professor Universitário.

Nesta caminhada também trabalhei em outros lugares, mas sempre com pessoas, muitas pessoas.

Trago para o hoje o desejo de apreender mais, de descobrir o novo, de me surpreender com o de sempre. Compartilhar idéias, saberes e conhecimentos construídos e adquiridos nessa caminhada.

Espero o simples, um gesto, um olhar, um toque. Espero ouvir histórias e contar histórias a partir das memórias que construímos e que irão construir um saber não apenas único, mas, principalmente, coletivo.

Marcelo Gallo

Agosto de 2007

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é fruto de dois elementos importantes tanto na construção de conhecimento como na execução de uma prática profissional comprometida com a garantia intransigente dos direitos que é: a análise da sociedade em seu tempo histórico e a construção de metodologia de enfrentamento de múltiplas expressões da questão social, neste caso esta pesquisa irá fazer uma análise de como a equipe da Fundação Criança de São Bernardo do Campo, pensou e imprimiu uma metodologia de atendimento a criança e adolescente que encontra-se em situação de risco necessitando temporariamente de permanecer em situação de abrigo.

Neste processo o que motivou a pesquisa foi principalmente o fato de poder contribuir não só enquanto pesquisador¹ mas como sujeito desta ação e principalmente por poder levar a conhecimento público uma metodologia que vem contribuindo de forma significativa com a redução no número de abrigamento pelos órgãos encaminhadores e no tempo de permanência das crianças e adolescentes no quando fica caracterizado a necessidade deste encaminhamento.

Ao chegar na Fundação Criança de São Bernardo em 1998, encontrei um cenário de muita desigualdade e descaso com os meninos e meninas que encontrava-se abrigados. Estávamos comemorando oito anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente mas no entanto aquela instituição ainda tinha sua prática direcionada pelas normativas legais do código de menores de 1978.

Entender porque o município de São Bernardo do campo tem em sua história esta lacuna temporal na efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente, se explica por variáveis que procuraremos desvendar com a pesquisa mas que tinha com hipóteses inicial o descaso dos governantes em realizar as políticas de atendimento a criança e adolescente, fato este corroborado pelos resultados das entrevistas. Outro dado importante que tentaremos abordar é como estes profissionais ao chegarem na Fundação Crianças colocaram na agenda do dia a construção de um novo olhar, de uma nova metodologia que garantisse as crianças e adolescentes o direito a convivência familiar e comunitária e principalmente o direito a se desenvolver de forma saudável conforme o estabelecido pelas normativas legais.

¹ Nesta pesquisa eu me coloco não apenas na condição de pesquisador mas principalmente na condição de sujeito da própria pesquisa por isto em determinados momentos do texto estarei utilizando o pronome na primeira pessoa.

Esta análise foi possível uma vez que partimos da seguinte lógica: pensar de que forma as normativas legais vão sendo construídas em consonância com a pressão dos movimentos sociais posterior vamos abordar o município de São Bernardo do Campo sua formação histórica e de que forma suas políticas sociais públicas vem sendo executadas nos últimos anos para podermos entender como este município que é referencia por ser o berço do novo sindicalismo no país e por ser de lá que saem no período da ditadura o direcionamento para os movimentos que culminaram com o fim a ditadura, o inicio da abertura político democrática no país.

Depois partimos para desvendar o cotidiano do abrigo que é o cerne de nossa pesquisa e entender como este cotidiano² forja sujeitos políticos e possibilita entendermos a dinâmica da sociedade contemporânea. Entender este cotidiano foi o que possibilitou a equipe construir uma nova metodologia de atendimento nos abrigos.

Quando assumimos este Programa tivemos muitos desafios que nos foram postos e que ainda são colocados neste cenário, o primeiro foi o de entender como as relações e os sujeitos se movimentavam e dialogavam neste cotidiano, para que pudéssemos pensar em estratégias de intervenção que possibilitassem, quem estava chegando, fortalecer a equipe que estava atuando e, propor ações que mudassem o caráter do atendimento que vinha sendo dado aos usuários do abrigo.

Outro desafio importante foi estabelecer com a sociedade civil um dialogo para que eles pudessem acolher estas crianças e adolescentes não no paradigma da situação irregular, em que eram vistos como marginais, mas, no paradigma da garantia de direitos, em que estas crianças e adolescentes possam ser recebidos como indivíduos que por algum motivo aquém de sua vontade encontrava-se em situação de abrigo.

Mudar paradigmas é um desafio posto as equipes que trabalham na garantia de direitos e para isto adotaremos como referencial teórico metodológico pautado na teoria sócia critica isto é uma opção política, a teoria norteadora da ação, a ação que re-constrói a teoria e projeta intervenções.

Com esses referencias teóricos elegemos como objeto de pesquisa e intervenção social dos assistes sociais e dos profissionais envolvidos no processo,

² A categoria Cotidiano é de suma relevância seu estudo pois é a partir desta análise que foi possível entender a melhor forma de interagir e construir uma nova metodologia de atendimento para abrigo.

passou a ser as múltiplas expressões da questão social³ –Portanto, a questão social⁴ é uma categoria definida no âmbito do modo capitalista de produção.

No contexto atual, esse referencial tem contribuído para os profissionais apreender o movimento da sociedade, decorrentes das transformações atuais do mundo do trabalho, da adoção do modelo econômico neoliberal e da consolidação da democracia, como também, têm favorecido a busca de estratégias para efetivar os direitos econômicos, sociais, políticos e culturais para os cidadãos em situação de maior vulnerabilidade social.

Se faz necessário pensar que isentar a sociedade de classe de qualquer responsabilidade também é uma armadilha do sistema capitalista, que leva os profissionais a um discurso generalista, distante da realidade concreta em que está inserida o lócus da intervenção profissional.

Com tudo o profissional tem que conseguir realizar uma leitura crítica da realidade, desvendando o real, enxergando o que está por traz dos fatos, analisando a relação de força dentro de seu: processo histórico, os fatos, situações, representações e tendências. Estes fatores irão implicar na leitura da realidade.

Esta leitura de realidade que é feita pelo profissional não encontra-se unicamente no que ele apreende durante o processo de graduação, esta diretamente relacionado com sua trajetória de vida, suas experiências profissionais e sua relação de homem e mundo e principalmente na capacidade de atribuir significados às experiências do seu cotidiano o que é uma prerrogativa do sujeito:

³São exemplos de expressões da questão social: o desemprego, trabalho informal, o analfabetismo, a fome, a favela, a violência urbana, o acesso restrito às políticas públicas, entre outros aspectos da sociedade brasileira contemporânea.

⁴ Para Lamamoto (2005) a gênese da “questão social” na sociedade burguesa deriva do caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da atividade humana – o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos.

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em suas causas, amplo segmento da sociedade civil no acesso aos bens da civilização.

Por permitir compreender a contradição constitutiva do sistema capitalista, entre lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social expressa as causas das desigualdades, o que essas desigualdades produzem na sociedade e na subjetividade dos homens, como também propicia buscar formas de superá-las.

“(...) pois demandam atribuição de significados. Tal tarefa apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência”(MARTINELLI, 2004, 1).

Conhecer esses sujeitos, sua trajetória de vida e suas experiências sociais que ficaram plasmadas e que, posteriormente, puderam servir de aporte para sua atuação política, entender que significado atribuem às mesmas, é conhecer também a história do próprio abrigo que durante o período pesquisado passa por grandes transformações.

É trabalhar na perspectiva da singularidade do sujeito, das peculiaridades das experiências da equipe técnica que pensou em novas metodologias de intervenção, é poder descortinar uma das estruturas que compõem a totalidade desse movimento.

Está claro, pelo exposto que o nosso tema de pesquisa é a questão do processo de formação do sujeito político, entre os gestores, coordenadores e técnicos e sua relação com a construção de identidades que se constroem na parceria. Sendo assim, mesmo um sujeito político individual, tem que se ligar a seus pares para conduzir sua vida e desenvolver seus projetos conjuntamente, agregando-se em termos da construção de um Sujeito Político Coletivo.

Portanto estas identidades serão construídas não só na sua dimensão individual, mas também na sua dimensão coletiva. Será uma construção compartilhada entre o sujeito político singular e o coletivo, ocorrendo concomitantemente, como uma unidade na totalidade. Um mosaico onde cada peça tem seu sentido na completude, na totalidade.

Nesse sentido, estas identidades convergem na linha da busca da liberdade, dos sujeitos individuais e coletivos que encontram seu próprio caminho e podem finalmente desenvolver a sua capacidade de condução da vida.

São estes indivíduos, alçados à condição de sujeitos políticos que permitem, ou que têm realmente condições para que no coletivo, enquanto um sujeito político

coletivo, possam ter melhores chances de superar determinadas barreiras, e construir metodologias de intervenção que primem pela garantia dos direitos de seus usuários.

Sendo o abrigo uma medida de proteção excepcional prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente como fazer com que durante este período em que meninos e meninas passam por este equipamento tenha de fato importância e significado na vida deles.

Dessa maneira, desvelar a identidade desta equipe, poderá me ajudar a entender o processo de construção de metodologias de intervenção; ao buscar as identidades e singularidades destes sujeitos políticos estarei desvelando a identidade coletiva dos meninos e meninas que utilizaram deste programa de proteção social.

No sentido de entender identidade como categoria segundo Martinelli, devemos tê-la enquanto uma categoria sócio-política, que se constrói no jogo das forças sociais, na trama das relações sociais; é dotada de movimento, em um processo contínuo de fazer e se refazer, na medida em que são engendradas novas determinações políticas, sociais, econômicas, históricas e culturais.

Os sujeitos que participam desta pesquisa foram escolhidos pela sua significação neste processo, sua participação efetiva na construção deste novo olhar para o obrigo, não que isto faça dos demais sujeitos menos importante no processo, mas é reconhecer estes sujeitos como sujeitos individuais e coletivos, por expressarem a fala e a ação de um grupo.

Assim como os sujeitos são importantes o período pesquisa também é demarcado no tempo pela sua significação de luta em um dado momento entendemos então que desde 1998 quando inicia-se a des-construção da FUBEM e construção da Fundação Criança de São Bernardo, os avanços significativos foram conquistado no período de 1998 à 2002.

Para entendermos como este processo se deu escolhemos como sujeitos, as educadoras: a Diretora Técnica da Fundação Criança, Heloisa Helena Daniel, assistente social; a Coordenadora do Programa Abrigo, Maria Lucia de Lucena, psicóloga e a Técnica referencia da Casa de entrada Espaço Integrar, Márcia Marchiore, assistente social.

Entendemos por sujeitos significativos aquelas adolescentes que

apresentem características específicas na sua experiência, e que são capazes de expressar toda a riqueza de suas vidas através da narrativa, de suas memórias, de seus sentimentos, de seu cotidiano e de sua vida.

Sobre a experiência humana Bezerra (1995) irá afirmar que ela:

[...] expressa o que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retornando como sujeitos, construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história. São as pessoas carregadas de experiência. (BEZERRA. 1995:121)

Estes sujeitos se revelaram no processo de aproximações sucessivas, uma vez que no primeiro momento realizamos entrevistas individuais que consistiam em depoimentos de outros educadores, e na análise dos dados dos depoimentos se decidiu que faríamos um grupo focal com estas três pessoas por elas expressarem a voz do grupo.

A opção metodológica pelo Grupo Focal, tem o intuito de empregar uma prática analítica que conjuga a explicação teórica da aplicabilidade da técnica à apresentação de uma experiência profissional. Neste contexto não poderíamos desobrigar-nos, ainda que de forma sintética e constatativa, de contribuir para o debate metodológico acerca do emprego e da utilização desta técnica na pesquisa.

O grupo focal é uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar, também pode ser considerado como um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade e descreve-se como pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre a discussão focalizada.

A característica principal de grupos focais reside no fato de ela trabalhar com a reflexão expressa através da fala dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. Em decorrência, as informações produzidas ou aprofundadas são de cunho essencialmente qualitativo.

Seundo Neto, Moreira e Sucena (2002), definiremos grupo focal como “uma

tecnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante em certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do publico alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar a partir do dialogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema especifico.

Ainda segundo estes autores a fala trabalhada nos grupos focais não é meramente descritiva ou expositiva, ela é uma fala de debate, pois todos os pontos de vista expressos devem ser discutidos pelos participantes.

Também foi realizada um rigoroso exame da literatura acerca da temática desenvolvida com intuito de dar sustentação teórica as ações descritas, alem da analise documental e observação sistemática e participativa.

A análise documental se deu nos prontuários para a verificação das ações desenvolvidas pela equipe técnica do abrigo em cada caso, assim como os registros feitos no livro de ocorrências do programa, onde são anotados o cotidiano do abrigo e como estão se desenvolvendo as relações entre educando e educadores.

Conforme aponta Alves-Mazzotti (1999), a análise de documentos através da pesquisa documental, é um importante passo de aproximação do objeto estudado. No entanto, devido à própria complexidade dessas categorias, esse instrumento de pesquisa se constituirá em mais um esforço aproximativo, sendo necessário o emprego de outras metodologias, capazes de orientar e direcionar as pesquisas para uma maior aproximação das mesmas.

A análise de documentos (...) pode ser combinada com outras técnicas de coleta, o que ocorre com mais freqüência. Nesses casos, ela pode ser usada, tanto como uma técnica exploratória (indicando aspectos a serem focalizados por outras técnicas), como para “checagem” ou complementação dos dados obtidos por meio de outras técnicas. (ALVES-MAZZOTTI, 1999:169).

Em todo este processo de investigação, participação, reflexão e ação, pude constatar que não é apenas uma ação isolada que possibilitou o êxito na execução das ações desenvolvidas pelo Programa Abrigo, mas a articulação comprometida de um grupo de pessoas que discutiram, divergiram, compactuaram e dialogaram para construir um olhar para o abrigamento de crianças e adolescentes no município com o objetivo de garantir a permanência destes meninos e meninas sem sua famílias.

Muito ainda temos que avançar, mas esta experiência aponta possibilidades de enfrentamento destas questões tão latentes no país, que é o abandono, o maltrato, a negligência de crianças e adolescentes, mesmo depois de dezenove anos de promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CAPITULO I

DA SITUAÇÃO IRREGULAR A SUJEITOS DE DIREITO

“Para uma pratica comprometida precisamos de três coisas:

Competência, sabedoria e coragem.”

Márcia Marchiore – Assistente Social

Para podermos entender o papel dos atores envolvidos no processo de se consolidar políticas públicas e de efetivar o Estatuto da Criança e Adolescente, faremos algumas reflexões quanto aos principais desafios do Estado, da sociedade civil e dos movimentos sociais em garantir os direitos humanos de crianças e adolescentes. Faremos um breve panorama das causas geradoras das violações cometidas contra crianças e adolescentes, para que possamos compreender a barbárie que tem sido produzida pela nação em relação ao povo, em especial à criança e ao adolescente. Finalizamos com as reflexões sobre as estratégias de enfrentamento formuladas pelo Movimento da Infância e da Adolescência, para impulsionar o processo de democratização e os desafios desse processo, com a consolidação de novas normativas legais como a Lei Orgânica da Assistência Social e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Dentre os muitos desafios deste início do século XXI, um, em especial, está em trazer a esfera pública como espaço para a emancipação política. Para tanto, é necessário romper com a alienação presente na sociedade; lutar por garantias sociais e econômicas por meio das ações desenvolvidas pelo Estado e, progressivamente, conquistar mecanismos de acompanhamento, controle e deliberação para o alcance de outro projeto societário.

Em 1988, no contexto ideopolítico, socioeconômico e cultural foi conquistado através de pressões dos movimentos sociais o Estado Democrático de Direito no Brasil, um instrumento político-jurídico que trouxe mudança de valores, atitudes e práticas em relação ao reconhecimento da criança e do adolescente como seres em condição peculiar de desenvolvimento. Por isso, elas devem ser prioridade absoluta do Estado na execução de políticas sociais; da sociedade, como responsável por exigir os direitos e denunciar violações; e da família, como parte responsável na guarda e proteção dos filhos em todas as dimensões da vida. Esse embasamento jurídico está previsto no artigo 227 da Constituição Federal e reafirmado no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Podemos dizer que, do ponto de vista legal, no dia 13 de julho de 1990, com a promulgação da Lei 8.069/90 – que versa sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), houve a ruptura com o paradigma da situação irregular do

Código de Menores de 1979, que concebia crianças e adolescentes como objeto da intervenção judicial. A centralidade desse paradigma estava contida no controle das crianças e adolescentes pobres que apresentassem, segundo a lógica do Estado e da sociedade, uma conduta que deveria ser ajustada. Para tanto, valia-se do Juiz de Menores, que representava a expressão máxima de juridicizar o problema social, sob a lógica do “bem estar social do menor”.

Dessa forma, o paradigma da situação irregular não assegurava o sistema de direitos e de garantias jurídicas processuais, sendo o juiz a única autoridade responsável para proteger e acusar. Essas medidas ocorriam por meio dos abrigos nas grandes Unidades da Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) dirigindo-se àquelas crianças e adolescentes cujas famílias não dispunham de condições financeiras e/ou as abandonavam por diversos motivos. Para os adolescentes infratores existia outro espaço, também coordenado pela FEBEM, onde eram contidos, com o objetivo de assegurar a ordem e a segurança da sociedade.

No Estado de São Paulo, até o presente ano 2009, há a convivência com o sistema FEBEM – que passou a chamar Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente – Fundação Casa SP⁵ –, e mesmo tendo sido a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) extinta em 1988, quando a nova Constituição Federal foi promulgada. Esse fato decorre de vários motivos: interesses políticos de natureza diversa e ainda o silêncio de parte da sociedade, que conclama cada vez mais por repressão à população infanto-juvenil pobre e excluída da riqueza produzida socialmente pela humanidade.

A distância entre lei e realidade é a grande dificuldade de atuação em direitos humanos no nosso país. Os instrumentos normativos são coerentes com as Declarações, Convenções e Tratados de Direitos Humanos, mas ocultam práticas

⁵ A FUBEM vem passando por um processo de mudanças sendo que em 2004, esta instituição passa a se chamar Fundação CASA. Não é apenas uma mudança de nome, mas implanta-se hoje um bem-sucedido projeto de atendimento pedagógico-terapêutico em cerca de dez Unidades do interior do Estado. Esse fato decorre, entre outros motivos, de interesses políticos de natureza diversa e ainda do silêncio de parte da sociedade, que conclama cada vez mais por repressão à população infanto-juvenil pobre e excluída da riqueza produzida socialmente pela humanidade.

(pessoais e institucionais) produtoras de ciclos de violência, de pobreza e de desigualdade econômica, social e cultural.

No Brasil, as violações são consequência de políticas econômicas, sociais e culturais, que, invariavelmente, não correspondem às necessidades de saúde, educação, moradia, trabalho, renda e cultura da população. Diante dessa difícil realidade, entendemos que uma atuação qualificada para efetivar os direitos humanos precisa focar suas atividades, tanto perante o Estado, quanto perante a sociedade. Dentro desse contexto social e político do Brasil, em face dos direitos humanos, é que o Movimento da Infância e da Adolescência, expressão da sociedade civil organizada se coloca como força para pressionar o Estado, a fim de que ele possa assegurar as políticas sociais e econômicas.

A construção histórica dos conceitos sobre infância e adolescência no ECA é muito vaga, pois limita-se a definir criança, a partir da faixa etária que vai até os onze incompletos, e adolescente, a partir da faixa etária que vai dos onze aos dezoito anos incompletos (art. 2º). Essa referência contribui para os procedimentos jurídicos e não incorpora conteúdos culturais, sociológicos e psicológicos dentre outros que abordem o desenvolvimento dessa particular fase da vida, e como também sua sociabilidade, contexto das suas relações sociais. É evidente que a lei não tem a pretensão de explicar cada conceito, mas aqueles conceitos que são utilizados como orientações das ações inclusive jurídicos e pedagógicos, em todos os níveis do Estado e da sociedade deveriam estar mais bem trabalhados para evidenciar a ruptura que houve com o antigo código de menores.

É na história de classe de seu grupo social, de sua condição socioeconômica que as crianças e os adolescentes asseguram suas relações sociais. Neste sentido, pode-se dizer que as trajetórias das crianças e adolescentes são demarcadas pela situação social, cultural, política e econômica dos grupos familiares, pois tem sido presenciada na sociedade uma tendência de querer homogeneizar as diversidades das crianças e adolescentes, em suas expressões culturais, valorativas, econômicas e sociais, conforme apontam Abramo e Branco (2005) e Abramovay (2004).

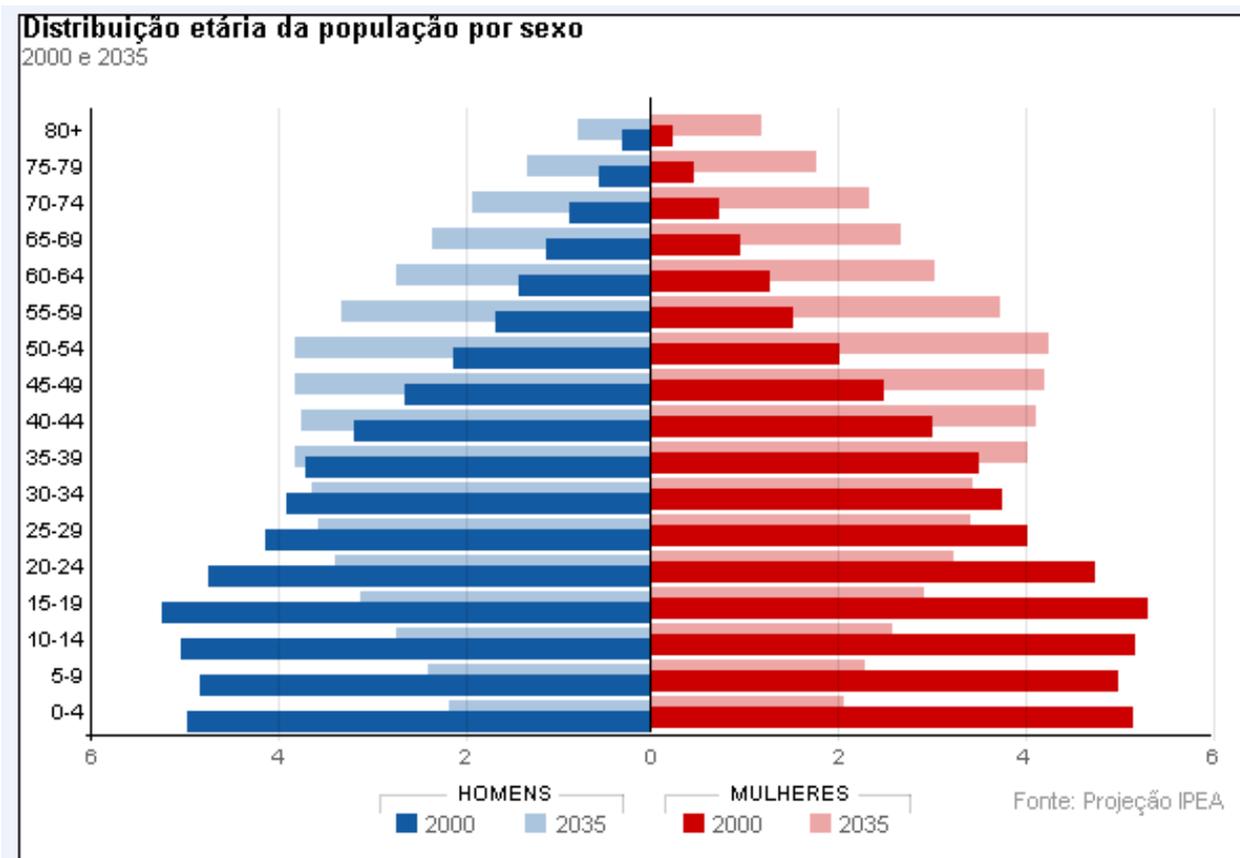
Em decorrência da concentração de riqueza existente no Brasil, a adolescência e a juventude empobrecida são expressões dos problemas urbanos. Pelo fato de não haver investimentos econômicos nas políticas sociais que possam

dar respostas urgentes para superar tal realidade, a infância, a adolescência e os jovens são bombardeados pela grande mídia como caso de polícia, em um tempo em que já conquistaram a condição de sujeitos dos direitos.

Essa questão se evidencia com as violações cometidas aos direitos humanos, em particular as relativas à infância e à adolescência, que, por mais denunciadas, protestadas, julgadas e condenadas pelos organismos nacionais e internacionais dos direitos humanos, têm repercussão quase nula. Em nosso país há certa convivência pacífica com a barbárie, tanto por parcela dos órgãos públicos, quanto por parcela da sociedade civil.

No Brasil, a infância e a adolescência são vítimas da violência do Estado, da sociedade, da família e da comunidade. Há que se inverter a lógica do debate: quando a grande imprensa conclama a sociedade a se posicionar para o resultado da violência cometida pelos jovens, é preciso discutir as causas geradoras.

Os dados estatísticos revelam que o Brasil é um país majoritariamente jovem, visto que, do universo de sua população, que totaliza 183.987.281 pessoas, 68.205.937 estão na faixa etária entre zero e dezenove anos (IBGE, 2007).



O número de filhos que, em média, cada mulher brasileira tinha em 2007 é insuficiente para repor a atual população brasileira. Isso quer dizer que daqui a 22 anos a população brasileira irá parar de crescer e, conseqüentemente, começar a diminuir.

Essa tendência é apontada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a partir da análise dos dados demográficos e de gênero da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios de 2007 (Pnad).

De acordo com o levantamento, a taxa média de fecundidade da mulher brasileira em 2007 era de 1,83 filho (essa tendência já havia sido apontada pelo IBGE na análise dos dados da Pnad, para quem a taxa está em 1,95 filho por mulher; os números não batem porque os dois institutos utilizam metodologias diferentes na análises dos dados levantados na pesquisa).

Em 1992, a taxa era de 2,8 filhos. Orientado por esta diminuição, o Ipea

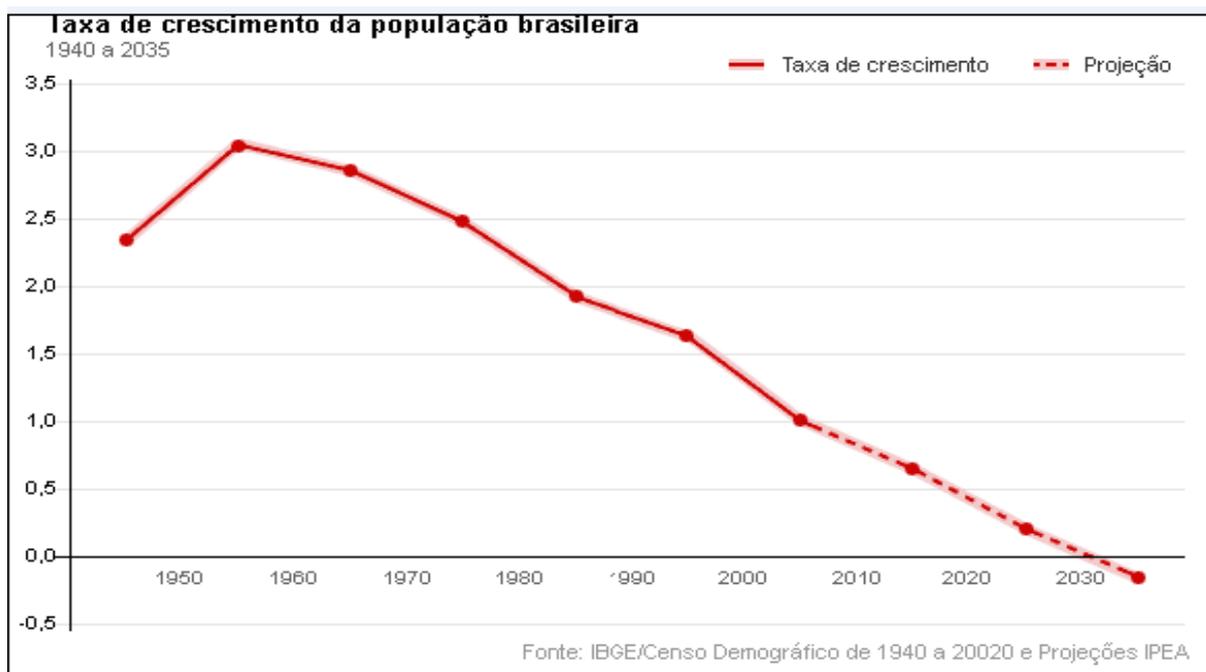
projetou que a população brasileira atingirá seu máximo em 2030, com um contingente aproximado de 204,3 milhões de habitantes. A partir desta data, a tendência é que a população brasileira comece a reduzir e em 2035 caia para 200,1 milhões.

Alguns grupos populacionais já estão experimentando taxas negativas de crescimento, aqueles com idades abaixo de 30 anos. Outros passarão a experimentar ao longo dos próximos 25 anos. Entre 2030-2035, os únicos grupos populacionais que deverão apresentar crescimento positivo são os de idade superior a 45 anos

A redução na fecundidade acarretou, segundo a Pnad, em um aumento no percentual da População em Idade Ativa (PIA) - indivíduos com mais de 15 anos. De 1992 para 2007, a PIA passou de 58,3% para 64,2% da população.

A população idosa também cresceu, de 7,9% para 10,6% da população. O percentual dos idosos com idade superior a 80 anos passou de 1% em 1992 para 1,4% em 2007, o que corresponde a 1,6 milhões de pessoas.

Não apenas vem ocorrendo um crescimento da população idosa, mas vem ocorrendo uma diminuição da população economicamente ativa, ou seja, da população adulta inserida no mercado de trabalho.

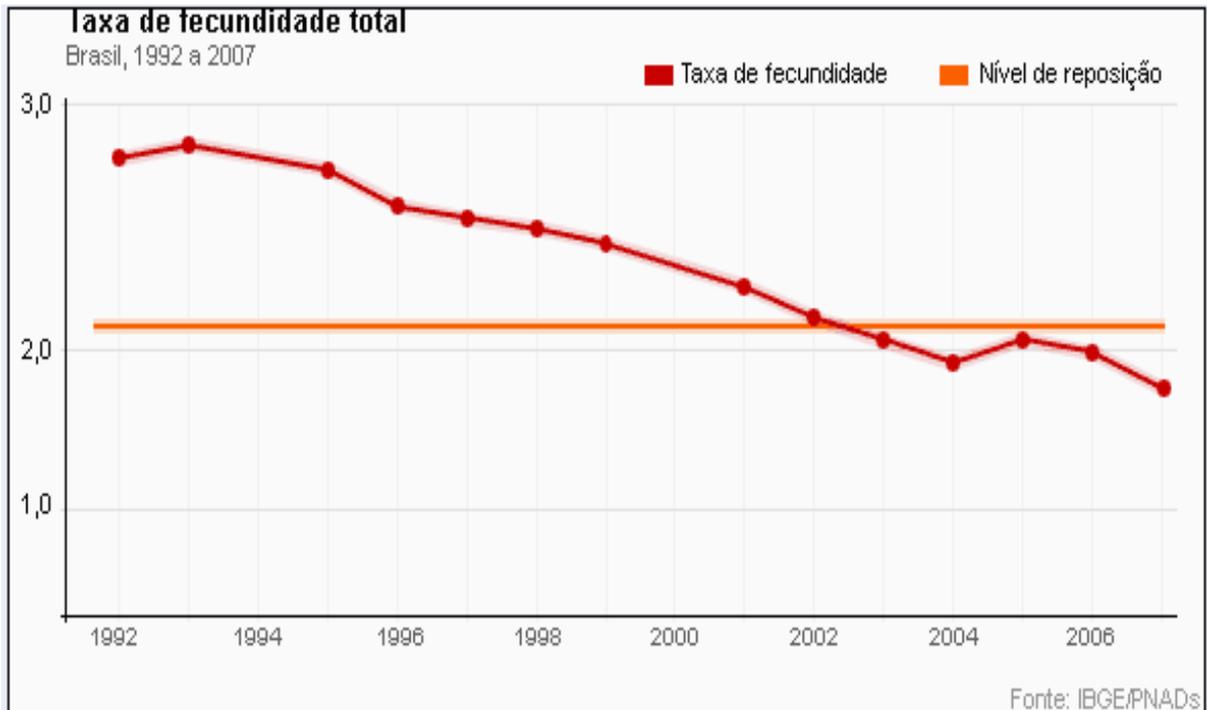


A PIA madura e idosa deverá crescer tanto em valores absolutos quanto em participação no total da população, chegando a 47% em 2035. Isto colocará pressões diferenciadas no mercado de trabalho, como o possível aumento na demanda de empregos para as pessoas com mais 45 anos.

Segundo a Pnad (2007), a redução na taxa de fecundidade ocorreu em todas as faixas de renda, de escolaridade e em todas as regiões do país. As maiores reduções foram observadas nos 20% das mulheres que têm a faixa de renda mais baixa, com menos tempo de estudo (0 a 4 anos) e da região Nordeste.

Já entre as 20% das mulheres com maior renda, a taxa de fecundidade chegou a 1,3, índice próximo ao de países como Espanha, Itália e Japão. A diminuição da fecundidade também ocorreu em todas as faixas de idade, mas com menos intensidade entre as mulheres de 15 a 19 anos.

A combinação da redução da taxa de fecundidade com a diminuição da mortalidade tem como consequência direta o envelhecimento da população, processo observado na maior parte dos países desenvolvidos. De acordo com o Ipea, se confirmada essa tendência, aumentará a demanda por cuidados de longa duração e os gastos com pagamento de benefícios previdenciários e assistências por um período de tempo mais longo.



Esse dado numérico demonstra que a prioridade dos governantes em investir os recursos públicos deveria estar centrada na infância, na adolescência e juventude. Desse modo, qualquer movimento social que pretenda discutir direitos humanos sem o foco nas políticas sociais estará realizando uma discussão inócua, uma vez que é por meio delas que as garantias sociais e econômicas se efetivam.

A concentração de renda continua sendo o indicador de maior desigualdade social no país. O caráter centralizador da estrutura social brasileira desde o período colonial terminou por favorecer a concentração de riqueza a um reduzido grupo. Esse grupo, no século XXI, é composto por cinco mil famílias.

Conforme estimativas de estoque de riqueza e acúmulo de fluxo de renda anual, a partir dos dados oficiais disponíveis, chega-se à escandalosa constatação de que este grupo (0,001 das famílias) apropria-se do equivalente a 3% da renda total nacional, representando o seu patrimônio algo em torno de 40% do PIB brasileiro. (ATLAS DA EXCLUSÃO SOCIAL, 2006, p.29).

A lógica do mundo da informação tem trazido profundas mudanças nas relações sociais, uma vez que a disputa pelo conhecimento está na centralidade da vida cotidiana. Desse modo, a discussão e o domínio das políticas sociais públicas precisam estar no cerne de nossas atuações.

Há instituições e organismos públicos que estão no campo da política social e não têm a apropriação do debate político sobre as questões relativas aos direitos da infância e da adolescência. Esse é um dos motivos que impulsionam a atuação do Movimento da Infância e da Adolescência na sociedade, a fim de promover para o conjunto da sociedade o debate, a reflexão e a construção de propostas para a efetivação dos direitos. Desse modo, a discussão na perspectiva da efetivação das políticas sociais públicas precisa estar no cerne das nossas atuações.

Os elementos que expressam a situação vivida pela humanidade precisa reverter em alternativas que possam recuperar a dimensão humana em cada um de nós. Como afirma Freire (1997):

Não sou apenas objeto da *História*, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me adaptar, mas para *mudar*. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência. O conhecimento sobre os terremotos desenvolveu toda uma engenharia que nos ajuda a sobreviver a eles. Não podemos eliminá-los, mas podemos diminuir os danos que nos causam. Constatando, nos tornamos capazes de *intervir* na realidade. (p.77).

No mundo da infância e da adolescência há muitas intervenções a fazer para que, de fato, haja a possibilidade de conhecer por elas, o que é educação de qualidade, direito à vida, à moradia, ao lazer, ao esporte, à cultura e dentre outros, o respeito à liberdade e a dignidade.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) revela o quanto precisamos intensificar nossa luta para acabar com a pobreza, o analfabetismo e a mortalidade

infantil, que estão expressos nessa posição. Nossa intervenção precisa ser capaz de provocar substantivas transformações na realidade da infância e da adolescência brasileira. Muito mais que mostrar a posição em uma classificação qualquer, é preciso construir com as crianças e com os adolescentes indicadores que possam ser acompanhados pelos mesmos, de quanto o país tem investido nessa parcela da vida, que é considerada *pessoa em condição peculiar de desenvolvimento*.

Podemos constatar que, em relação às diretrizes para assegurar os direitos da infância, houve um avanço por parte dos órgãos responsáveis em formular planos, projetos e políticas para inverter tal panorama de violações. Um exemplo são as Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e à Adolescência, formulada para o período de 2001-2005 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre as estratégias para o cumprimento dos cinco direitos fundamentais previstos no ECA. No entanto, se analisadas, percebemos que essas diretrizes não foram efetivadas pelos Municípios e tampouco pelos Estados no decorrer do período previsto, uma vez que não houve apropriação por parte do poder público do significado da prioridade absoluta, como também por parcela do movimento social para exigir tais direitos.

As estratégias de luta formuladas pelos sujeitos sociais do Movimento da Infância e da Adolescência assumiram as configurações da própria conjuntura. Os condicionamentos político-sociais, econômicos e culturais determinaram os caminhos do Movimento. Desse modo é importante compreender a concepção de democracia que tem orientado as nossas ações, pois isso demonstra como trilhamos as estratégias para construir alternativas políticas de lutas.

Por meio da busca partilhada de poder, houve a participação ativa das bases em todas as fases do processo político. Isso em razão do entendimento de que o princípio democrático é um valor do ser genérico do homem por ser construído nas relações sociais e, com base nelas, promove a consciência de sua situação singular e coletiva, mobilizando os sujeitos para a luta contra a barbárie em defesa do projeto de emancipação humana.

Essa formulação nos permite compreender que a democracia transcende o direito ao voto, visto que isso não assegura à população participar ativamente nos processos decisórios de seu país. Precisamos lutar para construir esse modo de ser,

caso contrário a democracia torna-se algo formal para cumprir determinados interesses de um grupo da sociedade. Então, qual o avanço depois do ECA?

Em nossa compreensão, o maior avanço foi a conquista do ponto de vista legal de um conjunto de valores e princípios que concebem a criança e o adolescente como sujeitos dos direitos e de responsabilidades, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, que, por isso, devem ter assegurada pela Família, Estado e Sociedade em geral a prioridade absoluta que pressupõe a garantia de todos os direitos básicos como: saúde, educação, esporte, lazer, cultura, moradia, respeito, dignidade, liberdade e convivência familiar e comunitária, conforme artigos 227 da CF e 4º do ECA.

Do ponto de vista político, essa conquista somente foi possível porque contou com a mobilização, participação e luta dos movimentos sociais; em especial, do Movimento da Infância e da Adolescência, que se posicionava em todo o território nacional, indignado com a forma de tratamento dispensado às crianças e adolescentes pelas instituições públicas e privadas. Desse modo, buscaram estratégias que pudessem romper com essa lógica punitiva, repressiva e de confinamento dispensada à infância e à adolescência brasileiras.

Do ponto de vista cultural, os avanços ainda são tímidos, pois a mudança de atitudes exige uma profunda revisão de valores, compreender que não é possível existir o novo sem abertura das velhas formas de fazer política, de interagir com a criança e com o adolescente sem impor sua posição de adulto. Percebê-los como sujeitos dos direitos é assegurar seu direito de participar, de opinar e construir coletivamente as regras na família, na escola, nos grupos sociais que freqüentam.

Assim, apreender o conjunto de valores e princípios preconizados pelo ECA requer de nós olharmos a realidade sob o foco de outras lentes. Não se trata apenas de trocar os óculos, mas mudar a forma e o conteúdo do olhar.

Essa tem sido a maior batalha a ser vencida na sociedade, pois a cultura punitiva e coercitiva herdada historicamente nos faz seres humanos reprodutores dessa herança, o que dificulta a compreensão do novo. O novo traz riscos e aceitá-lo exige ousadia. Aliás, quem está preparado, na sociedade, para conviver com os riscos da transformação social?

Podemos afirmar que a estratégia de inclusão das crianças e dos adolescentes no processo de participação política vem se fortalecendo gradativamente, já que hoje ganhou uma dimensão tanto na esfera do movimento social, como na do poder público, por intermédio dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, desde 1994, vêm realizando conferências com participação da sociedade civil e poder público. A partir de 1999, em alguns cantos do Brasil deram início às conferências lúdicas com a participação exclusiva de crianças e adolescentes. Neste mesmo ano, foi aprovada na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente uma resolução para que as próximas conferências fossem precedidas das conferências lúdicas.

Neste processo de discussão fica evidente que a família e a comunidade são os espaços mais apropriados ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Para defender essa convivência, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) junto com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovaram, em uma assembléia realizada no dia 13 de dezembro de 2006, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

O Plano prevê o mapeamento e análise das iniciativas de apoio sócio-familiar e a inclusão dos dados sobre crianças e adolescentes que vivem com adultos sem vínculo legal, estejam em situação de rua ou em programas de acolhimento institucional. Outro objetivo é a ampliação de serviços como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e os Centros Especializados (Creas) e de projetos de inclusão produtiva. A capacitação dos gestores e atividades de mobilização também fazem parte das estratégias.

A estruturação de um plano nacional destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária reflete a clara decisão do Governo Federal de dar prioridade a essa temática, com vistas à formulação e implementação de políticas públicas que assegurem a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, de forma integrada e articulada com os demais programas de governo.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária é resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todos os

poderes e esferas de governo, da sociedade civil organizada e de organismos internacionais, os quais compuseram a Comissão Intersetorial que elaborou os subsídios apresentados ao Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CONANDA e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Quanto trabalho tem exigido de todos nós esses momentos, principalmente daqueles que realmente têm o compromisso ético, político, pedagógico e social com a participação de crianças e adolescentes!

Este Plano constitui um marco nas políticas públicas no Brasil, ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A manutenção dos vínculos familiares e comunitários – fundamentais para a estruturação das crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos – está diretamente relacionada ao investimento nas políticas públicas de atenção à família.

Com esta iniciativa, reconhecemos a importância da mobilização de Estado e sociedade para que as crianças e os adolescentes sejam vistos de forma indissociável de seu contexto familiar e comunitário. No entanto, no processo de formulação e implementação das políticas orientadas pelo Plano, não podemos perder de vista a importância das ações transversais e intersetoriais dentro do poder público e da articulação com a sociedade. As crianças e adolescentes não são fragmentadas e portanto devemos sempre pensar no seu atendimento humano integral, por meio de políticas públicas articuladas com vistas à plena garantia dos direitos e ao verdadeiro desenvolvimento social.

As estratégias, objetivos e diretrizes deste Plano estão fundamentados primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de acolhimento e no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem. Somente se forem esgotadas todas as possibilidades para essas ações, deve-se utilizar o recurso de encaminhamento para família substituta, mediante procedimentos legais que garantam a defesa do superior interesse da criança e do adolescente.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária representa um importante

instrumento para a mobilização nacional e suas diretrizes certamente se transformarão em ações concretas e articuladas de responsabilidade do Estado e dos diversos atores sociais, que assumem de forma renovada o compromisso pela promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos é resultado de um processo historicamente construído, marcado por transformações ocorridas no Estado, na sociedade e na família. Como já expresso anteriormente no Marco Legal, do ponto de vista doutrinário, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária incorpora, na sua plenitude, a “doutrina da proteção integral”, que constitui a base da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com essa doutrina jurídica, a criança e o adolescente são considerados “sujeitos de direitos”. A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento.

O fato de terem direitos significa que são beneficiários de obrigações por parte de terceiros: a família, a sociedade e o Estado. Proteger a criança e o adolescente, propiciar-lhes as condições para o seu pleno desenvolvimento, no seio de uma família e de uma comunidade, ou prestar-lhes cuidados alternativos temporários, quando afastados do convívio com a família de origem, são, antes de tudo e na sua essência, para além de meros atos de generosidade, beneficência, caridade ou piedade, o cumprimento de deveres para com a criança e o adolescente e o exercício da responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. Esta noção traz importantes implicações, especialmente no que se refere à exigibilidade dos direitos.

Todo este processo que se deu em âmbito nacional, no município de São Bernardo do Campo, caminhou em passos lentos, se pensarmos, por exemplo, que o Estatuto da Criança e do Adolescente fora promulgado em 1990 é só em 1998 que

o município se vê questionando suas práticas que reificavam os pressupostos colocados no código de menores.

No próximo capítulo iremos tratar especificamente do município pensando de que forma ele foi constituído e vem tratando das políticas sociais para criança e adolescente e como isto reflete diretamente nos abrigos da cidade.

CAPITULO II

O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

“Morar em São Bernardo é muito bom principalmente

Praças e parques,é muito boa minha cidade.”

Jéssica –adolescente do abrigo arco-íris.

Localizada a sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, São Bernardo do Campo é uma das cidades integrantes da região do Grande ABC. Limita-se com São Vicente, Cubatão, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema e São Paulo. Possui um território de 407,10 km², sendo 118,74 km² em zona urbana, 212,54 km² em zona rural, além de ter 75,82 km² pertencentes à represa Billings. Possui 781.390 mil habitantes sendo, 767.794 em área urbana e 13.596 em área rural.

O município de São Bernardo do Campo nasceu na Borda do Campo, mesma região onde existiu a histórica “Villa” de Santo André da Borda do Campo (1550-1560). (Oficialmente São Bernardo do Campo reporta-se à chamada “Villa” de João Ramalho (1553) para comemorar seu aniversário de fundação, mas estudos revelam que o município tem origem bem mais recente, visto que o primitivo povoado sem deixar vestígios),

Sendo a região local de passagem para aqueles que do Planalto se dirigiam ao porto de Santos, em especial as “tropas” carregando mercadorias e que aqui faziam pouso, começa a se desenvolver na fazenda dos Monges Beneditinos, ao redor de uma capela por eles construída em 1717, um povoado, às margens dos Ribeirão dos Meninos, região do atual Bairro Rudge Ramos.

Pelos primitivos e novos caminhos, pelas velhas fazendas, registram-se a presença do português desbravador, do índio e do negro escravo.

Tendo-se formado e crescido em terras particulares dos Beneditinos, o povoado não pôde ser oficializado, sendo por isso transferido para outro trecho do velho Caminho do Mar, onde está hoje a Igreja Matriz; esta transferência do povoado ocorreu em princípios do século XIX. Ali, em 1812, de subúrbio da Capital o povoado foi elevado à categoria de Freguesia.

Em 1877 é instalado, nas terras desapropriadas da fazenda dos Beneditinos, o Núcleo Colonial de São Bernardo, que vai dar nova vida a “Vila”. Constituíram-se 15 linhas coloniais que posteriormente originaram os atuais bairros de São Bernardo do Campo.

A presença do imigrante, majoritariamente italiano, é predominante nesse fim de século XIX e início do século XX, contribuindo para ampliar a miscigenação. O

cultivo da terra é intensificado. Planta-se, colhe-se, fabrica-se, produz-se. Os campos vão sendo devastados, as matas derrubadas, as estradas alargadas, ruas corrigidas e calçadas, as vilas edificadas e casas construídas.

Ao final do século, por lei provincial de 12 de março de 1889, Freguesia foi elevada a Município, cuja instalação ocorreu em maio de 1890. O Município compreendia, então, praticamente todo o território do atual ABC. O nome – São Bernardo – deve-se à denominação da fazenda dos Monges Beneditinos, onde havia uma capela dedicada ao Santo, ao redor da qual surgiu o primitivo povoado.

Com a exploração da madeira, as serrarias aparecem, registrando a tendência industrial da “Vila”. Desenvolve-se a indústria moveleira ao lado da têxtil.

No século XX, com a construção da Represa Billings, alguns núcleos coloniais de imigrantes italianos, formados no século XIX, são atingidos por suas águas. Os caminhos se proliferam, não só como passagem, mas como expansão do processo de urbanização. Os bairros vão se formando e desdobrando em pequenas vilas e novos bairros. O espaço do povoado se transforma na paisagem da Cidade.

Apesar do desenvolvimento da sede do Município (atual São Bernardo do Campo), o Bairro da Estação (Santo André), em razão da Estação de Ferro inaugurada em 1867, conhece um crescimento acelerado, com a implantação de várias indústrias. Assim, Santo André começa a se destacar econômica e politicamente, tornando-se, em 1938, a sede do Município.

O nome do município é mudado para Santo André e São Bernardo torna-se distrito. Após muitas movimentações, em 1944 ocorre a emancipação político-administrativa de São Bernardo. O designativo do Campo, aplicado a São Bernardo, surge com a instalação do atual município, em 1º de janeiro de 1945.

Embora 8 de abril de 1553 seja a data da instalação oficial da Vila de Santo André da Borda do Campo, a data convencional para a comemoração da fundação de São Bernardo do Campo é 20 de agosto, por ser o dia dedicado ao Santo "São Bernardo".

Desde que os primeiros portugueses romperam a barreira geográfica da Serra do Mar no século XVI, a pequena vila já trazia em si o aspecto que mais tarde a

projetaria para o resto do país: a estratégica localização entre a futura capital paulista e o porto de Santos.

Dos plantadores de batatas, carvoeiros e marceneiros de outrora originou-se uma cidade complexa, que soube mesclar sua primeira condição de sede de produção moveleira com a chegada das grandes montadoras de veículos na década de 50, transformando para sempre o perfil sócio-econômico da região.

A abertura da via Anchieta, obras de infra-estrutura viária passaram a dar sustentação a um intenso processo de industrialização que não mais seria detido. Esse processo levaria a cidade a conhecer não apenas o desempenho econômico. O acelerado surto demográfico de pouco mais de 100 mil habitantes nos anos 50, São Bernardo chega ao limiar do ano 2000 com 615 mil moradores - trouxe também problemas e demandas de difícil atendimento.

Segundo Heloisa Helena, assistente social, em seu depoimento a população de São Bernardo sempre acreditou que “a cidade é uma terra de gente forte, que luta por seus ideais, e que faz do sonho uma alavanca para o futuro. Não se detém diante das dificuldades e segue em frente”, este lema explica a garra de um povo que vai a luta e torna-se referência nos movimentos sociais principalmente por ser considerado o berço do novo sindicalismo no país.

Outra característica importante deste município é forma em que o meio ambiente está muito caracterizado em seu território, já que 52,3% de sua área são de proteção aos mananciais. Sua vegetação tem na área próxima à Serra do Mar a Mata Atlântica original e, às margens da represa, capoeiras baixas e ralas. O clima úmido temperado faz com que São Bernardo tenha médias de temperatura entre 15º e 24ºC e o índice pluviométrico anual médio de 1.575 mm.

São Bernardo do Campo situa-se na Bacia Sedimentar de São Paulo, na porção chamada de Planalto Paulista, com relevo suavizado de morros e espigões de modestas alturas com máxima de 986,50 m e mínima de 60 m. Sua hidrografia é muito rica, formada pelas Bacias do Rio Tamanduateí (composta pelo Ribeirão dos Meninos e dos Couros e seus afluentes) e do Rio Pinheiros (composta pelo represamento do Rio Grande e seus afluentes).

São Bernardo do Campo é um município muito importante no que se refere aos movimentos sociais, no final da década de setenta constitui-se no município o movimento dos trabalhadores das indústrias automobilísticas que ganham força no cenário nacional. No entanto no que se refere à implantação e efetivação do Estatuto da Criança e Adolescente há uma lacuna temporal de oito anos para que se inicie de fato a adequação dos serviços prestados a infância e juventude.

Para que pudéssemos entender este período a cidade que sempre foi referencia na luta social fica em deficiência no que se refere a suas crianças e adolescentes. Tendo em vista que o equipamento público de referencia no atendimento a criança e adolescente era a FUBEM atual Fundação Criança buscamos entender como se deu este processo pelo olhar de quem viveu este período.

Neste sentido durante o grupo focal realizado fica claro na fala de Heloisa que na verdade São Bernardo do Campo não foi só o berço dos movimentos sociais mas foi o berço do novo sindicalismo, o berço da indústria automotiva brasileira, o berço da nova democracia e das novas políticas que estão ai hoje no cenário nacional, isto ela atribui como sendo fundamental para que no possamos entender todo contexto sócio histórico do município nesta questão.

Ressalta que quando fazemos este percurso histórico da cidade verificamos que tivemos na cidade sujeito políticos que hoje são grandes nomes da nossa política nacional: Jose Serra, Fernando Henrique Cardoso, Ulisses Guimarães e o nosso presidente atual o Lula, ele que foi por algumas vezes presidente do sindicato dos metalúrgicos.

O interessante de tudo isto é que São Bernardo vinha construindo uma identidade política de militância e participação no entanto esta tradição política não dava conta de responder a demandas de uma gestão da política publica, que manteve-se conservadora e tradicional, quando analisamos este percurso político de gestão da política publica no município percebe-se que tudo era muito conservador por que quem dominava a política eram os ricos da cidade.

É mesmo quando com o surgimento do sindicalismo metalúrgico de São Bernardo, fortalecido nos não tínhamos ninguém do sindicato que tivesse expressão na política nacional, isto só aconteceu porque os intelectuais anteriormente citados resolveram apoiar estas lutas sindicais, eles vieram compor com os metalúrgico conjuntura mudou de expressão, houve um momento em que eles fizeram um

movimento político para eleger prefeito na cidade e foi quando em 1986 o PT (Partido dos Trabalhadores), conseguiu eleger seu primeiro prefeito e foi o Dr Mauricio Soares.

Dr. Mauricio Soares, foi e é até este momento a figura política que mais e dedicou as causas da infância e juventude no município tendo sido escolhido “Prefeito Amigo da Criança” por duas vezes pela “ABRINC”, mas que quando iniciou sua historia como prefeito, não conseguiu administrar a prefeitura pelo partido dos trabalhadores. Tanto que para ele continuar a administrar a cidade ele rompr com o partido e acaba a gestão dele de maneira positiva.

Este fato se deu pois havia um incoerência as pessoas não entendiam a diferença em ser sindicalista e ser gestor publico.

Ainda segundo Heloisa havia outro lado desta historia que era a questão da FUBEM. A FUBEM foi uma fundação criada aos moldes da FUNABEM em 1974, e na Política de Bem estar o Menor da situação irregular de criança e adolescente, este era o paradigma de situação irregular de criança e adolescente. Durante vinte anos a FUBEM continuou estruturada da mesma forma.

Heloisa Helena, assistente social no inicio de sua carreira profissional no final dos anos 70 e inicio dos anos oitenta, fez uma visita a FUBEM, que naquele momento era referencia no trabalho com menor de idade. Uma referencia nacional e é isto naquele contexto ideopolitico algumas políticas que sobressaiam a despeito de nos termos um código menorista.

Mesmo estando em situação irregular de menores a FUBEM era referencia Heloisa chegou a visitar a FUBEM e conheceu alguns trabalhos que eles tinham porque era vistos no Brasil inteiro como um trabalho de ponta. No entanto ela acredita que os políticos do Partido dos Trabalhadores ao assumirem a gestão publica do município eles acabaram por se perder e por se deitarem em berço esplendido

E isso foi o que aconteceu e acharam que aquilo era o correto , com aquela historia de que em time que esta ganhando agente não mexe e acabaram quase que eternizando aquela estrutura que existia a ponto de não conseguir mais mudar.

Para Maria Lúcia:

“eu acho que esta lacuna em efetivar as diretrizes do ECA no

município, há um questão histórico cultural pois toda lei quando é promulgada ela demora para poder ser efetivada pois, parece que todo mundo para no entendimento e isto vai quando tem algumas questões que são colocadas a hora, as coisas são efetivadas de uma forma mais rápida outras demoram mais, e somados ao que a Heloisa trouxe que é uma questão de vontade política, que se não fosse a força e a vontade política do Dr. Mauricio nos estaríamos ainda como em alguma cidades do nordeste, que você não encontrar nenhum avanço em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por outro lado existia sim uma resistência dos políticos em mudar aquela estrutura que tinha a FUBEM, uma vez que ela tinha um orçamento alto do gestor publico para esta Fundação o orçamento era alto e era uma forma em que os prefeitos tinham e os vereadores tinham de fazer seus currais eleitorais.

Heloisa nos revela que em uma entrevista que fez com o Dr Mauricio ele disse que chegou a ser presidente da FUBEM por seis meses e neste seis meses ele tentou mudar e não conseguiu porque para fazer a alteração da lei ele necessitava do legislativo e o legislativo não deixou porque sem este curral eleitoral, os vereadores não conseguiriam colocar todos os cabos eleitorais trabalhando lá dentro. Quando ele foi prefeito pela primeira vez em 87 ele tentou mudar novamente e a coisa chegou em um ponto tão difícil que chegaram a por fogo na sede da Fundação queimaram todos os arquivos, de pessoal, de trabalhos que eles tinham desenvolvido, e estes fatos já era uma característica de que eles não queriam mudança.

No entanto havia sim uma resistência ao que vinha sendo executado pela FUBEM, quando chega em 1990 após a promulgação do ECA e, os movimentos sociais que foram fortes na questão da elaboração do ECA um dos importantes agentes foi o “Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua” o movimento nacional nasceu do “Projeto Meninos e Meninas de Rua” que é de São Bernardo e que tinha uma parceria forte com a Igreja Metodista e que por sua vez tinha uma pastora que militava ativamente na área da infância. Então ela e os juristas que elaboraram o Estatuto foram peças fundamentais nesta construção.

Segundo Heloisa esta questão toda porque que houve esta dormência na efetivação do ECA, é

“uma leitura da conjuntura nacional ate a promulgação do Estatuto nos tínhamos movimentos que lutavam e lutavam muito na defesa da garantia de direito a criança e ao adolescente, com a promulgação do Estatuto a impressão que eu tenho é que estes movimentos deixaram de existir pois eles perderam o sentido de luta nos lutamos, lutamos e lutamos para a promulgação da lei com a promulgação não temos mais o que fazer, ou seja institucionaliza-se na lei o movimento que foi institucionalizado a questão de defesa e da garantia dos direitos e eles deixaram de ter força.”

Ainda segundo Heloisa é em 1997, quando o Dr. Mauricio assume novamente a prefeitura de São Bernardo ele começa a querer mexer novamente na estrutura da FUBEM. Em decorrência da pressão dos movimentos sociais a FUBEM havia sofrido varias invasões dos grupos de defesa dos direitos humanos da câmara de São Paulo, além de haver um movimento do ministério publico para que a FUBEM se adequasse ao Estatuto.

O CMDCA já havia condenado o espaço do abrigo, que era um abrigo vertical, sem insolação, trancado a cadeado, os técnicos só faziam atendimento com hora marcada com as crianças, além de outras irregularidades.

Assim o Dr Mauricio começa dar sinais de que ele queria mudar esta situação ele sente que o clima dentro da câmara era favorável para ele então o que ele faz ele tira a diretoria que ali estava e, pensa em uma diretoria que tenha capacidade técnica e foi ai que se compôs um novo grupo que dará uma nova cara aos serviços prestados a infância e juventude no município.

Segundo Maria Lúcia o fator importante foi que para este trabalho ser efetivado de fato vieram pessoas que estavam capacitadas para também, se tivessem vindo pessoas que não tivessem capacitadas nos também incorreríamos no problema de estarmos estagnados pois toda uma implantação somada a uma dinâmica e uma criatividade que muda a Fundação de forma intensa e trouxe este referencial.

Se pesarmos no município hoje no que se refere a implantação dos Cras e Creas, e cm isto atendendo a normativa legal do Sistema Único de Assistência Social, São Bernardo ainda não encontra-se com o numero suficiente de equipamentos em consonância com o que esta estabelecido nas diretrizes do SUAS e o grupo focal aponta uma determinante que é a vontade política na implantação e execução das normativas legais no que se refere as políticas sociais, se não houver

este desejo político não vai haver esta efetivação de fato.

Objetivando entender como o municio de São Bernardo do Campo esta dialogando com a lógica neoliberal e com a implementação de políticas publicas para atender crianças e adolescente que encontram-se em situação de vulnerabilidade, faz necessário entender como este município vem tratando da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes no que se refere a criação e fortalecimento da rede sócio assistencial partindo dos pressupostos colocados pelo ECA.

CAPITULO III

ANALISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E SUAS REPERCUSSOES NA POLITICA DE ABRIGO.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seu Artigo 4º: è dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder publico assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstancias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

O sistema de proteção social no Brasil tem sido objetivo de estudo e debates face à crescente contenção dos recursos públicos diante dos inúmeros encargos que evoluem, sobretudo em comparação com a limitação fiscal e com os critérios distributivistas marcados pela ordem econômica mundial e padrão de acumulação que vem sendo perpetrado sob os ditames do neoliberalismo.

As políticas de estabilização econômica, de ajuste fiscal e de enfrentamento da dívida interna tem determinado, no caso brasileiro, uma redução de investimentos nas políticas sociais votadas para combater os efeitos perversos do modelo de desenvolvimento adotado no país, o qual tem produzido, historicamente, respostas ainda muito aquém da realidade desigual.

Mesmo com a repetição de avanços na distribuição de renda e no emprego, a persistente desigualdade da sociedade brasileira prejudica a evolução dos indicadores sociais, como mostrou a nova edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Divulgada Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o levantamento revela que ocorreu, no ano de 2009, a maior redução na diferença entre ricos e pobres no Brasil desde 1990, segundo o Índice de Gini⁶, que caiu de 0,541 para 0,528.

A pesquisa também informa que havia 14,1 milhões de brasileiros analfabetos em 2007 - o que coloca o País em 15º lugar em proporção de alfabetizados na América Latina e no Caribe - e 4,8 milhões de crianças trabalhando. Em contraposição, a cobertura previdenciária e a rede de esgoto passaram de 50%, em melhorias concentradas no Sudeste e no Sul.

Os indicadores sociais só não avançam mais porque a distribuição de renda não se dá numa velocidade maior do que a verificada nos últimos anos. De 2006 para 2007, já observamos uma redução acentuada (na concentração). Mantida essa velocidade, a partir de agora certamente os indicadores sociais poderão acompanhar mais de perto o crescimento da renda.

A queda no Índice de Gini - que varia de zero a 1 e indica maior desigualdade quanto mais aumenta - foi a reafirmação de uma tendência já verificada em anos

⁶ O índice de GINI mede o grau de distribuição da renda (ou em alguns casos os gastos com o consumo) entre os indivíduos em uma economia. Medido com referência ao desvio de uma distribuição perfeita, um índice de GINI zero implica em uma perfeita equanimidade na distribuição da renda, enquanto que um índice de 100 implica na perfeita desigualdade.

anteriores no Brasil. A PNAD mostrou que, em 2007, o Gini da distribuição de renda do trabalho (não incluindo outras rendas) passou de 0,540 em 2006 para 0,528 em 2007.

Apesar da redução forte, o Brasil ainda está muito atrás de outros países nesse indicador. O Gini da Rússia, por exemplo, é 0,399; o da China, 0,469; e o da Índia, 0,368. Todos têm distribuição de riqueza menos desigual que a brasileira.

O Brasil não é um país pobre; é rico e se aproxima de países desenvolvidos em alguns indicadores, mas a distribuição de renda é como a de países que nem sabemos direito onde estão no mapa. A concentração de renda no País está mais próxima da de nações pobres da América Central, como El Salvador (0,524) e Panamá (0,561), ou africanas, como Zâmbia (0,505), África do Sul (0,578), Suazilândia (0,504) e Zimbábue (0,501).

Segundo a pesquisa, os aumentos no rendimento médio real dos trabalhadores nos últimos quatro anos não foram suficientes para recuperar as perdas ocorridas entre 1996 e 2003. Em 2007, a renda dos ocupados chegou a R\$ 960, o maior valor dos últimos oito anos, mas ainda foi 6% inferior à de 1996 (R\$ 1.023,00), ano de pico da renda na série da PNAD, iniciada em 1992. Depois, houve perdas até 2003, estabilidade em 2004 e recuperação em 2005, 2006 e 2007.

No campo econômico, os indicadores de 2007 colhidos pela Pnad são repletos de boas notícias. O índice de formalização do emprego foi recorde no ano passado, com 35,7% de trabalhadores com carteira assinada. O índice é o maior na série histórica da pesquisa. Mas 8,1 milhões de pessoas ainda estavam desempregadas e a renda e a taxa de desemprego não retornaram ainda ao nível de 10 anos atrás.

O aquecimento da produção industrial fez o número de ocupados crescer 4,6% no período, em relação a 2006. Foi o primeiro aumento na ocupação na indústria apurado na Pnad desde 2004. A agricultura, contudo, continuou reduzindo o contingente de trabalhadores. A ocupação na atividade agrícola caiu 4% em 2007 ante 2006.

Em 2007, também houve redução no número de crianças de 5 a 17 anos que trabalhavam. Ainda assim, esse número chegou a 1,2 milhão na faixa de 5 a 13 anos, na qual o trabalho infantil é ilegal. O decréscimo foi de 171 mil em relação a 2006. Mais de 37% dos menores de 18 anos que trabalhavam no ano passado morava no Nordeste.

Na educação, o País registrou em 2007 um recuo de 0,5% no total de estudantes com mais de quatro anos de idade - indicativo da redução no número de jovens e da evasão de estudantes do ensino médio - e mais um recuo pequeno no índice de analfabetismo. Nesse indicador, com 10% de população de mais de 15 anos analfabeta, o Brasil ainda amarga índices piores do que os de países bem mais pobres da América Latina e do Caribe, como Peru, Paraguai, Suriname e Bolívia.

Pela primeira vez desde 2004, quando foi incluída na Pnad a área rural da Região Norte, a parcela da população que se declarou negra ou parda (49,7%) superou o percentual de autodeclarados brancos (49,4%) no País em 2007.

A taxa de fecundidade caiu mais uma vez no País e, pela primeira vez, ficou abaixo do nível de reposição: 1,95 filho por mulher, em média. Segundo o presidente do IBGE, a mudança confirma a tendência de envelhecimento da população, que, na Europa, levou 100 anos para se completar, mas, no Brasil, durou só quatro décadas - começou no fim dos anos 60.

No ano de 2009, também ocorreu aumento no número de domicílios com acesso a microcomputador e à internet. Segundo a Pnad, 20,4% dos domicílios do País, ou 11,4 milhões, tinham acesso à web, com crescimento de 23% ante o ano anterior. O País também passou de 48,5% para 51,3% de domicílios ligados à rede coletora de esgotos. A distribuição do benefício, contudo, é muito desigual: no rico Sudeste, era 79,4%; no Norte, 9,8%

O trabalho em pauta reflete os indicadores sociais e econômicos que conflita com a realidade das políticas implementadas pelos governos em curso no transcurso do período de 1998 à 2007. A política de atenção à infância e juventude em São Bernardo do Campo a exemplo de outros municípios da região metropolitana da cidade de São Paulo, ainda permanece nos termos dos discursos oficiais, não se constituído ainda prioridade absoluta. É o que evidencia na presente pesquisa, a partir da análise dos dados sobre as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho e emprego em São Bernardo do Campo, no período pesquisado.

Rever este quadro requer o fortalecimento das relações entre a sociedade e as instâncias públicas. As estratégias de enfrentamento dos níveis de pobreza e do limitado alcance das políticas públicas não podem perder de vista a participação da sociedade civil na gestão, monitoramento e controle das ações. Portanto, torna-se imprescindível um maior esforço desta em termos da organização dos espaços

públicos de gestão. Os conselhos de gestão pública são mecanismos que articulam e dimensionam, um novo fazer político. Desta forma, os conselhos de direito da criança e do adolescente e os conselhos de assistência social, precisam de apoio seja em termos de sua formação e existência legal, seja em referencia à qualificação dos atores para o desenvolvimento de suas funções.

O quadro de exclusão e indigência de crianças e adolescentes pode ser evidenciado a partir da realidade observada nas ruas dos principais municípios da região metropolitana da cidade de São Paulo. São Bernardo vem dando respostas a esta demanda porem ainda de forma tímida em termos de condições de sobrevivência para suas crianças. Quais as respostas dos governantes face ao tão propalado processo de descentralização administrativa pública? As análises realizadas revelam que as iniciativas governamentais continuam intrinsecamente ligadas ao Governo federal, progredindo muito pouco o principio da descentralização , que define um tipo de arranjo federativo com transparência de decisões, funções e recursos do Executivo Federal para os Estados e Municípios. Os principais programas na área da política estadual de atenção a criança e adolescente continuam a depender das deliberações políticas emanadas do poder central, além de continuarem privilegiando o caráter assistencial e residual, como veremos a seguir nas ações pontuais desenvolvidas por cada política específica.

Faremos uma análise dos indicadores sociais a partir de dados do município, e IBGE. Em relação aos indicadores sobre renda e saneamento foram destacados alguns fatores qe interferem decisivamente no desenvolvimento infantil e juvenil, tais como, a renda que determina as condições de acesso à alimentação e demais bens e serviços, o acesso à água tratada, o esgotamento sanitário e coleta de lixo, o aceso aos meios de comunicação, informação e entretenimento. Consta-se que são poucos os direitos assegurados às crianças e adolescentes do município de São Bernardo do Campo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente está completando 18 anos este ano. Representa um projeto de sociedade e que os níveis de desigualdade seriam bem diferentes com os quais se convive. Logo, a operacionalização do mesmo deve ser uma tarefa para muitas décadas ainda no processo histórico da sociedade que determinará o ritmo da mudança. Então, não há o que comemorar? Certamente que sim, pois sem o Estatuto, a implementação dos direitos de crianças e adolescentes no município de São Bernardo do Campo tem contado com a influência dos setores

da sociedade que lutam nos movimentos sociais. Ainda há muito que trabalhar para superar os alarmantes indicadores sociais que demonstram os efeitos da concentração da renda e da riqueza.

Para melhor compreender a afirmação de que poucas crianças e adolescentes têm seus direitos assegurados no município, toma-se como base os dados das PNAD de 1999 e 2001 e o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), elaborado pela UNICEF (2001). O IDI incorpora a concepção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, nas últimas décadas tem substituído a concepção economicista para aferição das condições de bem estar humano pautadas meramente na renda individual e no crescimento econômico de cada país.

O IDH, formulado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), centra-se no ser humano e nas suas necessidades para desenvolver-se. O IDH de um país é mensurado a partir da longevidade da população (esperança de vida ao nascer), educação (taxas de alfabetização e matrícula nos níveis de ensino infantil, fundamental, médio e superior) e a renda ou PIB per capita. Tendo como base esta concepção e a Doutrina de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, o Fundo das Nações Unidas abandonada a visão fragmentada a partir das políticas públicas, fazendo uma abordagem a partir do ciclo da vida: primeira infância (0 a 6 anos); a fase intermediária onde o ensino fundamental deve ser obrigatório (7 a 14 anos) e adolescência (14 a 18 anos). Este enfoque tem por base a noção de direito. (UNICEF, 2001).

Tomando por base o IDI de São Bernardo do Campo percebe-se como o município vem tratando as suas crianças e como estão sendo assegurados ou não os seus direitos fundamentais.

Os dados sobre renda e saneamento básico destacam alguns elementos fundamentais, como renda que determina as condições de acesso à alimentação e demais serviços; o acesso à água tratada, esgotamento sanitário e coleta do lixo, que são fundamentais para o alcance das condições mínimas de saúde e higiene.

EDUCAÇÃO

O nível de escolaridade da população brasileira aumentou em 2007, mas havia menos estudantes nas salas de aulas que em 2006. No ano passado (2008), 56,3 milhões de brasileiros estudavam --0,5% menos que no ano anterior.



Os dados constam da Pnad 2007 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A pesquisa, que faz levantamentos socioeconômicos anuais da população brasileira, coletou dados em 147.851 domicílios de 851 municípios do Brasil.

Apesar de registrar queda no número de estudantes, a Pnad mostra uma melhora no grau de instrução entre os que estudam. Em 2007, 30,4% da população brasileira em idade ativa (acima de dez anos de idade) tinha 11 anos de estudo. Em um período de 15 anos, este índice mais que dobrou: era de 14,1% em 1992.

Entre a população com idade ativa, os que trabalhavam tinham mais anos de estudos que os desocupados, afirma a Pnad. Em 2007, a população com mais de dez anos de idade que trabalhava tinha em média de 7,7 anos de estudo, contra 6,9 da população com mais de dez anos (incluindo ocupados e desocupados).

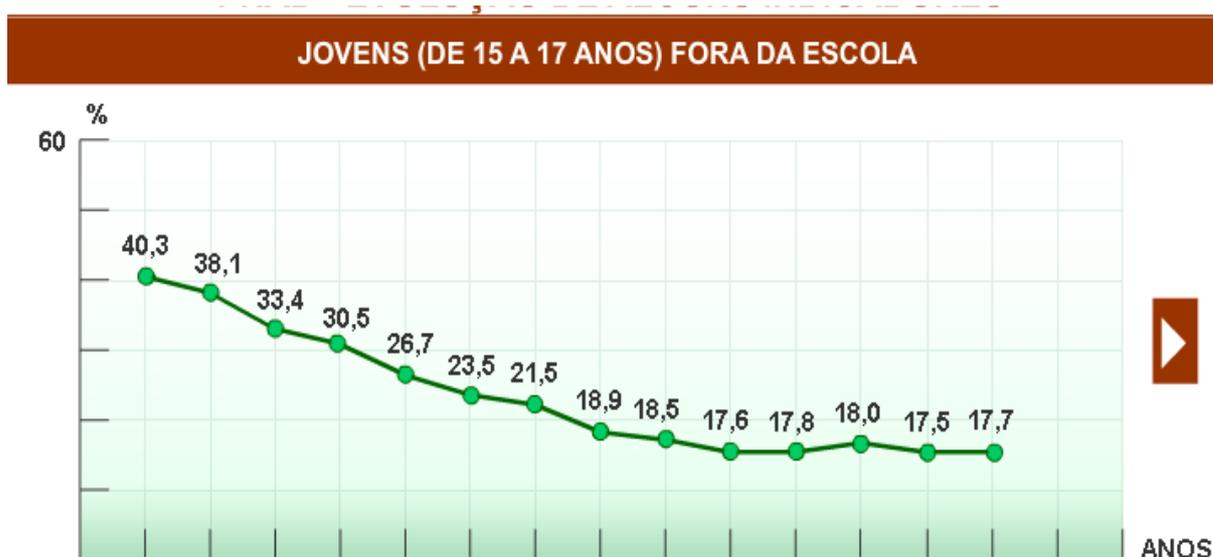
A queda mais acentuada do número de estudantes em 2007 aconteceu na região Centro-Oeste --foram 2,2% a menos que em 2006. Já os Estados do Sul apresentaram os melhores índices. Em Santa Catarina, 99% das crianças e jovens de 7 a 14 anos estavam em salas de aula em 2007, mostra a Pnad.

Entre os alunos mais novos, de 4 ou 5 anos de idade, o maior crescimento ocorreu no Norte do país: 56,7% das crianças nessa idade freqüentaram a escola na região, contra 54,6% em 2006.

A rede pública ainda concentra a maior parte dos estudantes brasileiros. Em 2007, 79,2% dos estudantes, ou 44,5 milhões de pessoas, estudavam em instituições públicas de ensino.

Mas a rede privada se faz cada vez mais presente, sobretudo no ensino superior. Ela concentrou, em 2007, 76% dos estudantes de nível superior, ou 4,7 milhões de pessoas. Em 2006, o ensino superior privado tinha 4,4 milhões de estudantes.

No ensino superior público também houve crescimento de alunos, mas menor que no privado: de 1,4 milhão em 2006 para 1,5 milhão em 2007.



No Brasil não existe um sistema nacional de educação que tenha uma unidade coerente. A falta de articulação ente os níveis de ensino e a forma como são tratados e a visão patrimonialista dos administradores contribuem para a dura

realidade educacional, o que vai se refletir na ação do município. Os estudiosos têm visões divergentes quanto a essa situação. Para uns, corre-se o risco do localismo do sistema, desarticulado das diretrizes gerais. Para outros, longe do centralismo e burocrativismo “O sistema municipal de educação, integrando todos os esforços locais (públicos e privados) na melhoria do ensino, é um poderoso instrumento de fortalecimento dos municípios.” (GADOTI, 1993, p.82)

Essas afirmações são retratadas na realidade do município de São Bernardo do Campo, onde a implementação das competências, conforme Lei de Diretrizes e Base da Educação, ainda caminha muito lentamente, percebendo-se a superposição de ações por exemplo em relação ao ensino fundamental com a presença ainda da instância estadual. Por outro lado, o ensino médio continua relegado a segundo plano o que foi amplamente demonstrando pelos indicadores ao longo da década de 90, a partir da nova LDB o município é obrigado a atuar neste nível, ficando a responsabilidade para a esfera estadual. O processo de municipalização com transferência das competências, equipamentos e pessoal necessário à nova ordem encontra resistência nas formas conservadoras de exercício de poder.

O acesso à educação é constitucionalmente assegurado a todo brasileiro, entretanto, o direito não apenas reverte a situação de desrespeito em que se encontram milhões de pessoas no Estado de São Paulo na década de 90 apresenta indicadores em que se reproduz a negação dos direitos legalmente afirmados. O baixo índice de rendimento escolar representados pela evasão e repetência exigiu uma leitura que articulasse as causas estruturais da pobreza da maior parte da população do Estado e das conseqüências danosas do trabalho infanto-juvenil para o sucesso escolar.

Uma estratégia utilizada na década de noventa que perdura até os dias atuais refere-se a metodologia empregada no processo de avaliação dos alunos, na implementação de um sistema que visa apenas a redução nos índices de evasão escolar, com o objetivo claro de melhorar a imagem do Estado no que se refere aos indicadores de analfabetismo e escolaridade da população. Foi com a implementação em 1998 da progressão continuada, em que o aluno não é reprovado no final de cada série, propiciou um declínio no número de alunos com defasagem idade escolaridade e no número de evasão, mas não garantiu a qualidade desta formação.

Segundo dados do município quanto a evolução da população alfabetizada de 10 anos e mais de idade em São Bernardo do Campo houve um aumento de 5,4 %.

Quanto a escolaridade segundo dados de 2007: 43% possuem ensino fundamental incompletos; 20,2% ensino fundamental completo; 24,1, Ensino médio completo; 7,7% superior completo e 4,7% sem escolaridade.

No que se refere ao índice de abandono escolar, estes dados apontam uma redução significativa nos índices: no ensino fundamental em 1995 havia 4,1% em 2005 para 1,2%; no ensino médio de 13,5% em 1995 para 2,5% em 2005. Este dado mostra que a obrigatoriedade da inserção na rede pública estadual e/ou municipal como condicionante para participar dos programas sociais de transferência de renda vem sendo um dos motivos para esta redução no índice de abandono escolar.

EMPREGO E SALÁRIO

A relação que faremos a cerca das políticas de emprego e salário parte de análises realizadas através de indicadores sociais da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio, no que se refere principalmente ao numero de crianças e adolescentes que encontram-se em situação de exploração do trabalho infantil partimos da PNAD de 1999 que destacava o trabalho infanto-juvenil com cerca de 7,7 milhões de crianças e adolescentes, entre cinco e dezessete anos que trabalhavam; 2,9 milhões de 5 a 14 anos ou 9% da população nesta faixa etária, significando um aumento de 1,9% em relação a 1998. com a PNAD de 2001 verifica-se que o trabalho infantil diminuiu. Em 1992, os dados estatísticos estimavam em 19,6%. Em 2001, 12,7% das pessoas na faixa etária entre 5 e 17 anos, ou 5.482.515 milhões de meninos e meninas continuam exercendo algum tipo de atividade produtiva. Quase um terço ou cerca de 1,83 milhão trabalha 40 horas ou mais durante a semana. Os dados do IBGE confirmam que a maioria dos trabalhadores, 45,2% exercem atividades domesticas e 43,4% trabalham no setor agrícola. Já 76% das crianças de 5 a 9 anos estão no campo. Em relação ao afastamento da escola, 80,3% das crianças e adolescentes que trabalham ainda conseguem freqüentar a escola, enquanto que 9,1% dos que trabalham conseguem dar continuidade aos estudos.

Hoje a questão do trabalho infantil no Brasil ainda é dramática: mais de 1,2 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 13 anos ainda eram vítimas de exploração em 2007, segundo levantamento da Pnad realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Mas, apesar do número alarmante, a incidência de crianças trabalhadoras caiu de 4,5% da população desta faixa etária, em 2006, para 4%, em 2007. Ou seja, 171 mil delas deixaram de trabalhar. A legislação brasileira proíbe qualquer tipo de trabalho para menores de 14 anos.

A queda do índice da exploração é significativa, embora não haja motivo para contentamento. A redução ainda é tímida e lenta perto do que o Brasil pode reduzir. E se não houver um trabalho constante, o trabalho infantil pode voltar a crescer. A melhora nos indicadores é resultado das políticas públicas, não só do Bolsa Família ou dos programas do governo federal, mas também daquilo que os municípios, os Estados e a sociedade civil fazem.

Os dados da Pnad revelam ainda que os meninos negros ou pardos, de

famílias de baixa renda (até um salário mínimo) e que moram em áreas rurais do Norte-Nordeste formaram o perfil médio do trabalhador mirim. Mais da metade das crianças de 5 a 13 anos morava no campo e, conseqüentemente, 60,7% delas trabalhavam em atividades agrícolas. Entre jovens com mais de 14 anos, a proporção de pessoas no trabalho agrícola cai para 32%.

Os mais novos foram as principais vítimas do trabalho sem remuneração (60%), sendo que, em todas as regiões do país, a presença de crianças trabalhando sem qualquer tipo de contrapartida foi muito mais incidente nas atividades agrícolas (83,6%) do que nas não-agrícolas (18,7%).

Quase metade das crianças ocupadas de 5 e 13 anos (44,2%) trabalhou até 14 horas por semana e 6,6% delas chegaram a ter uma jornada de 40 horas ou mais. Apesar disso, 94,7% delas também foram à escola, praticamente a mesma porcentagem obtida entre as crianças que não trabalhavam (95,7%).

Na década de 90, o trabalho infantil era contraditório com a escola, porque não havia uma oferta educacional como há hoje. Agora ele convive paralelamente, as crianças trabalham no contra turno, ir à escola não significa educação de qualidade ou aprendizagem. A criança gasta suas energias no trabalho e não no seu desenvolvimento e isso contribui para que a educação no Brasil esteja em um patamar baixo. As avaliações do Ministério da Educação (MEC) mostram que os municípios com maior taxa de trabalho infantil respondem por menores Índices de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Entre os jovens de 14 a 17 anos, a situação é outra. Nessa faixa etária, 88,9% dos não-ocupados vão à escola, contra 74,9% dos trabalhadores. O governo federal está no caminho certo, mas precisa ser mais contundente no combate às formas de trabalho infantil mais resistentes: na agricultura familiar, no trabalho doméstico e no trabalho informal urbano. Na agricultura familiar, por exemplo, toda a família precisa arregaçar as mangas para poder sobreviver de forma digna. No trabalho urbano, as crianças das periferias vendem bala no semáforo, no comércio informal, nas feiras. Então, todo programa que erradique a pobreza e ajude às famílias a dependerem menos da força de trabalho da criança e toda política que aumente a oferta e a qualidade da educação são bem-vindas.



Um dos Programas Sociais existentes hoje que tem como objetivo diminuir o número de crianças e adolescentes no trabalho infantil é o Bolsa Família, mas por que o Bolsa não está retirando a criança do trabalho, apesar de estar aumentando a frequência escolar?" Essa é a questão feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) ao analisar os dados da Pnad 2007 em seu estudo divulgado a a partir da leitura da análise do Ipea há dois aspectos a destacar. O primeiro é que os valores talvez não sejam suficientes para retirar esse contingente do "mercado de trabalho". Outro fator que pode minimizar os efeitos de programas como o Bolsa Família "é a falta de penalidade quanto ao não cumprimento das condicionalidades, o que pode resultar em crianças recebendo o programa e continuando a trabalhar", aponta.

Crianças sustentam a casa, segundo dados do Ipea, em 36% das famílias, a contribuição das crianças que têm rendimento e não frequentam a escola varia de um terço a 100% da renda familiar. No entanto, essa importância na composição do orçamento familiar cai para 7% em famílias que têm crianças trabalhando e frequentando a escola.

As crianças que apenas trabalham também ganham mais, cerca de R\$ 226 por mês. Aquelas que estudam e trabalham conseguem alcançar R\$ 151. Em 2007, se a família estivesse em situação de extrema pobreza e tivesse três filhos menores de 15 anos, poderia receber do Bolsa Família no máximo R\$112 por mês.

São positivos os resultados de programas que premiam as famílias pobres

que colocam os filhos na escola e não os colocam no trabalho ou os retiram deles, caso do Bolsa Família. A transferência de renda é especialmente importante para famílias que dependem da renda das crianças proveniente do trabalho infantil. No entanto, segundo o Ipea, alguns estudos "mostraram que o benefício recebido pelas famílias resultou em elevação significativa da frequência escolar, mas a redução do trabalho infantil não foi tão expressiva".

Há algumas evidências de que esse tipo de política reduz o número de horas mensais de trabalho das crianças, mas os resultados não são conclusivos ou não há efeito sobre a redução do trabalho infantil. De acordo com a Pnad 2007, crianças de 7 a 15 anos trabalham em média 20,1 horas por semana quando estudam e 35,3 horas quando não freqüentam a escola. Enquanto 55% das que não vão à escola exercem atividades por mais de 40 horas por semana, 11% das que vão à escola dedicam esta quantidade de tempo ao trabalho.

No entanto é interessante observar que analisando esses dados ao longo do tempo, nota-se que a porcentagem de crianças que só estuda vem aumentando, e a proporção de crianças que estuda e trabalha vem se reduzindo, mas a porcentagem de crianças que só trabalha praticamente não se altera.

No município de São Bernardo do Campo, observa-se uma redução no número de adolescentes no mercado formal, no que se refere a faixa etária de 10 a 17 anos, isto decorrente de políticas públicas na área da infância e juventude e no aumento significativo de famílias atendidas em programas sociais de repasse de renda que aumentou significativamente no município. Este fato é atribuído também ao incremento de mais vagas em Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Cabe ressaltar que estes dados são de trabalhadores formais com carteira assinada, pois, não há um senso que conte o número de jovens inseridos no emprego informal, observa-se que existe um número grande de jovens inseridos no mercado informal seja como vendedor em barraquinhas de camelo seja comercializando produtos em feiras livres, e pequenos comércios nos bairros periféricos.

Quando analisamos os dados dos motivos de abrigamento dos abrigos da Fundação Criança que vem executando o trabalho de atendimento as crianças e adolescentes que encontram-se em situação de rua, observa-se um grande numero de meninos e meninas ainda executando trabalho informal seja em faróis vendendo balas, ou em pequenos comercio no mercado informal da cidade. Cabe ressaltar que muitas vezes as famílias destes meninos sobrevivem deste tipo de trabalho, no entanto não iremos tratar deste tema neste trabalho e serve para mostrar uma falha na rede de proteção integral no município que não garante a universalidade no atendimento das políticas publicas.

SOCIAL

A Assistência Social como política de proteção social configura uma situação nova para o Brasil. Apenas em 1998, na Constituição Federal, a Assistência Social passou a integrar o Sistema de Seguridade Social, como política pública não contributiva, pautada pela universalidade da cobertura e do atendimento, ao lado da Saúde (não contributiva) e da Previdência Social (contributiva). Isso significa que a Assistência Social é hoje um dever do Estado e um direito de ‘quem necessitar, independente de contribuição à seguridade social’(art 203).

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS Lei federal Nº 8.742/93) veio regulamentar a Assistência Social de acordo com os princípios fixados pela CONSTITUIÇÃO, definindo uma estrutura descentralizada e democrática para a Política Nacional de Assistência Social)

Essa estrutura, constitui-se de: Fundo Público para financiamento das ações; Conselhos Municipais, do Distrito Federal, Estadual e Nacional de Assistência Social, que integram o poder público e a sociedade civil e deliberam sobre ações; Planos de Assistência Social – elaborados pelas três esferas de Governo: Municipal, Estadual e Federal.

A sua implementação, contudo, apresenta estágios muito diferenciados no país. É certo que houve avanços importantes, como a ampliação do número de secretarias próprias de Assistência Social e do reconhecimento dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiências. Hoje, o Benefício de Prestação Continuada BPC, caminha para a sua universalização, com impactos na redução da pobreza do país, previsto no artigo 20 da LOAS e reafirmado no artigo 34 do Estatuto do Idoso (Lei Federal 10.741/2003), o BPC é o repasse de um salário mínimo mensal a pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios de promover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família. Trata-se de prestação direta de competência do governo federal, presente em todos os municípios.

Mas, estamos ainda diante de desafios urgentes para assegurar a Assistência Social como um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios capazes de promover, no dia-a-dia, de forma integrada às demais políticas públicas, o processo da inclusão social. Devem ficar claras as ações de responsabilidades diretas da Assistência Social e as ações em que atua em coresponsabilidade.

A IV Conferencia Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília/DF, deliberou sobre a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, que representara a consolidação desta estrutura descentralizada, participativa e democrática e a constituição de uma rede de serviços, com eficácia nas suas ações específicas e nas ações em que se relacione com as demais políticas setoriais.

Com base nessa deliberação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome MDS e o Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, elaboraram uma proposta para a Política Nacional de Assistência Social, tornada pública e amplamente discutida em todos os Estados brasileiros em diversos encontros, seminários, oficinas e palestras, recebendo inúmeras e valiosas contribuições. O resultado dessa construção coletiva dói aprovado em setembro de 2004, no Diário Oficial da União, de 28 de outubro de 2004.

A perspectiva da Assistência Social como política pública social impõem um exame da realidade brasileira, sob o olhar privilegiado, para identificar quantos são, quem são e em que circunstâncias demandam os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social.

Esse olhar deve confrontar uma leitura macro social com uma leitura micro social. Isso significa conhecer as situações de pobreza, provação e exclusão a que as submetidas parcelas da população brasileira, mas, ao mesmo tempo, compreender diferenças particularidades e potencialidades que cada segmento desta população apresente. Dentro de um segmento, é preciso considerar, ainda, o grupo familiar e o território em que está inserido.

Assim, a Política Pública de Assistência Social é política de proteção às pessoas, às circunstâncias e dentre elas, o seu principal núcleo de apoio: a família. Isso impõe a maior aproximação possível do cotidiano das pessoas, pois, é nele que os riscos se constituem.

Antes de entrar-mos na especificidade do município e São Bernardo, destacaremos alguns dados da realidade brasileira, fica claro que a Política Nacional de Assistência Social deve observar uma diretriz territorial, identificando onde estão os setores que vivem o processo de exclusão. Ao reconhecer as fortes pressões que estes processos de exclusão socioculturais

geram sobre as famílias brasileiras, torna-se primordial as ações da Assistência Social tenham a família como foco prioritário.

É o núcleo familiar o espaço insubstituível de proteção e socialização primárias, independentes dos formatos, modelos e feições que ele tem assumido com as transformações econômicas, sociais e culturais contemporâneas. O novo cenário remetido, inclusive, a discussão do que seja hoje a família. Podemos dizer que estamos diante de uma família quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consangüíneos, afetivos e, ou, de solidariedade. Para a compreensão desse conceito de família, supera-se a referencia de tempo e de lugar.

A família é provedora de cuidados aos seus membros e, como tal, precisa também de cuidados e proteção do Estado. O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social esta explicito no artigo 226 da Constituição Federal. Esta, por sua vez, endossa o artigo 16 da Declaração dos Direitos Humanos, que define a família como núcleo natural e fundamental da sociedade, com direito à proteção da sociedade e do Estado. Esse reconhecimento reafirma-se, ainda, nas legislações específicas da Assistência Social: Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso e a própria LOAS.

A Assistência Social como direito à proteção social, no sistema de Seguridade Social, tem duplo efeito: o de suprir, sob dado padrão pré-definido, e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. nesse sentido, ela é aliada do desenvolvimento humano e social e não tuteladora. Esse desenvolvimento depende da capacidade de acesso da família aos bens e recursos, pressupondo um incremento destas capacidades. A reorganização de uma rede de serviços e proteção, aliada às políticas de transferência de renda, contribuem para a redistribuição dos acessos e bens e serviços, cumprindo os objetivos da Assistência Social.

Para cumprir os seus objetivos e seguindo os princípios da LOAS, o Sistema Único de Assistência Social, reorganiza os serviços, programas, projetos e benefícios de acordo com as funções que desempenham, o

universo de pessoas que deles necessitam e sua complexidade. São estabelecidos padrões de serviços, que devem ser difundidos e assimilados, progressivamente, nas ações de Assistência Social, sob diversos aspectos: os eixos de atuação, a nomenclatura dos equipamentos, a qualidade dos atendimentos, os indicadores de avaliação e resultados, foram organizados então três níveis de atendimento: Proteção Social Básica; Proteção Social Especial, e a proteção especial esta dividida em: Serviços de Proteção Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica tem por objetivos contribuir para a prevenção de situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Destina-se à população que se encontra em situação de vulnerável em decorrência da pobreza, privação (ausência de renda e precário acesso aos serviços públicos) e da fragilidade dos vínculos afetivos e de pertencimento social (discriminação etárias, por deficiência, entre outras).

A Proteção Básica prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos. Os benefícios, tanto de prestação continuada, como os eventuais, integram a proteção social básica e devem ser articulados aos demais programas e serviços ofertados pela três esferas de governo dentro do SUAS.

Os serviços de Proteção Social Básica serão coordenados e organizados pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. O CRAS será responsável pela proteção de até 1.000 famílias/ano em cada território de 5.000 famílias.

O CRAS é uma unidade política estatal, que atua com família e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e fortalecimento do convívio sócio-familiar. Neste sentido, o CRAS é responsável pela oferta e o desenvolvimento do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF)

A realidade brasileira nos apresenta famílias em diferentes situações econômicas que induzem à violação dos direitos de seus membros, em

especial de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Há também, outros fenômenos resultantes de processos de exclusão: moradores de rua, migrantes, idosos abandonados. Percebe-se que estas situações, nem sempre decorrentes da ausência de renda, se agravam nas parcelas da população com maiores índices de desemprego e pobreza.

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento às essas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus tratos físicos psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil entre outras.

Os serviços de proteção especial podem ser subdivididos em serviços de média complexidade e alta complexidade. São considerados de média complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias, seus membros e aos indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste caso, requerem estrutura que permita atenção especializada, e/ou acompanhamento sistemático e monitorado.

As intervenções nestas famílias em situação de direitos e cujos vínculos familiares estão frágeis, mas não rompidos, envolvem desde a garantia da sobrevivência até a sua inclusão em redes sociais de atendimento e solidariedade. É preciso, nesses casos, desencadear estratégias de atenção que visem a reestruturação do grupo familiar, a elaboração e o fortalecimento de referências morais e afetivas para que ele readquira autonomia em suas funções.

Já os serviços de Proteção Social Especial em alta complexidade garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. Eles se dirigem às famílias, seus membros e indivíduos que se encontrem sem referência e,/ou, ameaçados e, nestas condições, necessitem ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário.⁷

⁷ São exemplos dos serviços: Serviços de Orientação e Apoio Sócio-Familiar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no domicílio; Serviço de reabilitação de pessoas com deficiências na comunidade; Medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida, previstas no

A Proteção Social de Alta Complexidade prioriza a construção de novos modelos de atenção e/ou, abrigamento dos indivíduos que não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, em contraposição aos antigos abrigos, orfanatos e asilos. Como dito anteriormente historicamente, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e idosos, a título de proteção ou afastamento do convívio social, eram abrigados em grandes instituições, onde permaneciam por longo tempo ou a vida inteira. Para a população em situação de rua, são priorizados os serviços que possibilitam a organização de um novo projeto de vida, a aquisição de novas referências na sociedade e a conscientização dos direitos e deveres de cidadania.⁸

No tocante à política de assistência social no município de São Bernardo do Campo, foi evidenciado que as iniciativas governamentais voltadas para as políticas nessa área continuam intrinsecamente ligadas ao Governo federal, progredindo muito pouco o princípio constitucional da descentralização que define um novo tipo de arranjo federativo como transferência de decisões, funções e recursos do Executivo Federal para os Estados e Municípios. Nesse sentido, os principais programas na área da política municipal de assistência social continua a depender das deliberações políticas emanadas do poder central. Portanto mesmo com o pouco que é investido em políticas públicas na área da criança e adolescente, continuam sendo privilegiados o caráter assistencial e residual, não havendo a observância e o respeito em relação aos princípios da universalização. O cidadão continua na condição de assistido, beneficiário, favorecido.

Como dito anteriormente a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social deveria ser implementada de forma descentralizada e participativa, obedecendo aos Artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988. neste sentido, a Lei destaca como princípios básicos a supremacia de atendimento as necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; à universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade de direitos do cidadão, sua autonomia e direito de benefícios e serviços e qualidade; a igualdade de direitos no acesso ao atendimento a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas

ECA).

⁸ São exemplos dos serviços: Atendimento Integral/Institucional; Casa Lar; República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora; Medidas Socioeducativas restritivas de liberdade, previstas no ECA (semi-liberdade; Liberdade provisória e sentenciada); Trabalho Protegido.

e projetos assistenciais, assim como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

Em 1998 foi definida a Política Nacional de Assistência Social. No Estado de São Paulo, política Estadual formulada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/SP) reafirma os princípios e diretrizes da LOAS e tem como referência básica o direito, a justiça e a cidadania. O processo de descentralização no município de São Bernardo vem ocorrendo de forma tímida, necessitando de um olhar mais apurado e crítico quanto a necessidade real e ideal da população subalternizada.

Este processo tem sido alvo de várias avaliações, tendo sido constatado que a política de assistência social desenvolvida nos municípios da região metropolitana tem sido utilizada mais como uma forma de captação de recurso para “ajudar carentes”, persistindo uma visão assistencialista e paternalista. A condução do processo vem ocorrendo por iniciativa do poder público com ausência da mobilização popular ferindo a dimensão participativa, o que expressa a fragilidade da organização da sociedade civil e, por outro lado, a centralização das decisões no executivo municipal. Os Conselheiros de GESTÃO tem demonstrado pouca ou nenhuma influência com algumas exceções. A histórica restrição do financiamento das políticas sociais tem inviabilizado a ampliação dos programas e serviços assistenciais.

Observa-se durante participação deste pesquisador enquanto membro do Conselho Municipal de Assistência social, o total despreparo dos conselheiros que necessitam de capacitação constante e permanente objetivando subsidia-los em suas ações, há também neste espaço pouca participação da sociedade civil, e os poucos membros que compõem este segmento são os mesmos que estão nos conselhos de idosos, crianças e adolescente, habitação, saúde e educação, corroborando com isto a fragilidade de articulação da sociedade civil.

Outro dado importante quanto a participação da sociedade civil nos conselhos de direitos é que em sua maioria 90% são representados por técnicos de entidades que estão ocupando este espaço político e de garantia de direitos em detrimento dos interesses de sua entidades, tendo inclusive a participação de membros que ganham para participar dos conselhos deliberativos da região.

O controle social previsto na Constituição de 1998, constitui a participação popular organizada na gestão pública, administrativa, financeira e técnica das

políticas públicas. São espaços privilegiados para a participação popular na política de Assistência Social, entre outros. As conferências, que acontecem nos níveis municipal, do Distrito Federal, estadual e nacional, têm o papel de avaliar a situação da Assistência Social, definir diretrizes para a política e verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado.

Aos Conselhos cabem a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento; a aprovação do Plano de Assistência Social, da proposta orçamentária e de aplicação do Fundo. São também tarefas dos Conselhos: normatizar, disciplinar, avaliar, acompanhar e fiscalizar os serviços prestados pela rede socioassistencial, além de definir os padrões de qualidade e os critérios de repasse dos recursos.

Nos conselhos, estão representados os usuários, as entidades e organização da Assistência Social e os trabalhadores do setor, eleitos em fóruns próprios. É com a efetiva participação que será assegurada a construção e a implementação do SUAS. Mas, se a participação da sociedade organizada tem se consolidado, a participação dos usuários nas instâncias principais os Conselhos e as Conferências ainda representa um desafio.

A Assistência Social, como já abordamos aqui, é uma política recente, voltada a garantia de direitos e promoção do desenvolvimento humano e social. Historicamente, as ações de assistência social configuram-se mais como doação e tutela, reforçando nos usuários posturas dependentes e frágeis.

Assim, viabilizar e potencializar a participação dos usuários é ação transformadora, que terá que ser motivada, envolvendo um processo de capacitação e formação política dos atores da Assistência Social, bem como a produção de metodologias apropriadas a essa participação.

SAÚDE

No que se refere as políticas públicas de saúde principalmente para o segmento criança e adolescente o município de São Bernardo vem demonstrando que está buscando alternativas no enfrentamento das demandas referentes a questões de saúde, no entanto há muito que avançar principalmente no que concerne aos atendimentos psicossocial, psiquiátrico além de propor ações de eficazes de controle de natalidade, planejamento familiar e saúde básica.

Observa-se também que o Programa Saúde da Família existe no município porém ainda de forma deficitária, há uma defasagem muito grande de pessoal uma vez que não há um investimento do governo local neste segmento de prevenção e acompanhamento, o pouco que existe faz um trabalho deficiente.

Há uma deficiência no quadro de funcionários da rede de saúde no que se refere a médicos clínicos gerais e especialistas, o que demanda longas esperas para atendimento. Também não há psicólogos em número suficiente para suprir a necessidade do município, o atendimento psicológico encontra-se com filas de espera de seis meses para primeira avaliação.

Há um movimento no governo em tentar pela via da terceirização promover a contratação de fundações que executem os serviços de saúde no município porém, isto não garante a não precarização dos serviços prestados.

No município há extremos nesta relação pois ao mesmo tempo em que em alguns locais não há atendimento, há outros em que os hospitais são referenciados pela excelência no atendimento, no entanto são ações pontuais que não retratam a realidade do município.

Acreditamos que para melhorar este sistema de saúde deve haver uma maior articulação entre os órgãos envolvidos na defesa dos direitos desse segmento de modo a sensibilizar outros setores da sociedade para a necessidade de intensificação do controle social a ser exercido pela sociedade, através de entidades representativas, fomentando a participação nos conselhos de Saúde que é a ferramenta necessária para fiscalização e controle das políticas de saúde no município.

CULTURA, ESPORTE E LAZER.

A articulação dos municípios com entidades governamentais e não governamentais de incentivo a práticas de difusão da cultura, esporte e lazer, numa perspectiva de construção de alternativas de desenvolvimento das potencialidades de crianças e adolescente, ainda se mostra muito incipiente. Não podemos deixar de destacar o significado das informações acima mencionadas, quando pensamos na política de cultura, esporte e lazer no âmbito da proteção e promoção de crianças e adolescentes, pois estas ações as perpassadas, influenciadas e passíveis de alteração pelo desenvolvimento de atividades culturais e desportivas, além de serem vistas como recurso importante das práticas pedagógicas desenvolvida junto ao segmento infanto-juvenil.

Observa-se na análise das propostas de governo dos prefeitos que assumiram o município durante o período estudado (1998 a 2007) os planos priorizavam as ações a área da cultura esporte e lazer, como fundamentais para o processo de desenvolvimento da criança e adolescente no município; contudo percebe-se no material pesquisado ainda ser muito elementar a concepção de cultura que sustenta o plano. O que fica expresso a partir das informações obtidas é uma confusão conceitual em torno das expectativas em relação à implementação de uma política de cultura, esporte e lazer na vida de crianças e adolescente. Cultura fica reduzida a eventos artísticos. Esporte e Lazer são traduzidos em jogos e brincadeiras, sem investimento no potencial pedagógico eminente às práticas culturais, esportivas e recreativas.

Somente em 2008 observa-se com a implantação do Projeto Contadoras de Histórias, um incentivo a leitura, especialistas da área da educação afirmam a importância da leitura no processo de desenvolvimento infanto-juvenil, tanto como poderoso recurso pedagógico para elevação do seu desempenho escolar, como mecanismo de apropriação do conhecimento. Mesmo sendo embrionário o projeto ele aponta os efeitos junto a seus usuários, as repostas fornecidas expressam a importância para o desenvolvimento destes.

Neste segmento há necessidade de controle social com acompanhamento da sociedade civil uma vez que todas as ações que vem sendo realizadas pelo governo

municipal visa ações pontuais e fragmentadas, não garantido a participação da população na implementação de políticas públicas para este segmento em consonância com as necessidades da população.

Não há um mapeamento de interesse quando se pensa na execução de curso, workshop, atividades culturais, eventos esportivos, para que a população infanto-juvenil, tenha suas necessidades sanadas.

Há um grande investimento na construção de parques e praças equipadas com o que há de melhor, com toda infra-estrutura de paisagismo e arquitetura, mas que estão sempre localizados em bairros nobres do município não atendendo a necessidade da população com menor poder aquisitivo e que tem dificuldade de inserção em locais que propiciem espaços de lazer. Não que a população beneficiado com estes parques não tenham direitos de usufruir destes espaços, mas não há investimento junto a camada e maior população do município.

As atividades desenvolvidas no município não correspondem à demanda de crianças e adolescentes o que nos leva a afirmar que a ação governamental esta longe de cumprir o que está assegurado em Lei, considerando-se o alcance restrito dessas ações, predominando a maioria das atividades na região central e nos bairros onde as pessoas tem um poder aquisitivo elevado.

Esta situação sinaliza a dificuldade existente em situar a cultura, como alvo fundamental da política pública, carecendo de recursos próprios e de diretrizes para o seu desenvolvimento e que proporcione o fortalecimento da concepção de cultura, como base de fundamentação do processo de desenvolvimento societário.

Em síntese ao fazermos uma avaliação no período estudado não podemos deixar de pensar que estamos avaliando políticas públicas ao mesmo tempo em que chega a maioria do Estatuto da Criança e do Adolescente. Se considerarmos os indicadores sociais e econômicos produzidos a partir das PNAD / IBGE (1991 e 2001) e, atualmente destacados pela Fundação Getulio Vargas e por indicadores do município, há pouco que se comemorar. Tais dados constataam o crescimento da miséria e as condições iníquas em vivem as crianças. Os compromissos do Governo brasileiro com a não ordem do capitalismo mundial, via transnacionalização da economia, tem como reflexo imediato o corte de gastos públicos, principalmente destinados à garantia de políticas sociais. A redução dos tem se constituído em um

dos entraves para a implementação dos direitos da criança e do adolescente. Elaborar políticas e controlar a sua execução supõe a realização das metas planejadas.

O tão propalado processo de descentralização administrativa e política parece ter se desviado de seus propósitos no sentido de garantir a democratização das ações políticas, servindo de anteparo para viabilização de projetos pouco comprometidos com os interesses coletivos. Na verdade tem, ocorrido o fenômeno da desconcentração que se expressa na delegação de responsabilidades, transferência de atribuições e a privatização ou desregulação dos serviços sociais. Embora o conceito de seguridade social no Brasil haja incorporado princípios como o da universalidade de cobertura e do atendimento, a uniformidade dos benefícios, a seletividade e distribuição da proteção, a irredutibilidade dos valores, a equidade em termos de custeio e a diversidade de financiamento, o que se constata é que o investimento público continua sendo restrito e restritivo. Ou seja, os programas e projetos sociais dirigidos para os segmentos específicos e focalizados, resumem-se àqueles estritamente pobres ou indigentes, também eles selecionados, dentre um universo onde predominam demandas e necessidades urgentes.

Mesmo tendo um caráter focalista há de se pensar que as políticas existentes hoje de transferência de renda em alguns municípios é o gira toda economia, faz crescer os pequenos comércios e desenvolver a economia destas cidades. É também com este dinheiro que muitas famílias estão podendo melhorar suas condições precárias, o dinheiro é pouco mas vem contribuindo de forma propositiva em algumas situações.

Em relação ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, por exemplo, é imprescindível uma avaliação mais precisa que abranja não só a operacionalização desse programa, em termos dos critérios de concessão da bolsa, mas, principalmente, no que se refere à conjugação de esforços governamentais no sentido de garantir a viabilidade das políticas públicas. Nestes sentido, as iniciativas devem se voltar para educação e a formação de crianças e adolescentes e jovens, para a geração de trabalho, emprego e renda para os adultos e para fortalecimento de políticas direcionadas, tendo em conta a conscientização e mobilização das forças sociais e políticas rumo a uma sociedade mais igual. Além do PETI, outros

programas devem garantir o acesso e manutenção na escola, a construção de metodologia que possibilite o desenrolar de uma pedagogia libertadora apontando caminhos e horizontes, tendo em vista um projeto de formação e capacitação dos bolsistas, a continuidade dos seus estudos e a sua inserção no mercado de trabalho.

Existem diversos caminhos na esteira de outros programas, como Primeiro Emprego, articulando-se com a iniciativa privada, utilizando-se recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), associando-se ao Programa de Capacitação Solidária e ao festejado Programa de Garantia de Renda Mínima, o Bolsa Escola, do Ministério da Educação. O município vem desenvolvendo algumas ações com os Programas de educação do adolescente para o trabalho e o Flor de Lis que são espaços importantes na formação e inserção de jovens no mercado de trabalho, fomentando também a importância da escolarização.

Com relação a saúde, é indispensável dar prioridade às ações de saúde para proteção de crianças e adolescentes, no município em articulação com todas as instâncias de gestão, controle e implementação das políticas, de modo a não mais se configurarem como implementação precária das determinações ministeriais, organizadas através de Programas municipais de enfrentamento das demandas.

Os resultados apresentados exigem a construção urgente de mecanismo de controle e acompanhamento das ações de saúde para esse segmento, de modo a melhor possibilitar a apreensão dos impactos produzidos, uma vez que não dá para implementar a política de saúde para crianças e adolescentes, na clássica lógica de mostrar a implementação desvinculada dos resultados a serem atingidos.

Embora exista uma lógica jurídico que legisla e assegura o direito e os planos governamentais que afirmam ser a criança e adolescente prioridade absoluta, ainda é longo o caminho a percorrer para tornar efetivo o direito a cultura, ao esporte e ao lazer. Os dados mostram que não foram implementadas ações efetivas para alteração da situação em que se encontram as crianças e adolescentes dos setores subalternizados.

No município de São Bernardo a principal executora de políticas para infância e juventude é a Fundação Criança, que operacionaliza em várias frentes de trabalho

ações sociais que são referencias no atendimento, no próximo capítulo iremos tratar desta Fundação e de seu papel no município.

III - A FUNDAÇÃO CRIANÇA E SÃO BERNARDO DO CAMPO.

Fundação Criança de São Bernardo do Campo, é uma fundação pública de direito privado, criada pela Lei Municipal nº4683 de 26/11/1998, cujo objetivo é a implantação de projetos, programas e serviços de proteção especial e sócio-educativos a criança e adolescente, conforme as diretrizes fixadas na Lei Federal nº8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente.

A missão da Fundação é: Proteger e desenvolver potencialidades de crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados e adolescentes autores de ato infracional, reduzindo sua vulnerabilidade a riscos sociais, individuais e institucionais, visando sua inclusão social.

3.1 - Diretrizes Básicas

- Considerar a infância e a juventude como prioridade absoluta das políticas públicas.
- Possibilitar o monitoramento do desenvolvimento infanto-juvenil e a priorização da atenção à situações de vulnerabilidade social.
- Articular e integrar ações intra e inter governamentais contando com parcerias de organizações da sociedade civil.
- Contribuir para o fortalecimento da rede de serviços existentes, buscando a complementaridade e a otimização de suas ações.
- Garantir a condição de sujeito de direitos à criança e ao adolescente, estimulando o protagonismo.
- Desenvolver ações para o fortalecimento das famílias, reconhecendo a multi-causalidade das situações de vulnerabilidade, avançando das ações de assistência para o empoderamento pessoal e familiar.

- Modernizar a gestão e garantir a visibilidade democrática.

3.2 -Ações desenvolvidas:

3.2.1 - CACJ – CENTRO DE ATENÇÃO À CRIANÇA E A JUVENTUDE

Em seis diferentes endereços localizados na periferia do município de São Bernardo do Campo, atende criança e adolescentes na faixa etária de 7 a 18 anos no horário inverso ao Ensino Formal. Procura a formação e o desenvolvimento pessoal e social, por meio de atividades lúdicas, esportivas, culturais e recreativas, desenvolvidas por educadores sociais que atuam nas áreas de teatro, circo, música, dança e esporte.

3.2.2 - CAF – CENTRO DE ATENÇÃO À FAMÍLIA

Localizado na região central do município, atende a famílias encaminhadas pelos Conselhos Tutelares. Direcionado às famílias em situação de conflito familiar, tem por objetivo, além do pronto atendimento, ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e, a inclusão na Rede Social municipal.

Objetiva também, transformações na dinâmica familiar por meio de apoio psico-social e, educativas mediadas por educadores que favorecem o fortalecimento dos vínculos, a integração enquanto grupo e a participação comunitária.

Realiza também atividades de formação de educadores da Rede Municipal de Ensino, para o trato com as famílias.

3.2.3 - CASE – CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS

Atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, com medida judicial sócio-educativa em meio aberto, de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

É realizado por educadores sociais a partir de grupos de vivência, atividades de arte-educação e inclusão na rede de serviços.

Objetiva a mudança de comportamento e de atitudes, desenvolve trabalhos com as famílias e conta com o envolvimento da comunidade no processo.

3.2.4 - Centro Integrado de Apoio e Defesa à Infância e Juventude “Dr. Emílio Jaldin Calderón”.

Serviços de Pronto Atendimento Familiar, Assistência Jurídica, Assistência Psico-social e Busca de Desaparecidos.

Tem por objetivo oferecer a toda criança e adolescente e seus familiares em situação de vulnerabilidade social, o acolhimento inicial necessário ao caso e os encaminhamentos pertinentes.

Atua na atenção as vítimas de violência doméstica e de abuso ou exploração sexual e na defesa técnica das ocorrências que coloquem crianças e adolescentes em situação de risco.

Para tanto, conta em sua estrutura, com advogados, especializados na causa criança e adolescente, psicólogas e assistentes sociais, educadores sociais e estagiários da área do direito e da psicologia.

3.2.5 - ABRIGOS

O programa Abrigos, instalado em duas casas, localizadas em bairros com boa infra-estrutura, tem capacidade para abrigar 20 crianças e adolescentes cada. Possibilita o acolhimento e a proteção de várias situações de vulnerabilidade social. Segue os princípios da brevidade e excepcionalidade.

A partir da investigação das histórias de vida dessas crianças e adolescentes, são realizados encaminhamentos para o fortalecimento e o restabelecimento dos vínculos familiares, escolares e comunitários.

Convênio com entidade para atendimento de crianças e adolescentes portadores de deficiência que estão em situação de abrigo

3.2.6 - ESPAÇO ANDANÇA- CENTRO DE ACOLHIMENTO E CONVIVÊNCIA À CRIANÇA E JUVENTUDE

Atende crianças/adolescentes e jovens em situação de rua ou em trânsito. Visa a erradicação do trabalho infantil e o restabelecimento de vínculos favorecendo o retorno à família, à escola e à comunidade. Conta com educadores sociais para a realização da abordagem às situações de rua. Oferece condições para higiene pessoal, alimentação e pernoite em sistema de Casa de Passagem e articula-se com a rede de serviços municipais, visando a inclusão social.

Realiza, também, o retorno das crianças e adolescentes às cidades de origem.

3.2.7 - CENTRO DE ATENDIMENTO À DROGADICÇÃO

“**Espaço Novo Tempo**” Oferece às crianças e adolescentes, com diagnóstico de uso abusivo de substâncias psicoativas, tratamento em regime de internação, como retaguarda de atendimento ao Centro de Atendimento Psico Social – álcool e drogas (CAPS-ad) infantil, para situações com necessidade de tempo maior de internação para tratamento. O trabalho tem abordagem terapêutica, sócio-educativa e laboroterápica, contando com atendimento individual, grupos terapêuticos, atividades pedagógicas, artísticas e físicas.

3.2.8 - PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTAGONISMO CIT CENTRO DE INICIAÇÃO AO TRABALHO.

Desenvolve ações de formação cidadã e qualificação profissional, preparando jovens para o ingresso no mercado de trabalho e para ações empreendedoras.

Estimula o protagonismo juvenil na perspectiva da cidadania ativa, como forma de prevenção das situações de vulnerabilidade e de exclusão social.

É dirigido a jovens de ambos os sexos, entre 16 e 24 anos e oferece Bolsa Auxílio, em parceria com o governo estadual e federal.

Dentre as ações, destacam-se:

- Agente Jovem – 300 jovens
- Primeiro Emprego – 100 jovens
- Ação Jovem – 50 jovens
- Rotativo Cidadão: Preparação e ingresso ao mundo do trabalho de jovens de 18 a 21 anos, de ambos os sexos, com estímulo a formação escolar e profissional. Fundamenta-se na educação para o trabalho, na cidadania e na organização do espaço urbano, a partir da prestação de serviços no sistema de estacionamento público, em parceria com a Autarquia Rotativo São Bernardo.
- Flor de Lis: trabalho desenvolvido com jovens do sexo feminino, com idade entre dezesseis e vinte e três anos que tem por objetivo formar contadoras de história para atuar nas bibliotecas e escolas do município;
- Padaria Escola, objetiva formar jovens empreendedores no segmento de alimentação.

3.2.9 - ATENDIMENTO A CRIANÇAS VÍTIMAS DE MAUS-TRATOS

Em parceria com a organização não governamental Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância do ABCD (CRAMI), atua na atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica encaminhadas pelos Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude e população em geral que se utiliza, do “Disk-Denuncia” que atende pelo número (11) 4123-1751. Realiza eventos técnicos com o objetivo de prevenir ocorrências que coloquem criança e adolescente em risco.

CAPITULO IV

O UNIVERSO PESQUISADO

“revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário, esse é o desafio”

“revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário, esse é o desafio”

Lefebvre

Neste capítulo iremos fazer um estudo acerca das mudanças ocorridas na FUBEM (Fundação do Bem Estar do Menor), estrutura de atendimento a criança e adolescente no município de São Bernardo, que fora fundada em 1974 a partir de decreto Lei, foi criada aos moldes da antiga FUNABEM, e tinha o objetivo de atender os menores que encontravam-se as margens da sociedade, ou seja os carentes, os órfãos e os marginais, como eram chamados os meninos e meninas da época. Todo atendimento era referendado e norteado pelo paradigma da situação irregular proposta pelo antigo código de menores.

Segundo Heloisa Helena que visitou neste período a FUBEM e conheceu um instituição que chegou a ser reconhecida nacionalmente pela inovação em seu atendimento aos meninos e meninas, em atividades educativas nos períodos contrários ao escolar.

Dentre os projetos que ela conheceu havia um equipamento que atendiam estes meninos e meninas, após o período de aulas com atividades lúdicas e de formação profissional, como marcenaria (por ser o forte na região) além de jardinagem entre outros. Este projeto existiu entre 1988 à 1994, era “a menina dos olhos” da diretoria da época.

No entanto estas atividades progressistas, para época eram apenas neste projeto nos outros e principalmente no abrigo a situação estava muito a desejar, uma vez que as crianças e adolescentes atendidos eram deixados jogados em um local totalmente inadequado.

Toda esta estrutura só vem a ser questionada após a promulgação do estatuto da Criança e do Adolescente pelos movimentos sociais, pela promotoria do município e em maio de 1998, uma ação civil pública e movida pela promotoria. Após varias denuncia dos movimentos sociais que culminou com o fechamento da FUBEM e surgimento da Fundação Criança de São Bernardo do Campo.

Toda diretoria da FUBEM fora demitida e novos profissionais são chamados para dar imprimir um novo olhar a aqueles espaços. Rosemary Pereira Ferreira, assistente social; Samuel Gomes Pinto, administrador de empresa e Heloisa Helena Daniel, assistente social, as novas diretorias Presidente, Administrativa e Técnica que recebera a missão de mudar todo o complexo formato institucional que ali existia e construir pautado no ECA. A começar pelas relações entre as diretorias, uma vez que havia uma diretoria administrativa, técnica e presidente que não era comprometida com o trabalho na área da infância e juventude e suas ações eram

claras no sentido de abandonar os equipamentos e não investir na modernização e adequação as normativas legais.

Segundo Heloisa Helena, assistente social, um aspecto interessante é que

“quando nos chegamos na FUBEM as diretorias elas não se falavam, você imagina um diretor administrativo que não fala com a diretoria técnica e vice versa eles só se comunicavam por ofício interno e mesmo quando um demandava coisa ao outro eles boicotava então as pessoas que eram subordinadas a eles também não se falavam, o que aconteceu os serviços foram sendo fechados os serviços que eram na comunidade foram sucatiados já não existiam mais, os abrigos era aquilo lá no prédio, tinha as selinha que tinham sido condenada varias varias vezes pelos serviços prestados, entao tava mesmo sucatiados. Por outro lado população de São Bernardo não se conformavam, como é que podia um serviço tão ruim uma FEBEM no município, porque a FUBEM era comparada a FEBEM ter tanto dinheiro e não resolver os problemas dos adolescentes, por que era este o conceito que a gente tinha da população quando nos chegamos lá e é aí que começaram as mudanças.”

Ao chegarmos a FUBEM, nos deparamos principalmente com uma estrutura tanto física como metodológica que estavam pautadas no antigo código de menores, totalmente inadequada as condições propostas pelo ECA, mas principalmente tinha um corpo funcional que estava a muitos anos executando uma pratica equivocada.

No que se refere ao abrigo este chamava-se “Projeto Veredas”, atendia crianças e adolescentes do município, encaminhadas pelo Poder Judiciário e Conselho Tutelar. O perfil era o mais diverso, haviam desde bebes a adolescentes infratores. O prédio era dividido em quatro andares sendo que no primeiro ficava o setor técnico, administrativo e coordenação, no segundo permaneciam os meninos, e um grande roupeiro; no terceiro as meninas e os bebes e por fim o quarto andar onde eles permaneciam a maior parte do tempo, pois, ali se realizavam todas as atividades como: ver televisão, se alimentar, brincar e tomar um pouco de sol que entrava pelas janelas.

Todos os andares eram fechados com grandes grades com cadeados o que não permitia a liberdade de transito entre os pavimentos, exatamente como nos complexos carcerários.

Heloisa ressaltou durante o grupo focal que a primeira medida que ela

enquanto diretoria técnica fez ao chegar no abrigo foi solicitar que os inspetores tirassem os cadeados dos portões uma vez que o local era trancado por grades e portões.

Neste prédio permaneciam em medias oitenta crianças e adolescentes abrigado, sendo que chegou a ter noventa e cinco internos. O corpo funcional estava dividido entre “inspetores”, “auxiliares gerais”, “cozinheiras” e “motoristas”, que trabalhavam em escala de plantão, entravam as 7h da manhã e saiam a 19h, outro turno entrava as 19h e ia até as 7h, dia sim dia não, as equipes nunca se encontravam para conversar dialogando apenas pelo livro de relatório que era espaço apenas de informações da operacionalização do que havia ocorrido no turno anterior e o que deveria ser feito na seqüência.

Estes funcionários estavam atuando a muitos anos na mesma função sem nenhum tipo de capacitação, eles eram orientados apenas para manter a ordem e a disciplina sem que houvesse fugas ou qualquer ameaça a ordem. Neste processo se forma um corpo funcional que estava doente e com isto adoecia também os meninas e meninos atendidos uma vez que eles não conseguiam ver no outro um ser humano em formação que necessitava de cuidados especiais em condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

A maioria dos funcionários tinham em sua maioria formação escolar com ensino fundamental incompleto (quinta série), era em sua maioria do sexo feminino, casadas. Chegavam a este trabalho atendendo a anuncio de jornal para seleção publica, mas havia muitas indicações político partidária ou de familiares que já atuavam na FUBEM. Outro dado importante é que 90% destes funcionários “inspetores” vinham de atividades laborativas no campo da metalurgia e comercio, e que pela falta de outra opção acabam por adentrarem no serviço sem nenhum tipo de preparo ou formação. A equipe técnica pressupõem-se que tinha suas formações especificas e na medida do possível executavam seus atendimentos.

Segundo Heloisa, ela se deparou com uma equipe técnica que atendia as crianças e adolescentes em dias agendados com hora marcada, e isto lhe causou espanto, pois não havia um trabalho que propiciasse o entendimento do caso e o retorno deste menino menina a sua família de origem.

Ressaltou também que o fato dela estar chegando e ver toda aquela equipe equivocada em suas ações, não fez com que ela os demitissem de pronto, ela deixou-as um período sob orientação e observação constante para poder verificar

quais delas teriam condições de colocar em prática um projeto de abrigo diferenciado comprometido com as diretrizes estabelecidas pelo ECA, desta equipe de seis técnicas apenas uma continuou após este período de observação pois elas não se adaptaram a nova proposta.

Foi também neste contexto que após um mês de observação e diálogo com as coordenações dos programas existentes, que Lúcia Lucena fora convidada a coordenar o Programa Abrigo. Que inicia suas atividades tendo a árdua tarefa de desmontar e construir uma nova forma de se atender as crianças e adolescentes abrigados.

Com este cenário que a toda equipe da Fundação Criança assume a tarefa de desconstruir o paradigma da situação irregular e implantar uma política pública voltada para a efetivação do direito.

O primeiro desafio foi o de desconstruir a FUBEM e construir não só um novo nome mas um novo serviço para atender as crianças e adolescentes do município de São Bernardo do Campo, que é a Fundação Criança e para isto entender o cotidiano daquele local, entender o que vinha sendo feito e executado pelas equipes, principalmente técnica para que uma nova prática profissional pudesse ser imprimida.

4.1 - O NOVO PROGRAMA ABRIGO DA FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO.

O abrigo pesquisado situa-se na cidade de São Bernardo do Campo, é um programa da Fundação Criança de São Bernardo do Campo. Este programa existe desde a década de 80, e vem sofrendo transformações principalmente nos últimos anos em decorrência da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para que possamos entender como as mudanças ocorreram faz-se necessário entender que no modelo da antiga FUBEM quando uma criança ou adolescente chegava ao abrigo eram acolhidos pela equipe de “inspetores”, que os orientavam quanto as normas e regras do local, assim como tratavam de higienizar, ou seja, “raspar a cabeça, passar remédio no corpo contra escabiose”, depois lhes eram entregue roupas que a FUBEM tinha em seu roupeiro, padronizando assim o novo interno aos demais.

Depois de realizado estes procedimentos os meninos e meninas eram atendidos pela equipe técnica que como dito anteriormente “o atendimento técnico era com hora marcada” e a equipe técnica preenchia os instrumentais de entrada, assim como começavam a entender quais os motivos trouxeram-no para o abrigo. Após esta primeira escuta a família, quando tinham, era chamada para entrevista, e somente depois se pensava de que forma aquele menino ou menina iria retornar ao convívio familiar e comunitário, no entanto esta pratica não era de forma padronizada uma vez que analisando o livro de entradas do Projeto Veredas, verificamos que as crianças e adolescentes permaneciam em media quatro anos abrigados o que denuncia um abandono ao atendimento familiar.

E quanto a família de origem não comparecia, ou não era localizada a criança e/ou adolescente eram encaminhados para outros abrigos do município e ali permaneciam por longos períodos, eram comum encontrarmos casos que estavam abrigados há muitos anos, sem que se tentasse efetivar um trabalho com a família de origem.

Quando existia a família e a equipe conseguia dentro de toda limitação de encaminhamentos realizar, um atendimento com a família o caso acabava por permanecer por um período mais, pois, não havia por parte do judiciário confiança no trabalho executado pela equipe do abrigo, e pelo inchaço de trabalho da equipe técnica do judiciário os meninos e meninas acabavam esquecidos por um período

acima do necessário nos abrigos.

Segundo Heloisa Helena, assistente social, uma das coisas que mais chocou-a quando chegou a FUBEM foi saber que em 1998 as crianças e adolescentes e sua grande maioria não estavam inseridas na rede pública de ensino, os que estavam estudando os meninos e meninas eram encaminhados para rede de educação municipal e estadual, junto com todos os outros, então eles eram transferidos da escola de sua comunidade para a escola mais próxima ao abrigo, para facilitar o trabalho de levar e trazer-los, não respeitando o vínculo existente na escola próxima a sua residência.

O objetivo deste novo modelo de abrigo é atender crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e onze meses, de ambos os sexos, onde o retorno à família de origem se mostre difícil ou inadequado no momento, onde encontram-se em situação de: Orfandade; Abandono; Vítima de violência física e/ou sexual; Exploração do trabalho; Exploração no tráfico de drogas; Mendicância; Prostituição; Vivência de rua.

A entrada da criança/adolescente no Programa Abrigo está vinculada aos encaminhamentos feitos pelos órgãos competentes: Poder Judiciário; Conselho Tutelar; Programas da Fundação: CAF – Centro de Atendimento à Família, Pronto Atendimento; CECAC – Centro de Convivência e Acolhida Andança e C.A.D. – Centro de Atendimento a Drogadicção “Novo Tempo”.

O abrigo é medida **PROVISÓRIA e EXCEPCIONAL**, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. Entende-se por caráter provisório o prazo máximo de noventa dias podendo ser prorrogado por mais um período com avaliação semestral.

A metodologia construída visa atender crianças e adolescentes que tiverem seus direitos violados e/ou ameaçados cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e desenvolvimento, além de:

- Proporcionar espaço de acolhimento temporário para crianças e adolescentes, visando sua reintegração e/ou integração familiar e comunitária;
- Propiciar proteção integral à criança e ao adolescente conforme previsto no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, medida de abrigamento

com caráter provisório, emancipatório e educativo buscando a superação das práticas subjetivas de atendimento conferindo a criança e ao adolescente em situação de risco a condição de sujeitos plenos de direitos;

- Conhecer a família de origem e/ou extensiva da criança e adolescente a partir de sua história, relações e organização;
- Conhecer a criança e adolescente a partir das suas relações sociais e familiares;
- Elaborar estudo biopsicossocial através da coleta de dados de atendimento do abrigo e da rede de proteção integral a criança e adolescente.
- Desenvolver um projeto individual para cada criança e adolescente e sua família com metas estabelecidas para sua reintegração e/ou integração familiar; - Buscar alternativas para o adolescente na construção de um projeto visando sua emancipação quando na ausência da retaguarda familiar;
- Identificar a problemática em que encontra-se a criança e ou adolescente, que motivou o abrigamento, buscando alternativas de encaminhamento junto a rede municipal de atendimento, objetivando o retorno deste ao convívio familiar e/ou colocação em família substituta.

A partir do estudo do caso o trabalho técnico será dirigido no sentido de operacionalizar e destacar a brevidade e excepcionalidade, na aplicação da medida de abrigamento além de propiciar a aproximação dos familiares; buscar a compreensão dos conflitos e as possíveis soluções; intermediar o diálogo e, assim, trabalhar as tensões emergentes.

Os fundamentos filosóficos e metodológicos do trabalho visam proporcionar um projeto individual para a criança, o adolescente e sua família com metas estabelecidas para sua reintegração e/ou integração familiar.

A metodologia hoje utilizada foi construída no processo de reordenamento das ações que eram feitas pela antiga FUBEM⁹. Neste processo, que iniciou em 1998, a Fundação Criança vem se adequando e construindo metodologias de atendimento que visam garantir o que está estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

⁹ FUBEM era o nome da Fundação Criança, antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1998, ocorreram mudanças na estrutura da FUBEM, que veio a se transformar em Fundação Criança.

A equipe que chega ao abrigo, reformulando alguns pontos:

Fazer um olhar minucioso com a equipe de trabalho, pra verificar quais pessoas da equipe estariam apta a assumir o compromisso com a nova proposta metodológica;

Inicia-se o processo de procurar novos espaços para adequar o abrigo ao que direciona o Estatuto da Criança e Adolescente;

Capacitar a equipe que irá assumir a primeira casa: Arco-íris, esta equipe foi instrumentalizada e atuou de forma propositiva junto a equipe técnica no trabalho de sensibilização da comunidade ao entorno do abrigo. Este trabalho que inicia-se ainda em 1998, permanece até hoje uma vez que o perfil destes abrigo esta em continua mudança e os problemas com a comunidade esta sempre em pauta, precisando de mediadores nas situações de conflito.;

Pensar o modelo arquitetônico, paisagístico e decorativo da casa, pautado na questão do belo e das implicações deste conceito no processo educativo.

Pensar no perfil destas casas como seriam colocados os meninos e meninas e neste processo após muitas conversas e discussões que uma casa seria para as meninas adolescentes e grupo de irmãos menores e na outra, meninos adolescentes e grupo de irmãs menores, esta proposta vai de encontro ao que esta estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estabelecer o fluxo de entrada destas crianças e adolescentes uma vez que a rede de encaminhamento precisava ser estruturada e capacitada para entender qual é a função do abrigo, e quais seriam as ações destes atores antes de abrigar estas crianças e adolescentes.

Iniciar estudo de caso dos noventa e cinco crianças e adolescentes abrigados verificando quais eram as reais necessidades destes casos estarem no abrigo. Após este estudo iniciou-se o processo de reaproximação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Ao final do primeiro semestre, forma desabrigados trinta e cinco casos, no primeiro momento foram, para o Arco-íris, um grupo de vinte

meninas adolescentes e seus irmãos, que não tinham a priori nenhuma retaguarda familiar, necessitando assim de um período maior de abrigamento.

A primeira casa é inaugurada em dezembro de 1998, a segunda casa, Raio de Sol, em março de 1999, e em dezembro de 1999 o abrigo sai definitivamente do prédio, sede da Fundação e cria-se o Espaço Integrar, um abrigo de acolhimento inicial.

O Espaço Integrar era o abrigo onde inicia-se o trabalho de estudo de caso, como ressaltou Márcia Marchiore, assistente social, desta casa, durante grupo focal:

“os chegar ao Espaço Integrar nos tínhamos uma fala com os órgão que tinha encaminhado o caso para verificarmos quais ações foram feitas por este antes de se abrigar. Após verificada a real necessidade de abrigamento inicia-se o estudo de caso, há uma escuta do menino(a), e no segundo momento já pensávamos no seu retorno ao convívio familiar. A família era acionada e convocada a vir ao abrigo. Após a escuta da família já tínhamos a idéia do período em que este menino(a) permaneceria no abrigo, se fosse um caso que demandaria mais tempo no atendimento eles eram transferidos para uma das casas, e continuava o projeto para aquele caso visando o retorno a família. Se o caso era de fácil solução então dava-mos os encaminhamentos necessários e principalmente a família era encaminhada para o CAF onde o caso era acompanhado pela equipe. Este caso era encaminhado ainda no período de abrigamento para que a equipe do CAF se vinculasse a família e quando chegava a hora de desabrigar este vínculo já estava estabelecido.”

Um ponto importante foi o que estabelecemos em relação aos órgãos de encaminhamentos, este processo foi e é uma constante os órgãos encaminhadores estão sempre sendo formado e os casos estão sempre sendo discutidos para que não ocorra abrigamentos equivocados, mesmo após termos estruturado uma forma de dialogo entres os órgãos encaminhadores e conseguimos se colocar de forma técnica e assim ganhar o respeito destes atores, ainda assim acontecem

abrigamentos desnecessários que tem que ser constantemente retomado e discutido entre as equipes.

Até maio de 2005, o Programa Abrigo era responsável pelo atendimento de toda demanda de meninos e meninas que encontravam-se com seus direitos violados e/ou ameaçados, houve então um reordenamento do fluxo de atendimento fora extinto o Espaço Integrar e criado uma casa de passagem (CACJ Espaço Andança), que tria toda demanda de encaminhamento e possibilita uma leitura crítica dos motivos que geraram o abrigamento, e depois do levantamento dos dados se o caso for de abrigamento por um período grande o menino/menina é encaminhado para o Programa Abrigo, que vai dar início ao atendimento, o que não difere do atendimento do Integrar, mas tem diferencial de ter saído do centro da cidade enquanto espaço físico, isto foi um dos motivos pelos quais diminui o número de crianças e adolescentes.

Segundo Márcia Marchiore, o fato da casa estar no centro da cidade facilita o fluxo de ir e vir dos meninos, e com isto o Espaço Integrar acabou por ser um atrativo para os meninos em situação de rua e na rua, por estar na região da cidade onde eles acabam propiciar maior vínculo com a rua.

É também por este espaço de acolhimento ser misto e atender a meninos e meninas cria-se um local onde eles se apaixonam, e querem ficar pela proximidade, pela carência afetiva, e também pelo trabalho diferenciado da equipe que ali estava, que adotara uma postura educativa em que todos trabalhavam imbuídos de sensibilizar estes jovens a permanecer no abrigo e a projetar sua vida de forma propositiva. Este trabalho estava pautado no vínculo.

Heloisa enfatiza durante o grupo focal que a maior diferença da Fundação e que fez toda diferença na sua concepção e no reordenamento de suas ações metodológicas foi colocar em todos os Programas uma característica de efetivar uma relação de vínculo com os educandos e dar vida a teoria proposta por Pichon, no que se refere a teoria do vínculo.

Todos estes fatores associados criou um espaço de acolhimento que dava conta da demanda da cidade mas que no decorrer do processo foi reordenado, pois

verificou-se esta cultura que se instala na casa e que acaba sendo prejudicial, cabe ressaltar a fala de uma entrevistada Márcia Urso, assistente social e coordenadora do abrigo (2004 à 2008), onde ela faz uma análise de que a relação do menino com o abrigo tem que ser boa mas não ao ponto dele preferir o abrigo a sua casa, mas não ruim ao ponto dele não querer ficar abrigado quando ele esta necessitando do abrigamento, ela fala também da relação de amor e ódio que vivem os educadores do programa pois ao mesmo tempo que os meninos nos amam eles nos odeiam e este movimento emocional propicia muitos conflitos e tensões.

Entender este processo de mudança no fluxo da Fundação nos fez parar e refletir nossas praticas e para isto nos debruçamos para construir nosso perfil de abrigados e analisamos isto em comparativo a pesquisa realizada pelo IPEA.

Algumas pesquisas realizadas no Estado de São Paulo e no país apontam dados que corroboram com o que vem se desenvolvendo no Fundação Criança de São Bernardo. Para melhor entendermos fazemos algumas comparações com a pesquisa realizada pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada existe no país 626 instituições de abrigo, sendo que na região sudeste têm o percentual de 49,1%, deste total e São Paulo aparece com 34,1%. de maneira geral os abrigos são não-governamentais (65,0%), com significativa influência religiosa (67,2%), entre os quais há predomínio da orientação católica (64,6%), enquanto 22,5% se declararam evangélicos e 12,2% espíritas.

A maioria absoluta dos abrigos pesquisados (85,9%) não tem especialidades no atendimento, acolhem qualquer criança ou adolescente em situação de risco social e ou pessoal, demonstrando com isto evitar segregação de grupos, no entanto isto não garante a qualidade dos atendimentos, principalmente no que se refere a crianças e adolescentes PCDs. Outro fator importante apresentado é que a maioria das instituições realiza atendimento em regime misto de co-educação (78,1% acolhem tanto meninos quanto meninas em suas dependências) e mais da metade trabalha com faixa etária ampliada.

A Fundação Criança, conta com duas casas sendo uma para atendimento predominantemente do sexo masculino e outra do sexo feminino, existe esta separação mesmo se tratando de grupos de irmãos. Isto se justifica pela

proximidade das casas, possibilitando o contato diário dos grupos. O atendimento vem sendo focado também na faixa etária ampliada, ou seja pré-adolescentes e adolescentes.

A pesquisa aponta para o perfil dos abrigados, em que a maioria são meninos (58,5%), afro-descendentes (63,6%) e tem entre 7 e 15 anos (61,3%), estão em abrigos há um período que varia de sete meses a cinco anos (55,2%), sendo que a parcela mais significativa estão abrigados há um período de dois a cinco anos (32,9%), ainda que a medida de abrigo seja estabelecida como excepcional e provisória.

O perfil da Fundação Criança, no último ano (2008), no universo de 125 casos atendidos, 43% eram meninos, predominantemente afro-descendentes, o tempo de permanência no abrigo foi de quatro meses em média, 72% dos casos, sendo que 15% dos casos atendidos encontravam-se abrigados há mais de dois anos na própria Fundação e 2% eram casos com mais de cinco anos de institucionalização que vieram transferidos para a Fundação Criança.

Cabe ressaltar que todos os casos que vieram transferidos de outras instituições e que encontravam-se abrigados por um longo período, o trabalho foi centrado no fortalecimento dos vínculos familiares, e resultou em 100% de retorno à família de origem.

Segundo a pesquisa os motivos que geram s abrigamentos são: 24,2% pobreza; 18,9% abandono; 11,7% violência doméstica; 11,4% dependência química país ou responsáveis, 7,0% situação de rua e 5,2% orfandade. Na Fundação criança: 52% conflito familiar, sendo que 5% o conflito levou a devolução de adoção, 8%, negligência, 13% abandono total ou parcial; 10% situação de rua; 6% orfandade; 9%.uso de drogas psicoativas.

Cabe ressaltar que da mesma forma que fora apontado na pesquisa IPEA, todas as crianças e adolescentes que foram atendidos pelo Programa abrigos têm família de origem e/ou extensiva, com vínculos muitas vezes fragilizados e/ou rompidos.

No município de São Bernardo do Campo existem oito abrigos para crianças e adolescentes sendo que deste três são municipais, e cinco são ONG'S, que

recebem alguma percapta do município para o atendimento.

O número de abrigados no município no final de 1997 segundo pesquisa que vem sendo realizada pela Vara da Infância e Juventude do município aponta para 415 crianças e adolescentes institucionalizados. Este número refere-se ao total de abrigados na ocasião da pesquisa, porém o número de passagem pelos abrigos neste ano é de 1548 crianças e adolescentes. sendo os motivos de abrigamento: 35% situação de rua; 30 % abandono parcial ou total; 25% maus tratos; 10% negligência.

O tempo de permanência nos abrigos era de dois a cinco anos 38%, mais de cinco anos 20%; de um mês a um ano 22% de um a dois anos e 20 %.

Por existirem no município ONG'S que realizavam atendimento de crianças e adolescentes de outros municípios do Estado de São Paulo, o percentual de crianças e adolescentes do município era de 78%.

Prevalece no perfil dos abrigados: 65% eram adolescentes; 62% do sexo masculino; 63% da raça negra; 92% encontravam-se com defasagem idade escolaridade; 95% tinham algum vínculo com a família de origem.

Em 2007 há uma redução no número de abrigados no município, caindo para 650 abrigamentos no ano, tendo terminado o ano de 2007 com 195 crianças e adolescentes abrigados.

Os motivos de abrigamento continuam apontando a situação de rua e o trabalho infantil os principais motivos para o abrigamento, somando 32%, seguidos de negligência e maus tratos 17%, acompanhados de perto pelo abandono total, 15% e a orfandade, 19%. Estes dados demonstrando com isto que a forma com que os órgãos encaminhadores – conselho tutelar e vara da infância e juventude, ainda tem que avançar na discussão sobre a real necessidade de se abrigar crianças e adolescentes.

Para podermos entender o que alavancou esta redução no número de abrigamentos partimos da hipótese de que o investimento feito pelo Governo Federal em programas de erradicação do trabalho infantil, com a implementação e efetivação do Bolsa Família, Renda Mínima, além de ações tímidas do município podem ter sido os agentes que colaboraram no processo de retorno destes meninos e meninas para suas casas, e deixando com que os que ainda não tinham passado pelo circuito abrigo fora da lógica da rua e da exploração conforme descrito anteriormente.

No próximo capítulo discutiremos o cotidiano e a prática profissional possibilitando assim entender como estas categorias são importantes na construção da metodologia do abrigo.

CAPITULO VI

O COTIDIANO E A PRÁTICA PROFISSIONAL

“Em nossa pratica profissional devemos estar atentos a alguns elementos que são primordiais: ao olhar, ao gesto, a uma lagrima, e principalmente na escuta destes meninos, destas meninas, de suas famílias, pois é neste processo que poderemos nos vincular e tornar nossa pratica diferenciada, educativa e que vai marcar de fato vida destas pessoas, se estes elementos não forem bem elaborados podemos causar muito mais dano a eles, por isto vale lembrar que a sensibilidade do profissional deve ser muito aflowerada, ao ponto, de ser humano, com o ser humano.” (Márcia Marchiore)

A prática profissional é construída no dia-a-dia, levando-se em consideração elementos que constituem esta prática, sendo que um destes elementos é o próprio cotidiano. É no cotidiano profissional que as possibilidades de intervenção se desvendam para o profissional. Portanto, compreender este cotidiano é compreender o simples e o complexo, o dito e o não dito, é compreender um olhar, uma lagrima, um sorriso, é ouvir e sentir de forma a desvendar o novo, no todo dia.

Entender como o Assistente Social se constrói e se reconstrói no processo histórico e no cotidiano profissional, de que maneira interage com a cotidianidade de um abrigo que tem uma linguagem predominantemente institucional e são objetivos desta reflexão e as histórias que por este espaço passam, são cheias de continuidades e descontinuidades. Ali o subjetivo fala mais alto o que norteia esta ação profissional é a leitura clara das histórias pessoais, familiares e comunitárias que são recebidas e interpretadas, durante a ação profissional.

Fazer com que as ações destes profissionais devem transpor o senso comum, o imediato do primeiro olhar, rompendo com as amarras institucionais que podem leva-lo a sucumbir em uma prática alienada e alienante por estes profissionais muitas vezes se vêm presos a práticas institucionalizadas, rotineiras diferente de seus reais objetivos.

No cotidiano que as histórias se constroem e descontroem, num processo dialético em que uma determinada classe social se sobrepõem a outra limitando as possibilidades de ascensão social devido a precarização das condições sociais livre e de trabalho, e levando uma grande camada da sociedade vê em seu cotidiano a construção do ideário capitalista, e não se vê como sujeito social.

Cabe salientar que a prática social é uma categoria teórica que possibilita o conhecimento e a explicitação do processo pelo qual se constitui e se expressa o ser social e da dinâmica histórica do mundo humano-social.

A esta prática social Gramsci (1978 – 117) chama de práxis, tornando-a como a unidade determinada pelo desenvolvimento dialético entre o homem e a matéria, isto é, resulta da relação entre a vontade humana, a super-estrutura e a estrutura econômica.

Kosik (1976), ressalta a sua natureza ontológica considerando-se a esfera do agir humano, do modo de ser do homem, como ser que recria a realidade humano-social que existe independente dele próprio.

Os profissionais que estavam executando suas praticas rotineiras tiveram que parar e repensar seus fazeres profissionais entendendo toda dinâmica social macro e micro, buscar entender como na sociedade contemporânea os sujeitos se vem impedidos de realizar o que para Marx é uma categoria ontológica, que é o trabalho. Por não estar inserido no mercado de trabalho, limitando-se também suas possibilidades de ser inseridos socialmente.

No capital Marx diz que o trabalho, como categoria ontológica, é a esfera privilegiada da humanização é pelo trabalho que o homem transforma a natureza e a si próprio, através de diferentes mediações, das quais a principal é a criação de seus instrumentos. O homem é o único ser que constrói a sua história indo além do reino das necessidade e busca do reino da liberdade, para o que deve transcender os limites da naturalidade: ele é sujeito e objeto de sua criação, o mundo humano social.

Se é no processo de trabalho que o homem se constrói enquanto ser social e isto vem sendo cada vez mais cerceado ao homem moderno, é também privado ao homem construir sua história enquanto ser humano genérico.

Para Heller (1972), nesta prática se estabelece uma relação constituinte, em que o sujeito, com outros homens, enquanto ser particular sendo sempre ao mesmo tempo, um ser individual, único e complexo, pela sua capacidade de assimilação e de manipulação da realidade cuja relação com o mundo é motivada por seu eu – que tem um projeto próprio de sociedade (que tanto pode ser expressão de sua reflexão crítica, posicionamento e comprometimento, quanto produto de sua alienação), e um ser genérico – elemento ativo da práxis social, expressão e produto das relações sociais, herdeiro e preservador do gênero humano.

Desvendar o cotidiano posto como os profissionais, colocando-os como sujeitos da historia e com isto refletir como o sujeitos procuram responder aos desafios colocando-se por inteiro, pondo em funcionamento todos seus sentimentos,

sentidos, habilidades e conhecimentos e também suas ideologias. Mas, são raros os momentos em que ele se coloca inteiramente, ou seja, com uma intensidade especial que homogenize sua preocupação como ser individual e ao mesmo tempo, em sujeito consciente de seu contributo como ser genérico.

É no cotidiano que os sujeitos se constroem socialmente e, entender este cotidiano e a vida cotidiana é tarefa postas todos os dias para os profissionais que lidam com histórias de vida, com demandas postas pela expoliação gerada pelo sistema capitalista.

Segundo Heller (2007 p. 17): a vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora, essa o absorva predominantemente.

Ainda segundo Heller: são partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação....a vida cotidiana não está fora da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social.

A vida cotidiana, portanto, possibilita mudanças tanto na vida dos educadores que ali estavam desenvolvendo suas ações com na vida dos meninos e meninas. Mas a direção destas modificações depende estritamente da consciência que os homens portam de sua essência e dos valores presentes ou não ao seu desenvolvimento.

O profissional quando presta serviços em uma instituição passa a fazer parte do cotidiano desta empresa, desta instituição. Este profissional, enquanto ser genérico, vai ser incorporado e se incorporar a uma rotina, e passará a interferir nas relações existentes neste local. Suas referências pessoais, sua formação profissional, seus valores, estarão sendo colocados a disposição de pessoas, e a forma como isto ocorrerá, determinará seu papel neste cotidiano.

Para Heller, a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre: simultaneamente, ser particular e ser genérico considerando em sentido naturalista, isto não o distingue de nenhum outro ser vivo.

“as necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidade do “EU”. O “EU” tem fome, sente dores (físicas e psíquicas); no “EU” nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “EU”. Sob esse aspecto, não há diferença no fato de que um determinado “EU” identifique-se em si ou conscientemente com a representação dada do genericamente humana, além de serem também indiferentes os conteúdos das necessidades do “EU”. (Heller, 2004, p 20)”

O fato de se nascer já lançado na cotidianidade continua significando que os homens assumem como dadas as funções da vida cotidiana e as exercem paralelamente. Este fato interfere na formação do “EU” genérico, e leva o indivíduo a práticas sociais muitas vezes condicionadas a uma organização social já posta e determinada.

“a atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando a atividade humano-genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade a generacidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado. (Heller, 2004, p. 32)”

Para Heller, não há vida cotidiana sem imitação. Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente “segundo preceitos”, mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis.

Também segundo Heller (2004, p.37):

“não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não devem se cristalizar em absolutos, mas têm de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. Se essas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana. Deve-se afirmar, antes de mais nada, que alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concreta de desenvolvimento genérico humano.”

Segundo Netto, na tradição marxista, o saber sobre o cotidiano, foi assumido como temática central de reflexão nos finais da primeira metade do século XX. Antes deste período outros historiadores vão estudar a cotidianidade.

Heller (2004) diz que quando Lenin, estuda os orçamentos domésticos de família camponesas, seus hábitos alimentares, ele achava que é um processo demoradíssimo porque depende de mudanças de hábitos, e nesta perspectiva, ele vislumbrou o que hoje se chama cotidianidade

Luckas, em 1923 faz a primeira aproximação com a cotidianidade na obra “História e Consciência de Classe”, nesta obra ele considera que a verificação das relações entre os indivíduos, que se assenta no fato de uma ligação, uma relação entre as pessoas, tomando o caráter de uma “objetividade histórica”.

Para Netto (1987), na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é insuprimível. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é inelimitável. Se em toda sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a estrutura da vida cotidiana é distinta quanto ao seu âmbito, aos seus ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes, etc.) em face da cotidianidade

Ainda segundo este autor o cotidiano não se descola do histórico, antes, é um dos seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais.

Lefebvre, na década de 30 vai fazer uma análise mais apurada do cotidiano, e aponta a via do dia-a-dia como espaço privilegiado para transformação revolucionária, considerando que não basta mudar a instituição política, o ordenamento econômico, se estas ações não incidirem nas condições da vida diária.

No processo de construção de uma nova metodologia o saber do cotidiano, foi assumido como temática central das primeiras discussões, pois o entendimento desta categoria por toda equipe era a única maneira de poder olhar para o que vinha sendo feito e desconstruir como olhar propositivo para uma mudança na forma de modificar o olhar para a institucionalização de crianças e adolescentes.

Ainda segundo Lefebvre: “revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário do ordinário, este é o desafio”.

Heller (2004), afirma que, para os membros singulares de uma sociedade a reproduz, é preciso que reproduzam a si mesmo enquanto indivíduos: a vida cotidiana é, portanto, o conjunto das atividades que caracterizam as reproduções particulares criadoras das possibilidades globais e permanentes da reprodução social. Não há sociedade que possa subsistir sem sua própria auto-reprodução. Em toda sociedade há, pois, uma vida cotidiana, sem a qual não há sociedade. Isto nos obriga a deduzir que todo homem, seja qual for o lugar que ocupe na divisão social do trabalho, tem uma vida cotidiana.

A vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade, um universo em que, simultaneamente se movimentam fenômenos e processos. Heller vai ressaltar que é na heterogeneidade da vida cotidiana que há seus conteúdos e significação dependendo do local ele ser composto de uma forma na organização do trabalho, as atividades sociais, o intercâmbio, etc...

A heterogeneidade é a ordem hierárquica da vida humana, possibilita uma explicação normal da produção e da reprodução, não apenas nas formas de intercâmbio. Cabe ressaltar que o homem nasce já inserido na cotidianidade, assumindo como dadas as funções da vida cotidiana.

Ainda para Heller, o amadurecimento do homem significa que ele está adquirindo as habilidades imprescindíveis para manipular as coisas da vida cotidiana da sociedade. O homem é capaz de dar respostas dentro de seu padrão de comportamento pois, assume uma cotidianidade rotineira, o que não pode ocorrer é a rotina estabelecer toda ação.

Para Lukács: a vida cotidiana configura o mundo da heterogeneidade. Inserção das atividades que compõem o conjunto das objetivações do ser social, o caráter heteróclito da vida cotidiana constitui um universo em que, simultaneamente, se movimentam fenômenos e processos de natureza compósita (linguagem, trabalho, interação, jogo, vida política e vida privada)

Nesta perspectiva as idéias para compreensão da prática profissional cotidiana, partem do locus de atuação onde esta prática se realiza. O profissional do serviço social atua sob vínculo empregatício e assalariado, ocorre predominantemente é o mundo das instituições. No todo dia o trabalho este profissional se depara com atividades rotineiras, normatizadas, técnico/burocráticas, onde, frequentemente a preocupação quantitativa de aparência imediata impedem na maioria das vezes de alcançar resultados qualitativos e duradores.

Muitas das práticas institucionais podem ser analisadas segundo os estudos de Lukács, podemos verificar que o autor faz uma análise do cotidiano que implica em entender da imediaticidade, como os homens estão agindo na vida cotidiana, e esta ação significa responder ativamente. O padrão de comportamento próprio da

cotidianidade é a relação direta entre pensamento e ação; a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata, sem a qual os automatismo e o espontaneísmo necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis.

Outro elemento é o da superficialidade extensiva, a vida cotidiana mobiliza em cada homem todas as atenções e todas as forças, mas não toda a atenção e toda a força; a sua heterogeneidade e imediaticidade implicam que o indivíduo responda levando em conta o somatório das fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam.

Há todavia aquelas determinações da cotidianidade que fazem com que todo e cada indivíduo só se perceba como ser singular, vale dizer: a dimensão genérica (a referência à pertinência ao humano-genérico) aparece subsumida, na vida cotidiana, a dimensão da singularidade. A vida cotidiana não equivale à vida privada, mas a vida equacionada a partir da perspectiva estrita da singularidade. Este passo do pensamento lukacsiano tem as maiores implicações.

Nos espaços sócio ocupacionais em que encontram-se inseridos os assistentes sociais, é permeado por um cotidiano muitas vezes desafiador no que se refere a realização de um prática pautada no que é referendado pelo projeto hegemônico da profissão, no código de ética e principalmente entender e propor ações que garantam os direitos sócio assistenciais a seus usuários. Entender como as instituições constroem e reconstroem suas rotinas e sua cotidianidade, para depois propor ações de mudanças de ruptura com que é dado.

O Assistente social é o profissional que tem acúmulo próprio de conhecimento teórico/científico e de técnicas de um “saber fazer”, se sustentando em um conjunto de técnicas metodológicas, institucional-legal que lhe dão corpo e forma: as leis que regulamentam a profissão, o currículo mínimo determinado pelo MEC, os órgão de classe.

A equipe técnica formada por Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos, são profissionais que tem acúmulo próprio advindos de sua formação pessoal, profissional e que tem uma visão de homem e de mundo que os diferem entre si, além do acúmulo teórico/prático e científico e de técnicas de um “saber fazer”, e

sustentando em um conjunto de técnicas metodológicas, institucional-legal que lhes dão corpo e forma: as leis que regulamentam a profissão, o currículo mínimo determinado pelo MEC, os órgãos de classe.

Entender esta prática profissional como expressão das relações de classe, que é determinada pela divisão sócio técnica do trabalho determinado pela sociedade burguesa, que tem uma temporalidade histórica, uma visão de mundo que o informa se forja historicamente, como produto das relações concretas da sociedade onde se articula.

Estes profissionais não serão vistos apenas como executores de uma prática social, pois entende-se que está prática é complexa, uma vez que lida com indivíduos cheios de intencionalidades, trabalha com a unidade na diversidade. A prática profissional é tratada com vários caminhos para análise.

Para o técnico entender sua relação com seu usuário, ter uma boa escuta, saber respeitar o momento de cada indivíduos é um de seus desafios diários.

Para Lefebvre, no início, ela (a representação do usuário) pareceu a expressão de uma força reivindicada capaz de agir na e sobre a cotidianidade. Ele apareceu subversiva no que dizia respeito aos múltiplos serviços exteriores ao trabalho produtivo, mas indispensáveis à produção e à reprodução das relações sociais; no que constitui a organização social da cotidianidade: transportes e comunicações, habitação, saúde, etc. O usuário, nesta perspectiva, iria se tornar o elemento primordial de uma força construtiva e crítica, que reabilitaria o valor de uso, subordinado ao valor de troca, e a troca, até o ponto de ser apenas suporte.

Para Heller, a prática profissional é uma categoria teórica que possibilita o conhecimento e a explicitação do processo pelo qual se constitui e se expressa o ser social e da dinâmica da construção histórica do mundo humano-social.

Muitas vezes, buscamos nosso referencial de ação nas complexas relações sociais de reprodução e dominação, ignorando o cotidiano como palco onde estas mesmas relações se concretizam e se afirmam, buscamos a totalidade fora da vida cotidiana, esquecendo que esta mesma vida contém a totalidade e nela é que se

processam muitas das mediações entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo.

O assistente social é um dos mediadores privilegiados na relação entre população dominada, oprimida ou excluída, e o Estado. Esta afirmação, voz corrente entre assistentes sociais, merece ser retomada de forma explicativa. É por isso que os profissionais de Serviço Social atuam basicamente na trama das relações de conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada.

Para Falcão (1987), toda prática social é determinada: por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde está prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e próprias à realidade em que se situam.

Ainda segundo a autora, as diversas práticas sociais tomam diferentes significados. Elas podem expressar um sentido apenas utilitarista e, portanto, uma ação restrita ao utilitário. Podem valorar apenas o gesto espontaneísta. Podem, ainda, delimitar ao plano da afetividade, etc. As práticas sociais pode tomar, igualmente, uma direção mais profunda e global. É a esta que podemos denominar mais precisamente de práxis social. Ela supõe um processo de reflexão/ação em espiral e, sobretudo, supõe uma atividade humana que se despejou da consciência comum, da prática utilitária, espontaneísta, e galgou um nível superior de consciência, que se expressa em ação criadora, transformadora, realizante (produtiva) e gratificante (expõe o sujeito como ser total no mundo e com o mundo).

Para Kotic (1976: 197-207), é na natureza ontológica, considerando-a esfera do agir humano, do modo de ser do homem, como ser que (re)cria a realidade humano-social que existe independente dele próprio.

Para Vásquez a prática social do cotidiano é a práxis da atividade material, para este autor existem três tipos de práxis:

- produtiva (fundamental);
- utilitária (de intervenção) que coloca o homem e condições de não mover o mundo mas não lhe dá a compreensão nem explicação deste mundo;

- conhecimento, na qual o pensamento quando contido através da real, da atividade prática do movimento, o mundo objetivo (real), ao atuar sobre homem, torna-se não material (ideal) por sua vez, a construção (ideal) torna-se realidade (real).

A práxis social não é jamais um ato do ser singular e isolado. Ela é expressão do sujeito coletivo, transindividual. Como Goldmann afirma, há inúmeros sujeitos transindividuais (família, grupos de amigos, grupos profissional, etc.), cujas ações tem uma pertinência.

Neste processo de construção de um olhar que garantiu aos usuários, no caso meninos e meninas abrigado, tivessem seus direitos estabelecidos, em conformidade com a legislação vigente, só começou ser possível pois a equipe que estava ali tinha para além da formação acadêmica, uma sólida formação de vida, pessoal, inseridos em movimentos sociais, que possibilitou a estes profissionais se posicionarem sempre de fora crítica sempre contextualizando que vinha sendo executado.

No marxismo, o saber sobre a cotidianidade objetivou libertar o indivíduo da “reificação” da alienação, próprias da vida cotidiana, através da conscientização de se enquanto ser social, com vistas a uma auto conscientização como ser genérico.

A ruptura dialética com a reificação cotidiana, não mais pela espera desesperada da acaso foi do milagre, mas sim pela práxis revolucionária, a ação emancipatória da classe oprimida.

Para Kosik (1976) a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-los, mas não proporcionam a compreensão das coisa e da realidade, transpor esta imediaticidade e superar o senso comum são desafios postos aos profissionais em seu cotidiano.

No espaço de abrangência de sua prática, o profissional compartilha com outras pessoas da instituição e de fora da instituição, o que pode ou não gerar uma rede de serviços eficiente, apresenta também estrutura particular de significados; rede de

relações; de sistemas de status de signos e símbolos, padrões de condutas estabelecidos pela instituição.

Nesta prática profissional cotidiana a instituição também tem o monopólio do objetivo dos recursos institucionais. Define o significado objetivo do papel do profissional e a expectativa que existe na relação com sua prática.

Por outro lado, é o modo particular subjetivo, como o profissional elabora a sua situação na instituição e constrói suas relações com o usuário, estabelecendo sua própria ordem de relevância, que vai dar o sentido do seu trabalho.

Diferentes dimensões podem ser percebidas no modo como o profissional engendra sua prática. Essas dimensões são simultaneamente, parte da estrutura de significativa de qualquer prática cotidiana. O que vai caracterizar sua qualidade e seu direcionamento é a qualidade dessas dimensões é dada a ênfase ou a capacidade de determinações das demais.

A dimensão do senso comum que tem por base as descobertas ocasionais relacionadas aos tipos de reação consideradas aos tipos de reações adequadas ao fazer. É uma prática limitada ao existente: não produz uma nova realidade, em mudanças qualitativas, não transforma, embora possa ampliar a área do já criado multiplicando qualitativamente o produzido e organizando-o.

A dimensão funcional, o horizonte de apreensão do real é limitado às categorias relacionadas imediatamente ao seu objeto, as quais, por vezes, separa a vida social em comportamento e estancos isolados entre si.

Via de regra a dimensão funcional não leva conta os diferentes sujeitos políticos as forças em presença grupos da sociedade caracterizados por interesses e comportamento próprios, por vezes conflitivos que compartilham do movimento do objeto.

Isto pode trazer um viés fundamental em sua análise da viabilidade política por não equacionar o potencial das forças oponentes e das forças de apoio possíveis a sua prática.

A dimensão estratégica ou substancial, é aquela que trabalha nas dimensões da prática,mas que também articulem projetos que respondam a interesses sociais, econômicos e políticos de forças sociais.

No estabelecimento de sua ordem de relevância,o profissional expressa-se como sujeito individual, coletivo e político. Enquanto sujeito individual, único complexo pela própria história, pela sua capacidade de assimilação e de manipulação da realidade, pelo ambiente. Para isto as condições particulares (sexo, idade, estado civil) em toda sua história e influência militante de cada um traz em sua ação dinâmica e influências em sua ação.

Enquanto sujeito coletivo, quase nenhuma ação humana tem por sujeito o indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo. Para Gramsci o homem coletivo é trabalhado no sentido de formação política, de sujeito político, a capacidade dos homens refazerem seus ambientes e a si próprio, é feito através da percepção e da análise histórica, entendimento preciso das circunstância históricas nas quais se encontram os indivíduos em seu cotidiano.

Enquanto sujeito político ter a capacidade de fazer com que os sujeitos que ocupam seu locus de atuação sejam sujeitos críticos, emancipados e capazes de se reconhecerem enquanto sujeitos pleno de direitos.

Construir metodologias de intervenção profissional, a partir da leitura do cotidiano institucional que se encontra é um desafio posto aos profissionais do serviço social, uma que sua prática se dá predominantemente em instituições públicas, privadas ou ONG's, e que nestes locais a normas, rotinas, já estão normatizadas porém este espaço deve possibilitar uma adequação desta rotina para qualificar a atividade profissional.

Neste local também há um sistema hierárquico, onde cada parte desta estrutura tem significado que traz em seu bojo expectativas em seu modo de ser. No processo de construção do cotidiano desta instituição as relações estabelecem redes de poder, redes estas feita na horizontal, o que Fulcot de nomina de microfísica do poder, pois, determinados grupos conseguem exercer o poder, através do

conhecimento cotidiano, fazendo disto um poder institucional que nem sempre é percebido.

Quem define o objeto de sua intervenção e as condições materiais de realizar ações é a Instituição, que tem este monopólio, define o significado, o perfil e o papel deste profissional, além de determinar os objetivos que ele terá que alcançar.

Esta instituição tem seu objetivo de intervenção definido, caberá a este profissional a reconstrução do objetivo, uma vez que no cotidiano identificamos possibilidades de intervenção, neste sentido também fica claro que tais mudanças partem do que são os objetivos desta instituição. Nesta reconstrução o trabalho se dará em uma totalidade complexa onde a intencionalidade da instituição, seus anseios pessoais e o desejo do usuário, está contradição possibilitará o redesenho do objeto e das diretrizes institucionais.

O enfrentamento do que é posto nas instituições apreende dimensões já postas que são¹⁰:

- Dimensão do senso comum, onde profissional repete as práticas institucionais que tem por base as descobertas ocasionais. Aquilo que todos acham adequados, é assim que é feito para não se ter problemas; segundo Heller a mímese humana distingue-se daquela animal já em suas formas mais primitivas; com efeito, o homem é capaz de imitar não apenas momentos e funções isolados, mas também inteiro modos de conduta e de ação. Baseia-se igualmente na mímese a assimilação de papéis, pois, sem a imitação ativa da totalidade de um comportamento não haveria essa assimilação de papéis. Cabe aos profissionais romperem com o dado imediato e comum para poder possibilitar uma nova prática social.
- Para Vásquez, prática reiterativa, onde a pessoa quer ser eficiente, busca ser eficiente da melhor maneira possível, porém sem questionar seu fazer, no limite do projeto, isto é não propõem mudanças nas relações, não transforma, leva a uma melhoria da situação, porém pode criar a área do já criado, e seus resultados ficam no nível já instituído;

¹⁰ Texto produzido a partir de anotações de aula, Prof. Dra. Myrian Veras, dia 01/06/07 - PUC-SP.

- Dimensão Funcional, na qual o profissional tem o objetivo definido, é bem coordenado, ele é quem propõem a intervenção, porém não rompe com o proposto pela instituição. Este projeto é pautado em resultados imediatos, sem preocupar-se com as determinações da ação, não tem por objetivo avançar, a referência teórica está pautada no estrutural funcionalismo, via de regra este processo não dialoga com outros sujeitos políticos que sejam da instituição. Cabe salientar que “ a racionalidade das pessoas depende do horizonte ao qual ele direciona”.
- Dimensão estratégica ou substância, que procura superar os domínios da instituição, que possibilitam mudanças mesmo que pequenas, na totalidade do processo, nesta dimensão é que podemos possibilitar a reestruturação de nosso objeto.

Toda prática perpassa toda as dimensões que a compõem, pensar está prática é em que local se coloca suas intencionalidades. Para que ocorram mudanças é necessário passar pelo processo de aproximação sucessivas de conhecer está prática e ai poder negar e superar prática retificativas, e propor esta reestruturação.

Ao chegarmos em uma instituição devemos ter o olhar sábio que têm três direções: razão, o desejo e a paixão. Estes elementos vão possibilitar um diálogo entre diferentes fontes de saber, o científico, o herdado e o da prática, se apropriar destes saberes, nos empodera do conhecimento total e complexo.

Outro ponto que irá nortear a prática profissional é a “visão de mundo”, isto está nortear questões que estão totalmente submersa na proposta política que o profissional tem seja ela de cunho positivista, estruturalista, a nós cabe ressaltar a teoria social crítica. Outro fator são as questões ideológicas, pois, dependendo de sua visão de mundo, você irá ter uma ideologia, e isto irá dizer quais são seus valores, ou seja sua relação utopia X ideologia¹¹.

¹¹ Utopia um lugar a se alcançar e ideologia são as possibilidades no que está pronto.

O homem é um ser de práxis: político, social, que age na natureza para buscar a materialidade do que constrói, e vai se movimentando no processo histórico crítico, reproduzindo conhecimentos e saberes acumulados sempre na perspectiva da construção de novos patamares de conhecimento, sociabilidade, ele constrói a história.

Fundamentalmente pensar qual será minha capacidade de apreender, propor e agir dentro do que está colocado pela instituição. Para poder ser uma pessoa capaz, dois pontos são importantes: a formação e o treinamento, pois nestes dois espaços que você vai ganhar elementos que explicitem seu direcionamento ideológico, político e social. Segundo Marx: “O método inclui prática, e prática transformadora e crítica”.

Na teoria social crítica um das categorias importantes e fundamentais é pensar a totalidade (que apreende questões que apontam a expressões da questão social), esta expressão parte da singularidade que é reflexo do coletivo e das relações maiores da sociedade e da generacidade humana; pensar o sujeito como expressão desta relação na sociedade, assim como o papel deste sujeito como sujeito político, que tem direitos e que pode lutar por estes direitos.

Segundo Netto (1987 – pg. 89),

“a tomada da realidade de que a cotidianidade contemporânea é um nível constitutivo supõem a reconstrução reflexiva da sua ontologia, da totalidade concreta própria da sociedade burguesa madura. E a caça mais pertinaz das mediações que é um imperativo para que a dissolução da opacidade imediata dos fatos cotidianos não redundem numa indiferenciação que substitui as passagens e conversões efetivas e reais que mantêm tenso o tecido social.”

“Exceto se nós assistentes sociais, quisermos nos deter, na condição de profissionais que “programam” (ou concorrem para tal) a cotidianidade, nos umbrais da faticidade que põe a pseudoconcreticidade, a única alternativa para um tratamento conseqüente dela é exercitar uma análise que, em si mesma, plasma uma crítica da vida cotidiana. Para tanto, é irremediável o apelo a uma postura teórico-metodológica e a um sistema categorial –

aqueles que peculiarizam a obra marxiana – que, definitivamente, são alheios à nossa tradição formativa e operativa. É tempo de subverter esta tradição.”

Na construção deste novo olhar para o abrigo o posicionamento político da equipe técnica foi preponderante na hora de dialogar com os órgãos encaminhadores: Conselho Tutelar, Poder Judiciário e Programas da Fundação, pois, colocar o direito em pauta em todas as reuniões para discussão de caso, mostrou o quanto comprometido estava aquela equipe, comprometimento com seus saberes específicos, mas principalmente com a legitimação do processo democrático no país, e na implantação de uma nova legislação (ECA), para a desconstrução das ações equivocadas que estavam sendo realizadas.

Segundo Lucia que saiu da coordenação do abrigo em 2004 e retorna agora em 2009, toda rede de proteção que fora construída necessita urgentemente ser reestruturada pois a prática que vinha sendo feita fragilizou todo processo construído anteriormente o que demonstra o quanto este processo de articulação deve ser permanente, colocado na pauta do dia cotidianamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu fui forjada profissionalmente na FEBEM, lá nos sabíamos que era bom e o que era ruim, quem trabalhava ou não e nos fizemos a nossa escolha. A psicologia chama de alma este chamamento para trabalhar com Criança eu chamo de alma, quem não tem vocação para trabalhar nesta área deve pular fora, primeiro você deve gostar, segundo você deve ter a percepção da realidade e o terceiro e você ter a vontade de fazer a diferença quando você junta estas três coisas eu acho que você consegue mesmo fazer a diferença. (...) Uma das questões que sempre me pegou em toda minha trajetória de vida e profissional foi que tipo de dano nos estamos causando na vida deles, então eu sempre parti dos danos. (Heloisa Helena – assistente social)

Esta dissertação trouxe elementos para análise de que a colocação de crianças e adolescentes em instituição para protegê-los ou para afastá-los do convívio familiar e social foi, durante muito tempo materializado nos grandes edifícios que atendiam um grande número de crianças que permaneciam por longo período às vezes a vida toda.

A ação antes realizada com a criança e o adolescente avançou do modelo da situação irregular para a doutrina da proteção integral. O abrigo passa a ser visto como medida provisória, a manutenção em família como prioritária, o atendimento em pequenos grupos como a melhor forma de garantir os direitos das crianças e adolescentes abrigados.

A concepção de proteção integral propõem uma atuação com caráter mais emancipatório e educativo buscando a superação das práticas subjetivas de atendimento, conferindo a criança e ao adolescente em situação de risco a condição de sujeitos plenos de direitos.

As medidas de proteção estabelecidas no artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente revelam a prioridade a ser dada à manutenção da criança em sua família, em sua comunidade, a garantia de seus direitos básicos e, como consequência à prevenção do abandono.

Cabe ressaltar que ainda que protegida por um programa de abrigo a criança ou adolescente ainda estão com um direito violado – o da convivência familiar e comunitária.

Entender como a metodologia foi implantada para o abrigo da Fundação Criança nos fez pensar na categoria cotidiano e como esta categoria é importante para podermos entender como os desafios que surgem durante o dia-a-dia do abrigo, são importantes para desvendarmos as contribuições escondidas na prática cotidiana.

Tendo em vista isto nos apoiamos em Kosik (1976), que nos diz que a realidade apresenta-se como o campo que se exercita a atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata prática da realidade.

A análise do cotidiano destes abrigos foi pautada na observação e intervenção do pesquisador enquanto técnico responsável pelos abrigos, na

intervenção direta aos casos atendidos, e pelos dados coletados no grupo focal e pela análise documental em prontuários e livros de ocorrências do abrigo..

Ao se instalar um abrigo em um bairro residência, um grande desafio foi posto aos profissionais que atuaram neste local, sendo a instalação o primeiro desafio. O mais importante foi construir um vínculo com a comunidade vizinha para que fosse quebrado o estigma de que crianças e adolescentes que encontravam-se como seu direitos violados e/ou ameaçados eram marginais ou delinqüentes, e que eles possam ter bom convívio social, tentando assim tirar um rotulo que perdura até hoje na sociedade.

No novo modelo proposto o Programa Abrigo da Fundação Criança de São Bernardo do Campo, atenderá crianças e/ou adolescentes que têm seus direitos violados e/ou ameaçados, cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e desenvolvimento.

Segundo Maria Lucia, psicóloga, a primeira concepção que fora modificada, foi o de entender a instituição como uma instituição caracterizada pela incompletude institucional, uma vez que a estrutura existente era a de executar todas as ações dentro do abrigo, sem nenhuma interface com outras secretarias.

Construir um novo paradigma de atendimento necessitou que a nova equipe estivesse preparada para as mudanças que iriam ser feitas. A primeira coisa que fizemos foi mudar o abrigo do prédio sede da Fundação e levá-lo para casas adequando ao estabelecido pelo ECA, que diz que os abrigos devem estar situados na comunidade, em casas com estrutura para atender até vinte crianças e adolescente, não separando irmãos, e propiciando assim extinguir os antigos complexo de abrigo. O objetivo desta ação é principalmente propiciar um espaço em que estes meninos e meninas sejam reconhecidos e respeitados, que sejam tratados de forma individual e que suas famílias possam receber o atendimento adequado para que juntos equipe técnica, educandos e seus familiares tracem metas e façam seus projetos de vida objetivando o retorno mais rápido destes meninos e meninas a seus lares.

Outra característica que foi muito bem pensada por toda equipe foi o conceito de beleza que seria adotado, houve um projeto detalhado de arquitetura que deixasse as casas com características agradáveis, que recebesse estas crianças e

adolescentes e propiciasse um espaço agradável o suficiente para acolhe-los mas que isto não fosse tão bom ao ponto de fazê-lo querer permanecer no abrigo, mas que sim mostrasse um novo referencial de casa e de estrutura.

Pensar a forma que iríamos transferir os educandos para a primeira casa, uma vez que o abrigo começa sua mudança de metodologia em julho de 2008 e em dezembro do mesmo ano a primeira casa já fora inaugurada, foi trabalho detalhado de estudo dos casos e orientações com a equipe de educadores.

A escolha das casas respeitou alguns critérios que eram: estar em um bairro residencial que tivesse a infra-estrutura necessária como: escola, posto de saúde, acesso fácil as famílias e principalmente que tivessem casas grandes com quatro quartos no mínimo três banheiros, duas salas, cozinha e quintal amplo. Este perfil de casa não foi possível de encontrar na região muito periférica e foi no bairro Assunção região de classe media da cidade que encontramos o primeiro imóvel.

Mas comprar a casa dentro das características citadas já foi um desafio mas o desafio maior e que fez com que a equipe se mobilizasse com maior ênfase, foi o de trabalhar com a vizinhança com intuito de esclarecer o que iríamos fazer daquela casa.

A Fundação conta hoje com dois Abrigos: Abrigo Arco-íris – Av. Bunduki, 780 – Bairro Assunção, que recebe crianças e adolescentes predominantemente do sexo feminino; Abrigo Raio de Sol – Rua Guadalajara, 146 – Jd. das Paineiras, que recebe crianças e adolescentes predominantemente do sexo masculino. Estas regiões possuem toda infra-estrutura e oferecem serviços da rede municipal nas áreas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e transporte.

Uma das estratégias usadas pela equipe foi de passar de casa em casa no entorno dos abrigos e colocar as pessoas da sociedade a par das condições legais de se colocar um abrigo em bairro residência; mostrar que nas casas atendemos crianças e adolescente, que encontram-se com seus direitos violados e/ou ameaçados e não como marginais.

Em um segundo momento foram realizados encontros com os moradores e com os meninos e meninas abrigados e a dinâmica do bairro foi apresentada e os adolescentes puderam saber que ali teriam um lugar de aconchego.

Nestes encontros trabalhamos também com os vizinhos a questão dos limites de nossa atuação, da importância de tê-los como aliados nos processos de socialização, pontuando que no abrigo as relações que estão se estabelecendo ficam nos extremos entre o “amor e o ódio”, uma vez que temos que nos colocar enquanto cuidadores que irão possibilitar um espaço de acolhida que é provisório, e que terá que ser bom o suficiente para acolhê-los mas, que não os afaste e distancie ainda mais de sua família de origem, e que também não os afastem do abrigo e da necessidade de permanecer neste espaço por um período de sua vida.

Nesta dicotomia de relações muitas são as tensões que vão se forjando no cotidiano do abrigo, os meninos e meninas que estão usando deste serviço colocam todos seus anseios e necessidades de carinho de afeto, de ajuda, e despejam em todos seus medos, suas frustrações, seus sonhos, seus desejos.

O cotidiano do abrigo começa a ser desvendado pelas crianças e adolescentes, ao chegar no abrigo. Elas são recebidos pela equipe técnica que faz a acolhida e a integração com as demais crianças e adolescentes que já estão na casa. Neste processo a dinâmica e as normas e regras são colocadas para que eles possam estabelecer suas relações.

É evidente que isto não ocorre de forma tão simplista, pois, o emocional destas crianças e adolescentes estão fragilizados, sem muitas perspectivas muito carente. Na casa a chegada de um novo membro ao grupo mexe com as estruturas relacionais existentes, cria-se todo um estigma, um medo, que só no dia-a-dia vai se fortalecendo as relações e surgindo os vínculos.

Esta é uma tarefa difícil posta aos educadores do abrigo e que é de fundamental importância é trabalhar a relação de vínculo entre educandos e educadores, com esta relação estabelecida fica mais fácil a comunicação. Entender que neste contexto cada indivíduo é único, é complexo, é denso de subjetividades, de necessidades, e isto, não se remete apenas ao educando, mas, também ao educador, que terá a tarefa de entender este emaranhado de sentimentos destes indivíduos e também se colocar enquanto indivíduo nesta ação.

Conforme as considerações da autora Agnes Heller (2004, p. 20) todo sujeito é um ser particular e genérico: “particular porque ele delimita e exerce suas prioridades frente às necessidades que são, ao mesmo tempo, dele próprio e dele como ser. Ele é um ser genérico porque é produto e expressão das relações sociais, do gênero humano, a autora ainda enfatiza que “basta uma folha de árvore para termos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade.”

A partir das considerações da autora, podemos destacar que as vivências de todos os sujeitos no cotidiano do Abrigo partem dessas duas características (particular e genérico) que se complementam e que expressam a individualidade de cada ser.

Para Arruda, (2006):

“é impossível para o educador frente à complexidade de sua prática não se relacionar com os outros partindo de sua particularidade que é soma da sua formação, das características pessoais “intelectual”/“pessoal”, das características pessoais e das suas experiências advindas da relação com o mundo (família, trabalho, religião, etc.). Assim, como também não é possível, para a criança e para o adolescente se relacionar sem ter como base as suas experiências vividas, principalmente as oriundas do primeiro grupo social que é a família. Segundo Silva (2002, p.27) “toda criança traz as marcas de sua família, que continua `vivendo nela´: são vivências únicas, que precisarão ser consideradas por todos os responsáveis pelos serviços de atendimento”. (p.122)

Por isso é importante ressaltar que no dia-a-dia do abrigo, todos nos deparamos com aquilo que já vivenciamos mesmo que inconscientemente, buscamos ou lidamos com aquilo que já vivenciaramos respostas para as mais diversas demandas apresentadas.

Importante salientar que nesta relação tanto educandos como educadores respondem e agem em razão da sua particularidade às relações institucionais.

No complexo cotidiano do abrigo optou-se que as tarefas diárias da casa seriam executadas pelos educandos com a orientação dos educadores, este é outro ponto de tensão, nestes procedimentos podemos observar que a relação de valores dos educadores muitas vezes atropela o respeito a individualidade dos educandos, que não valorizam a limpeza e organização da casa da mesma forma, isto acaba gerando muitos conflitos.

A relação entre as meninas e as educadoras (uma vez que 100%, das educadoras, são do sexo feminino), é muito tensa, oscila muito mostrando as dificuldade de relacionamento por uma questão de gênero. As educadoras têm que ser constantemente orientadas em como lidar com o cotidiano da casa, e as tensões que vão surgindo, sobre o momento em que cada menina encontra-se, para que sua prática profissional seja subsidiada de forma a garantir a melhor integração do grupo.

Por muito tempo a equipe de educadores não tinha claro seu papel no cotidiano do abrigo, limitando sua prática aos cuidados da casa e ao cumprimento de agendas médicas e escolares, sem se preocupar com questões subjetivas dela enquanto ser, e das meninas e meninos. Entender e lidar com estes sentimentos está sendo considerado por toda equipe como um desafio diário, posto atualmente. Para isto as reuniões que ocorrem semanalmente entre educadores e equipe técnica, estão sendo importantes no enfrentamento dos conflitos oriundos do cotidiano.

Nestas reuniões sistematizou-se discutir temáticas pertinentes ao processo de adolescer, mas principalmente discutir os casos, explicitando o momento de cada educando e instrumentalizando a equipe na forma que atenderíamos individualmente cada um.

Entender o cotidiano e suas intencionalidade é importante para se construir metodologia de atendimento. É importante saber como as relações se constroem neste espaço que é marcado como dito anteriormente por conflitos, ansiedades,

tensões, amor e ódio, medo e coragem, todas as emoções vão se misturando no cotidiano do abrigo, e todo os dias são coisas novas que vão emergindo e vão se construindo ações e métodos de enfrentamento dos problemas que vão surgindo, saber quais são as possibilidades e limitações da prática profissional, e propor ações que garantam a preservação e fortalecimento dos vínculos familiares.

No abrigo os desafios postos na construção de metodologias de atendimento respeitando a individualidade de cada um, as histórias de vida, e os aspectos legais do atendimento, primam pela garantia á convivência familiar e comunitária.

Trabalhar com a comunidade de origem destes meninos e meninas, entender como as relações se dão neste espaço de convivência a importância de preservar esta relação pois, está articulado ai um meio fecundo de retorno ao convívio familiar.

Focar no atendimento a família de forma que possibilite o retorno desta criança e adolescente ao convívio familiar. O trabalho com a família é a ação centrada do técnico e dos educadores do abrigo. No início do atendimento realizamos a escuta, onde podemos entender os motivos que geraram os conflitos familiares, as histórias desta família, e trazer este estes elementos para o cotidiano do abrigo, inserí-los no atendimento, empoderar a família de seu papel no desenvolvimento biopsicossocial da criança e adolescente.

Esta tarefa que antes era feita apenas pela equipe técnica ganhou qualidade quando os educadores do abrigo passaram a realizar visitas sociais sistemáticas as família, levando as crianças e adolescentes possibilitando um olhar das relações, que apontam para o melhor entendimento, possibilitando assim encaminhamentos as necessidades reais, que muitas vezes não eram percebidas pelo técnico durante visitas e atendimentos no abrigo.

Outra estratégia utilizada que vem trazendo elementos que possibilitam entender melhor a dinâmica familiar foi quando conseguimos colocar a disposição das meninas câmeras fotográficas, sendo que elas levam estas câmeras para suas casas e fotografam locais que representam o afeto, os pontos de tensão, de alegria. Entender a concreticidade do imaginário destas meninas e suas representações, qualificam melhor a ação a ser desenvolvida com esta menina.

Nesta perspectiva, nos utilizamos sempre que possível de equipamentos públicos para atendimento a saúde, lazer, cultura e educação, prioritariamente no entorno da residência das meninas, possibilitando a continuidade dos encaminhamentos, após o retorno ao convívio familiar. Estes encaminhamentos muitas vezes são limitados pela ineficiência de políticas públicas e ausência do Estado, na execução dos direitos a educação, cultura, esporte e lazer.

Neste processo de encaminhamentos o que antes era acompanhado apenas pelos educadores dos abrigos, tinha um caráter que desresponsabilizava a família, a nova proposta coloca a família como protagonista nesta reação logo, os acompanhamentos escolares, de saúde, e de todos os âmbitos da vida destes meninos e meninas, são realizados com a presença da família, que se empodera e se fortalece nas relações.

Outro ponto importante que ocorre neste processo foi a relação da equipe técnica do judiciário com o abrigo vem se fortalecendo, após um período de vários anos de ausência de diálogos entre as equipes. Hoje realizamos discussão dos casos abrigados por determinação judicial, periodicamente objetivando realizar uma ação única, possibilitando o retorno mais rápido das crianças e adolescentes abrigados para a família de origem e extensiva.

Com a rede de proteção integral a criança, adolescente e família que existe no município, muitos foram os encontros que realizamos com os diversos atores envolvidos no atendimento, objetivando desmistificar a cultura de abrigamento que existe na sociedade, este processo de encontros para discussão dos casos considerados complexos, se deu de forma gradativa e processual, e ainda se faz necessário retomar as discussões sempre que necessário. O que mudou nestes últimos dois anos foi o fato de podermos efetivar uma política de atendimento a família de forma preventiva, isto diminuiu significativamente os casos de encaminhamentos para o abrigo.

O posicionamento político da município na construção desta rede social de proteção, podemos avaliar enquanto pesquisador e sujeito do processo que este posicionamento foi positivo uma vez que houve vontade política destes governantes em compactuar com a rede executora das políticas e isto é um diferencial.

Quando quem esta na ponta da execução tem voz para opinar e construir a melhor maneira de se executar estas políticas sociais é o grande diferencial. Há ainda que se avançar e muito nestas discussões pois o papel da sociedade civil ainda é frágil mas que devemos continuar enquanto agentes propositivos promover ações que empoderem cada vez esta sociedade para que eles ocupem seus lugares de fato e de direito, junto aos conselhos de direitos e na fiscalização e construção destas políticas publicas sociais.

Outro dado importante nesta pesquisa foi o de entender como estas profissionais entenderam este processo no que se refere a seu crescimento pessoal, e para cada uma delas este processo trouxe um significado e mudou em suas vidas valores e concepções, enquanto para uma a relação esta no campo espiritual e que nos estamos neste trabalho por um chamamento que esta para alem da escolha pessoal, para outra este trabalho esta pautado na luta pela garantia do direito a criança e do adolescente, por seu compromisso político com estes meninos e meninas mas principalmente por acreditar em uma pratica educativa emancipatoria.

Estes dados foram analisado a partir da fala destes sujeitos durante as entrevistas individuais e no grupo focal que fora realizado. Durante o grupo um dos instigadores propunha que o grupo refletisse sobre sua pratica durante o período que compreendia o período de vigência do código de menores, buscando entender como estas profissionais atendiam os meninos e meninas que encontravam-se em atendimento por elas.

Para Heloisa Helena, assistente social, o grande diferencial foi que na vigência do código de menores ela estava atuando em uma Unidade de Internação da antiga FEBEM atual Fundação Casa, e naquela ocasião seu diretor propunha uma analise filosófica da situação levando o grupo de técnicos e educadores pensar e refletir acerca de uma nova proposta metodológica de intervenção, sem que a equipe tivesse qualquer receio de ser cerceada e, neste processo ela pode entender o menino não só como mais um infrator que deveria pagar sua pena e retornar a sociedade mas como um jovem que por algum motivo havia cometido um ato infracional e que este deveria ser respeitado enquanto ser em desenvolvimento e ela

e a equipe puderam pensar em ações progressista para aquela época e que foi aceita de forma incondicional pela direção da Unidadd.

Este diferencial foi o que possibilitou ela chegar a direção de uma Unidade e poder efetivar ações que a levariam alçar vôos maiores até chegar a direção técnica da Fundação Criança e posteriormente a presidência da instituição e neste lugar ela pode de fato trazer todos os modelos que ela construiu em parceria com a equipe da FEBEM, como referencia na Fundação Criança isto anos depois destas ações terem sido utilizada, o que confirma seu posicionamento político frente a garantia de direito mesmo em tempos que não se tinha uma normativa legal que garantia este direito: o de ser sujeito de direito.

Para Maria Lucia, psicóloga, o período do em que o Código de Menores estava em vigência ela também fez parte desta equipe em que a Heloisa compunha e também corrobora o que ela disse e complementa que esta pratica só foi possível pois elas tinha na direção dos programas uma pessoa que acreditava na mudança e que principalmente assumia com elas todos os riscos para época.

E na Fundação Criança os modelos de gestão de abrigos, de construção da metodologia de atendimento muitos elementos ela traz desta experiência anterior, uma vez que ela também fora diretora de unidade e em uma Unidade que para época já era referencia que foi o da Unidade Republica onde os adolescentes que não contavam com retaguarda familiar após o período de cumprimento da medida poderia, permanecer neste local até que tivesse alcançado sua emancipação plena. Este conceito de republica hoje propalado no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, já era experimentado na FEBEM antes mesmo da promulgação do ECA, por esta equipe que encontrava-se comprometida com o processo socioeducativo de fato.

Isto nos faz concluir que para além do saber técnico operativo, da formação técnico acadêmico, o compromisso ético, político com estes meninos e meninas que encontram-se em situação de abrigo é essencial na construção destas metodologias de atendimento, no enfrentamento das dificuldades colocadas no cotidiano destas casas e principalmente na garantia do direito a convivência familiar e comunitária.

Estes indivíduos que constroem estas metodologias também são construídos enquanto sujeitos políticos e isto se dá no dia-a-dia, na prática profissional consciente e na perspectiva educativa e emancipatória, que comunga com o direcionamento ético político que norteou sua vida tanto no âmbito profissional quanto pessoal.

Para concluir, é no cotidiano profissional que estes profissionais encontram elementos que subsidiam sua prática, e possibilita construir metodologias de enfrentamento da questão social, de conformidade com o que está estabelecido no Código de Ética e no Projeto Hegemônico das profissões. Isto no entanto só será possível se este profissional tiver um olhar crítico para este cotidiano, sabendo desvendar o que está por trás de um olhar, de um gesto, das histórias de vida dos usuários do programa ou projeto.

Segundo Batinne¹²: “quando você constrói história, torna-o em ato, você constrói verdades, enquadrá-las em locais fadados e impregnados de pré-conceitos, não forma este ato real, mas se olharmos de forma crítica, histórica, podemos fazer gritar o silêncio existente neste ato.”

O município de São Bernardo do Campo, hoje ainda continua pensando a execução das medidas de proteção estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, pelo SINASE, e no que concerne aos abrigos, busca-se ao máximo reduzir o número de meninos e meninas abrigados com políticas eficientes e que atendam as necessidades da população que vive em situação precarizada.

Mas o mais importante neste processo é que hoje vivemos e colhemos os frutos de uma ação que inicia-se em 1998, neste processo há avanços e retrocessos, mas as possibilidades foram colocadas, os modelos aplicados e os resultados positivos apresentados, logo continuar neste horizonte possibilitará um dia termos o que todos envolvidos neste processo tinham como ideal, abrigamento zero.

¹² Odária Batine, professora convidada para disciplina Cotidiano e Prática Profissional, do Programa de Pós-graduação da PUC-SP, discutindo a construção do conhecimento na prática profissional.

(...) Que a música que ouço ao longe
 seja linda ainda que tristeza
 que a mulher que amo seja pra sempre amada
 mesmo que distante
 pois metade de mim é partida
 a outra metade é saudade
 Que as palavras que falo
 não sejam ouvidas como prece nem repetidas com fervor
 apenas respeitadas como a única coisa
 que resta a um homem inundado de sentimentos
 pois metade de mim é o que ouço
 a outra metade é o que calo
 Que a minha vontade de ir embora
 se transforme na calma e paz que mereço
 que a tensão que me corrói por dentro
 seja um dia recompensada
 porque metade de mim é o que penso
 a outra metade um vulcão
 Que o medo da solidão se afaste
 e o convívio comigo mesmo se torne ao menos suportável
 que o espelho reflita meu rosto num doce sorriso
 que me lembro ter dado na infância
 pois metade de mim é a lembrança do que fui
 a outra metade não sei.
 Que não seja preciso mais do que uma simples alegria
 pra me fazer aquietar o espírito
 e que o seu silêncio me fale cada vez mais
 pois metade de mim é abrigo
 a outra metade é cansaço
 Que a arte me aponte uma resposta
 mesmo que ela mesma não saiba
 e que ninguém a tente complicar
 pois é preciso simplicidade pra fazê-la florescer
 pois metade de mim é platéia
 a outra metade é canção
 Que a minha loucura seja perdoada
 pois metade de mim é amor
 e a outra metade também

“Oswaldo Montenegro

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo, Cortez, 2002.

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. 1ª. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ALVES, Rubem. *Educação dos sentidos e mais*. Campinas, SP: Verus, 2005.

ANDI – AGÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. *CIDADANIA ANTES DOS 7 ANOS: A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO*. SÃO PAULO: CORTEZ, 2003.

ANTUNES, ÂNGELA (ORG). *CONSELHOS DE ESCOLA: FORMAÇÃO PARA E PELA PARTICIPAÇÃO*. SÃO PAULO: CORTEZ, 2005.

ARIES, PHILIPPE. *HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA*. TRADUÇÃO: DORA FLAKSMAN. 2ª. ED. RIO DE JANEIRO: LTC.

ALMEIDA, Ana Augusta. Metodologia Dialógica: O Serviço Social num caminhar fenomenológico. In Seminário sobre pesquisa fenomenológica nas Ciências Humanas Rio de Janeiro. CBCISS/ANPESS, 1990.

ARRUDA, Isabel Campos de. O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade complexa. Mestrado em Serviço Social. São Paulo. PUC-SP, 2006.

BAIERL, LUZIA FÁTIMA. *MEDO SOCIAL: DA VIOLÊNCIA VISÍVEL AO INVISÍVEL DA VIOLÊNCIA*. SÃO PAULO: CORTEZ, 2004.

BAPTISTA, Mirian Veras. A Produção do Conhecimento Social Contemporâneo e sua Ênfase no Serviço Social. IN: Cadernos da ABESS, Nº05. "A produção do conhecimento e o Serviço Social" 1ª impressão. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. "A ação profissional no cotidiano" in Martinelli, M. Lúcia (org.) *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*". São Paulo, Cortez, 1995, pp. 110-121.

_____. *A investigação em serviço social*. Lisboa, CPITHS, 2001.

- _____. *Planejamento Social. Intencionalidade e instrumentação*. São Paulo, Veras, 2003, 2ª.
- BARROCO, Maria Lúcia. *Ética e Serviço Social*, 2ª ed., São Paulo, Cortez, 2003.
- BENEVIDES, MARIA VICTORIA DE MESQUITA. *A CIDADANIA ATIVA: REFERENDO, PLEBISCITO E INICIATIVA POPULAR*. 3ª. ED. SÃO PAULO: ÁTICA, 1998.
- Berger, Peter e Luckmann, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento*. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petropolis, Vozes, 1985, 11ª, pp. 35-68.
- BOBBIO, NORBERTO. *A ERA DOS DIREITOS*. TRADUÇÃO: CARLOS NELSON COUTINHO. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 1992.
- BOFF, LEONARDO. *SABER CUIDAR: ÉTICA DO HUMANO – COMPAIXÃO PELA TERRA*. 10ª. ED. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 2004.
- BORON, Atílio. *A Coruja de Minerva*. São Paulo, Vozes, CLACSO, 2001.
- CAPRA, F. O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix; 1988.
- _____. "Ecologia profunda: Um novo renascimento". In Revista Thot nº57. São Paulo: Palas Athena; 1993 a.
- _____. *Pertencendo ao universo: Exploração nas fronteiras da ciência e da espiritualidade*. São Paulo: Cultrix/Amana; 1994.
- CBCISS (Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social) – Anais do II Congresso Brasileiro de Serviço Social. Rio de Janeiro: 1961.
- CFAS (Conselho Federal de Assistentes Sociais) - Anais do III CBAS. Rio de Janeiro: 1980.
- CORCUFF, PHILIPPE. *As Novas Sociologias*. Sintra, Ed. VRAL, 2001.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.
- _____. "Gramsci e as Ciências Sociais" In: Serviço Social e Sociedade, nº34. São Paulo. Cortez, ano XI, dezembro de 1990, p.37
- GRESS-SP. *LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: COLETÂNEA DE LEIS, DECRETOS E REGULAMENTOS PARA INSTRUMENTAÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL*. SÃO

PAULO, 2002.

CURY, MUNIR. (ORG) *ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*. 1ª.ED. SÃO PAULO: MALHEIROS, 1992.

DAGNINO, EVELINA; OLVERA, ALBERTO J. E PANFICHI, ALDO (ORGS.). *A DISPUTA PELA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA*. SÃO PAULO: PAZ E TERRA; CAMPINAS, SP: UNICAMP, 2006.

DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALLARI, DALMO DE ABREU. *O QUE SÃO DIREITOS DA PESSOA*. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 2004.

DINIZ, ELI. *CRISE, REFORMA DO ESTADO E GOVERNABILIDADE: BRASIL, 1985-95*. RIO DE JANEIRO: EDITORA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 1997.

Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8069/90.

FALCÃO, Maria do Carmo, NETTO, José Paulo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo. Cortez, 1989 – 2 ed.

Faleiros, Vicente de Paula *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.

FREIRE, PAULO. *PEDAGOGIA DA AUTONOMIA. SABERES NECESSÁRIOS À PRÁTICA EDUCATIVA*. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 27ª. ED., 2003.

GADOTTI, M. e ROMÃO, JE. (org). *Município e Educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. *OS SEM-TERRA, ONG'S E CIDADANI: A SOCIEDADE BRASILEIRA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO*. SÃO PAULO: CORTEZ, 1997.

GUERRA, Isabel Carvalho *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção*. Cascais, Principia, 2002.

Guerra, Yolanda. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1995.

GUIDDENS, A. e TURNER, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo, UNESP, 1999.

GUIDENS,A. *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa, Ed. Presença, 1994.

HELLER, Agnes "A Estrutura e a vida cotidiana" in *O cotidiano e a História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo, Paz e Terra, 1972, pp. 17-41

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 15ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IANNE, Octávio. *A crise de paradigmas nas sociologia*. Campinas: UNICAMP, 1990.

KOGA, DIRCE. *MEDIDAS DE CIDADE: ENTRE TERRITÓRIOS DE VIDA E TERRITÓRIOS VIVIDOS*. SÃO PAULO: CORTEZ, 2003.

Khoury, Yara Aun. *Narrativas Oraís na Investigação social*, in *Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História* nº.22, São Paulo, PUCSP, EDUC, 2001.

Kosik, Karel *Dialética do concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, 2ª ed. pp. 9-20

Koumrouyan, Elza. *A pesquisa da indizível: a escuta do outro*, in Martinelli, Maria Lúcia. *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo, Veras Editoras, 1999. p.95-113.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Tradução Célia Neves e Aldério Toríbio.

KUHN, T.S. *As estruturas das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva; 1994.

LEAL, MARIA DE FÁTIMA PINTO E CESAR, MARIA AUXILIADORA (ORGS.). *INDICADORES DE VIOLÊNCIA INTRA-FAMILIAR E EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES*. BRASÍLIA: CECRIA, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, CESE, 1998.

LEAL, MARIA LÚCIA PINTO E LEAL, MARIA DE FÁTIMA PINTO. *EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL DE MENINOS, MENINAS E DE ADOLESCENTES NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: RELATÓRIO FINAL – BRASIL*. BRASÍLIA: CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CECRIA, 1999.

Legislação Brasileira para o serviço social. Coletânea de leis, decretos e

regulamentos para instrumentação da(o) assistente social. Organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região – Gestão 2002-2005 – São Paulo: O conselho, 2004.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Editora Ática, 1991. Tradução Alcides João de Barros.

LIBERATI, WILSON DONIZETI E CYRINO, PÚBLIO, CAIO BESSA. *CONSELHOS E FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*. SÃO PAULO: MALHEIROS, 1993.

LÖWY, Michel. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Muchahüssen. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo, Busca Vida, 1987.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem, In: Ontologia Social, Formação Profissional e Política, Núcleo de estudos e Aprofundamento Marxista. Programa de estudos Pós-Graduados em Serviço Social – PUC-SP, maio de 1997.

MANHEIM, Karl. O Pensamento Conservador In Martins, J.S. (org.) Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo, Hucitec, 1981.

MARCUSE, H. Razão e Revolução. RJ Paz e Terra, 1978.

MARTINELLI, Maria Lúcia "O ensino teórico-prático do serviço social: demandas e alternativas" in *Serviço Social & Sociedade* nº 44. São Paulo, Cortez, 1994.

_____. Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo, Veras Editora, 1999. p. 11-30.

_____. Reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político, in *Emancipação*, nº 6, Ponta Grossa, Paraná, 2006.

_____. Et alii.. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, nº 45, São Paulo, Cortez.

_____. Notas sobre mediações. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 43, São Paulo, Cortez.

_____. et alii (org.) *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber* São Paulo, Cortez, 1995.

_____. Os métodos na pesquisa: a pesquisa qualitativa, in Revista Temporalis nº 9, São Luiz, ABEPSS, 2006.

MARTINS, Joel. Um enfoque fenomenológico do currículo: Educação como Poíesis. São Paulo, Cortez, 1992 (2ª parte).

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Marx, K e Engels, F. A ideologia alemã. 4ª ed., São Paulo, Hucitec, 1984.

Marx, Karl "Para a crítica da economia política" in *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos*. Trad. Edgar Malagodi e José Arthur Gianotti. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. "Processo de trabalho e processo de produzir mais valia" in *O Capital (Crítica da economia política) Livro 1: O processo de produção capitalista*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d.

MÉNDES, EMILIO GARCIA. *INFÂNCIA E CIDADANIA NA AMÉRICA LATINA*. TRADUÇÃO: ÂNGELA MARIA TIJIWA. SÃO PAULO: HUCITEC, 1998.

MORAIS, REGIS DE. *O QUE É VIOLÊNCIA URBANA*. 1ª. ED. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1981.

MORIN, Edgar. O método III: O conhecimento do conhecimento. Portugal: Europa-américa, vol 1, 1997.

_____. Ciência e consciência. Portugal: Europa – América, 1990.

_____. "Epistemologia da complexidade". In: D.F. Schnitman (org). Novos paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes médicas, 1996 a.

_____. O problema epistemológico da complexidade. Portugal: Europa-América, 1996 b.

_____. A noção de sujeito In: D.F. Schnitman (org). Novos paradigmas, cultura e

subjetividade. Porto Alegre: Artes médicas, 1996 c.

_____. *A Inteligência da Complexidade*. 2ª ed., São Paulo, Pieiropolis, 2000.

NETO, GERSINO GERSON GOMES. *A IMPUTABILIDADE PENAL COMO CLÁUSULA PÉTREA*. 2. ED. FLORIANÓPOLIS: CENTRO DAS PROMOTORIAS DA INFÂNCIA, 2000.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1990.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____, *Pós Modernidade: Gênese, Significado Histórico e Traços Constitutivos*. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Atividade Inaugural do ano letivo de 2002. São Paulo.

_____, “A crítica conservadora e a reconceituação” *In: Accion Crítica*, nº09. Lima, CELATS/ALAETS, junho de 1981, p. 44.

NISBET, R. *Conservadorismo e Sociologia*. In Martins, J.S. (org.). *Introdução Crítica à Sociologia Rural*, HUCITEC, 1981.

NUNES, Maria Helena. *Serviço Social e Regulação Social*. Agência do Assistente Social. V.N. Gaia, Portugal, Estratégias Criativas, 2004.

OLIVEIRA, Francisco e Paoli, Maria Célia. *Os Sentidos da Democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. FAPESP, NEDIC, Vozes, São Paulo, 1999.

_____. “Da dádiva aos direitos: a dialética da cidadania”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* nº25. São Paulo, ANPOCS, junho de 1994, p. 43.

PADILHA. PAULO ROBERTO. *EDUCAR EM TODOS OS CANTOS: REFLEXÕES E CANÇÕES POR UMA EDUCAÇÃO INTERTRANSCULTURAL*. CORTEZ/INSTITUTO PAULO FREIRE, 2007.

PERALVA, ANGELINA. *VIOLÊNCIA E DEMOCRACIA: O PARADOXO BRASILEIRO*, SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 2000.

PEREIRA, TÂNIA DA SILVA. *DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR*. RIO DE JANEIRO: RENOVAR, 1996.

PINI, FRANCISCA RODRIGUES DE OLIVEIRA. *OS DESAFIOS DO CONDECA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*. 2000. 204 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL) – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE

SÃO PAULO, SÃO PAULO, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História nº.14, São Paulo, PUCSP, EDUC, 1997, p.25-39.

_____. Tentando aprender um pouquinho: reflexões sobre a ética na história oral. Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História nº.15, São Paulo, PUCSP, EDUC, 1997, p.16-25.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1995.

RAICHELIS, RAQUEL. *ESFERA PÚBLICA E CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA*. SÃO PAULO: CORTEZ, 1998.

Revista Projeto História nº. 12, Diálogos com E.P. Thompson. São Paulo, PUCSP, Programa de Estudos Pós Graduated em História, 1995.

Rozas, Margarita. Una perspectiva teórica metodológica de la intervención del trabajo social. Buenos Aires, Espacio, 1998.

SADER, EDER. *QUANDO NOVOS PERSONAGENS ENTRARAM EM CENA: EXPERIÊNCIAS, FALAS E LUTAS DOS TRABALHADORES DA GRANDE SÃO PAULO, 1970-80*. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1988.

SADER, EMIR (ORG.). *GRAMSCI PODER, POLÍTICA E PARTIDO*. TRADUÇÃO: ELIANA AGUIAR. 1ª. ED. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2005.

SANTOS, Boaventura. Pela Mão de Alice O Social e o Político na Pós-Modernidade. Afrontamento, Porto, 1994.

_____. A crítica da Razão Indolente. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. Um discurso sobre ciências. Porto: Afrontamento, 1988 a.

_____. "Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna". Estudos Avançados. V. 2, nº2. São Paulo: USP, 1988.

_____. " O único e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar".

In A.P. Jantsch e L. Bianchetti (orgs.). *Interdisciplinariedade: para além do sujeito*. Petrópolis, 1995: Vozes.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. *Positivismo e Marxismo na modernidade: Uma mudança de paradigma?* São Paulo: PUC-CAMP, 1990.

SÊDA, EDSON. *CONSTRUIR O PASSADO OU COMO MUDAR HÁBITOS, USOS E COSTUMES, TENDO COMO INSTRUMENTO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE*. SÃO PAULO: MALHEIROS, 1993.

SILVA, MARIA LIDUINA DE OLIVEIRA. *O CONTROLE SÓCIO-PENAL DOS ADOLESCENTES COM PROCESSOS JUDICIAIS EM SÃO PAULO: ENTRE A 'PROTEÇÃO' E A 'PUNIÇÃO'*. 254 F. Tese (DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. SÃO PAULO, 2005.

SILVA, ROBERTO DA. *OS FILHOS DO GOVERNO: A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CRIMINOSA EM CRIANÇAS ÓRFÃS E ABANDONADAS*. SÃO PAULO: ÁTICA, 1997.

SILVA, Enid Rocha Andrade. Contextualizando o “Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada” In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord). *O direito a Convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SINGER, PAUL. *UMA UTOPIA MILITANTE: REPRESANDO O SOCIALISMO*. PETRÓPOLIS: VOZES, 1998.

TEIXEIRA, ANA CLAUDIA CHAVES E TATAGIBA, LUCIANA. *MOVIMENTOS SOCIAIS E SISTEMA POLÍTICO: OS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO*. SÃO PAULO: INSTITUTO POLIS / PUC-SP, 2005.

TEIXEIRA, ELENALDO CELSO. *O LOCAL E O GLOBAL: LIMITES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ*. SÃO PAULO: CORTEZ: RECIFE: EQUIP: SALVADOR: UFBA, 2001.

TELLES, VERA DA S. *DIREITOS SOCIAIS: AFINAL DO QUE SE TRATA?* IN REVISTA USP, SÃO PAULO, Nº37. MAR/MAI, 1988.

UNICEF, *Situação da Infância no Brasil*. Brasília: UNICEF, 2001.

VASCONCELLOS, CELSO DOS S. *AVALIAÇÃO: CONCEPÇÃO DIALÉTICA-LIBERTADORA DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR*. 11ª. ED. SÃO PAULO: LIBERTAD, 2000. (CADERNOS

PEDAGÓGICOS DO LIBERTAD; V. 3.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánches *Filosofia da praxis* Trad. Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 2ª ed.

VIEIRA, Evaldo. Poder Político e Resistência Cultural. Autores Associados. São Paulo, 1998.

_____. OS DIREITOS E A POLÍTICA SOCIAL. SÃO PAULO: CORTEZ, 2004.

YAZBEK. Os fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade. In Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4, Brasília, CEAD, 2000.

_____. A escola de Serviço Social de São Paulo, no período de 1936 a 1945, *In: cadernos PUC, nº6*, São Paulo: 1980.

<http://www.saobernardo.sp.gov.br/secretarias/sp/GEOPORTAL/compendio.asp> - pesquisado em 28/02/09.

<http://www.ibge.com.br/> pesquisado em 27/02/09